



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

FERNANDA SABARIM

CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1886

Campinas
Agosto de 2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

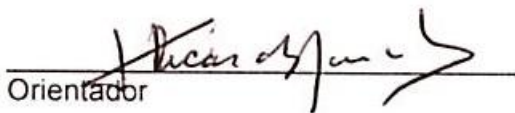
FERNANDA SABARIM

CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1886

Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA FERNANDA
SABARIM E ORIENTADA PELO PROF.
DR. JOSÉ RICARDO BARBOSA
GONÇALVES.


Orientador

Campinas
Agosto de 2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Sa13c Sabarim, Fernanda, 1985-
Capitalistas em Campinas: 1873-1886 / Fernanda Sabarim. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia - Campinas (SP). 2. Capitalismo - História - Séc. XIX. 3. Capital (Economia). 4. Impostos - Campinas (SP). I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Capitalists in Campinas: 1873-1886

Palavras-chave em inglês:

Economics - Campinas (SP)

Capitalism - History - 19th century

Capital

Taxation - Campinas (SP)

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Ricardo Barbosa Gonçalves [Orientador]

Maria Alejandra Caporale Madi

Pedro Geraldo Tosi

Data de defesa: 31-08-2016

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

FERNANDA SABARIM

CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1886

Defendida em 31/08/2016

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. MARIA ALEJANDRA CAPORALE MADI
Instituto de Economía / UNICAMP


Prof. Dr. PEDRO GERALDO TOSI
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / UNESP

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Aos meus pais, Celia e João,
minha irmã, Daniela e
meu filho, Henrique.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa dissertação de mestrado contou com inúmeros apoios e incentivos, sem os quais não se teria concretizado e, pelos quais serei eternamente grata.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, José Ricardo Barbosa Gonçalves, que me orientou e me auxiliou por anos, e sempre acreditou em meu potencial. Obrigada por compreender as dificuldades inerentes à vida e ao processo de amadurecimento do trabalho acadêmico; por me ensinar como pesquisar, formular teses, e por me ajudar quando mais precisei de seus conselhos.

A Leonardo Dias Nunes e seu espírito altruísta que, às vésperas de minha defesa, abdicou de suas obrigações diárias para me auxiliar no término da dissertação. Sua ajuda foi crucial e tornou possível que esse trabalho se tornasse realidade.

Aos professores Maria Alejandra Caporale Madi e Pedro Geraldo Tosi, por terem aceitado participar de minha Banca de Defesa de Mestrado, e por terem me auxiliado na reformulação do presente trabalho com suas preciosas sugestões, críticas e propostas de melhoria do presente trabalho.

À toda minha família, que além de terem essa dissertação dedicada a eles, tem meus dias, meus sonhos e minha alma centrada neles. Minha mãe (Celia), meu pai (João), minha irmã (Daniela) e meu filho (Henrique), nada sou sem vocês em minha vida. Obrigada por existirem e

por sempre me apoiarem, me darem forças para seguir em frente e para nunca desistir de meus sonhos. Mesmo, às vezes, não me compreendendo e desconfiando de minhas mudanças de planos, vocês sempre me apoiaram e me deram subsídios para tocar adiante.

A Gabriel Roschel Matos, amigo, companheiro de todas as horas,. Que me recebeu de braços abertos em São Carlos, nessa nova etapa de minha vida; que me fez entender que, ao ir com calma, vamos mais longe e com menos sofrimento.

*“Não haveria criatividade sem a
curiosidade que nos move e que nos põe
pacientemente impacientes diante do
mundo que não fizemos, acrescentando a
ele algo que fazemos” (FREIRE, 1999).*

*“Cada um de nós compõe a sua História(...)
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei.
(SATER & TEIXEIRA, 1991)*

RESUMO

Esta dissertação analisa a atuação dos capitalistas da cidade de Campinas, no período compreendido entre 1873 e 1886, que é entendido como sendo o auge da economia cafeeira no Oeste-Paulista e também o início do processo de industrialização paulista. Os capitalistas foram personagens importantes para o entendimento da dinâmica da economia provincial. Segundo o regulamento para a cobrança do imposto sobre capitais para os anos de 1873-1874, que constava nas Leis da Província de São Paulo, era capitalista “todo indivíduo que, tendo capitais, faça profissão habitual de dar dinheiro a prêmio. Indivíduo ou sociedade que fizer obrigações de câmbio, de banco ou de corretagem”. O estudo foca na figura do capitalista que se reconhecia como tal, que pagava imposto sobre os empréstimos realizados e que não era apenas visto como uma pessoa rica que podia emprestar dinheiro a conhecidos, mas como um profissional, que fornecia crédito e que registrava este ato nos livros tributários municipais e provinciais. A pesquisa focou-se nos documentos tributários da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, que coletava o imposto sobre capitalistas, um imposto provincial. No século XIX, existia uma bifurcação do crédito, de um lado estavam o capital usurário e a figura dos agiotas e, do outro, os capitalistas. É sobre este último que se assenta o trabalho, que visa compreender os mecanismos do crédito tributado, no importante e específico período da transição para a constituição de forças produtivas capitalistas no país. Aproximadamente 60% do capital concedido pelos profissionais capitalistas foi concentrado em apenas dez dos 53 capitalistas existentes na cidade de Campinas. Além disso, pode ser percebido que haviam relações de parentesco entre os 53 capitalistas de Campinas, o que sugere uma concentração da riqueza em torno de uma definição familiar. Observou-se que 80,4% dos capitalistas campineiros eram fazendeiros, em sua maioria cafeicultores, fato que corrobora com a tese de que foi o sucesso econômico da cafeicultura que teria gerado uma “massa monetária” para as diversificações das atividades.

Palavras-chave: capitalistas de Campinas, crédito, tributo, tributação, imposto sobre capitalistas, Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, Oeste-Paulista, economia paulista do século XIX.

ABSTRACT

This thesis analyzes the performance of the capitalists of Campinas city, in the period between 1873 and 1886, which is understood to be the height of the coffee economy in Oeste-Paulista and also the beginning of the São Paulo industrialization process. Capitalists were important for understanding the dynamics of the provincial economy. According to the regulation for tax charging on capital for the years 1873-1874, which was contained in the Laws of the Province of São Paulo, was capitalist "every individual, capital owner, who make habitual profession of giving money to award. Individual or company who makes the exchange bonds, bank or brokerage". The study focuses on the figure of the capitalist who was recognized as such, which paid tax on the realized loans and it was not just seen as a rich person who could lend money to acquaintances, but as a professional, which provided credit and recorded this act in the municipal and provincial tax books. The research focused on tax documents of the Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, which collected the tax on capitalists, a provincial tax. In the nineteenth century, there was a credit fork on one side were the usurer capital and the figure of the moneylenders and on the other, the capitalists. It is on the latter that sitteth work, which aims to understand the mechanisms of taxed credit, in the important and specific period of transition to the formation of capitalist productive forces in the country. Approximately 60% of the capital granted by the capitalists professionals was concentrated in only ten of the 53 existing capitalist in the city of Campinas. Moreover, it can be noticed that there were family relationships among the 53 Campinas capitalists, suggesting a concentration of wealth around a family setting. It was observed that 80.4% of the capitalists from Campinas were farmers, mostly coffee growers, a fact that corroborates the thesis that was the economic success of coffee that would have brought about a "broad money" for the diversification of activities.

Keywords: Campinas capitalists, credit, tax, taxation, tax on capitalists, Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, Oeste-Paulista, São Paulo economy of the nineteenth century.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Crédito concedido pelos capitalistas e imposto sobre capitalistas coletado, na cidade de Campinas, entre 1873 e 1886	46
FIGURA 2: Concentração do crédito concedido pelos 10 maiores capitalistas (em relação ao volume de empréstimos), em Campinas, entre 1873 e 1886	49
FIGURA 3: Movimentação de crédito pelos capitalistas, segundo grupo de atividades, em Campinas entre 1873 e 1886, deflacionada para ano base 1873=100	68
FIGURA 4: Classificação dos 52 capitalistas segundo sua principal atividade econômica	69
FIGURA 5: Crédito concedido pelos capitalistas inventariados, em Campinas entre 1873-1886, segundo o principal tipo de atividade econômica destes (em contos de réis)	70
FIGURA 6: Crédito concedido pela Agência do Banco Mercantil de Santos em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	73
FIGURA 7: Relação dos 10 maiores capitalistas em volume de crédito concedido* entre 1873-1886 (60% de todo o crédito concedido)	75
FIGURA 8: Crédito concedido por Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (posição 1), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	76
FIGURA 9: Crédito concedido por Umbelina de Moraes Bueno (posição 2), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	82
FIGURA 10: Crédito concedido por José Egydio de Souza Aranha (posição 3), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	84
FIGURA 11: Crédito concedido por Carlos Norberto de Souza Aranha (posição 4), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	87
FIGURA 12: Crédito concedido por Manoel Cardoso de Almeida e Silva (posição 5), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	88
FIGURA 13: Crédito concedido por Custódio Manoel Alves (posição 6), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	91
FIGURA 14: Participação dos ativos de Custódio Manoel Alves, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)	92
FIGURA 15: Crédito concedido por Diogo de Moraes Salles (posição 7), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	94
FIGURA 16: Participação dos ativos de Diogo de Moraes Sales, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)	96

FIGURA 17: Crédito concedido por Victorino Pinto Nunes (posição 8), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	99
FIGURA 18: Participação dos ativos do Victorino Pinto Nunes de acordo com a totalidade dos ativos (100%)	100
FIGURA 19: Crédito concedido por Manoel Carlos Aranha (posição 10), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	102
FIGURA 20: Crédito concedido pelo Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral (posição 10), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*	105
FIGURA 21: Participação dos ativos de Pedro Egygio de Souza Aranha, de acordo com a totalidade dos ativos (100%)	110
FIGURA 22: Participação dos ativos de Ignácio Ferreira de Camargo Andrade, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)	114
FIGURA 23: Participação dos ativos do Coronel Quirino (Joaquim Quirino dos Santos) de acordo com a totalidade dos ativos (100%)	117
FIGURA 24: Participação de Francisco Paulino de Moraes, de acordo com a totalidade dos ativos (100%)	118
FIGURA 25: Participação dos ativos de Francisco Pompeo do Amaral, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)	123
FIGURA 26: Participação dos ativos do Thereza Michelina do Amaral Pompeo, de acordo com a totalidade dos ativos (100%)	130
FIGURA 27: Participação dos ativos Herculano Augusto de Pádua e Castro, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)	138
FIGURA 28: Participação dos ativos de Francisco de Camargo Penteado, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)	142
FIGURA 29: Imposto sobre capitalistas coletado e Receita total anuais das Câmaras municipais da Província de São Paulo, de 1884-1885 (em contos de réis)	150
FIGURA 30: Relação entre o Imposto sobre capitalistas coletado e a receita total anuais das Câmaras municipais da Província de São Paulo, de 1884-1885	150
FIGURA 31: Cálculo do índice de deflação de preços proposto por CATÃO (1992) e utilizado nesta dissertação para a deflação de valores com ano base escolhido em 1873, início do período de análise do trabalho.	166

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Movimento de crédito pelos capitalistas de Campinas, entre 1873-1886, com valores deflacionados para o ano base 1873-100.	48
TABELA 2: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1873 e 1874.	57
TABELA 3: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1874 e 1875.	58
TABELA 4: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1875 e 1876.	59
TABELA 5: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1876 e 1877.	60
TABELA 6: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1877 e 1878.	61
TABELA 7: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1879 e 1880.	62
TABELA 8: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1880 e 1881.	63
TABELA 9: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1881 e 1882.	64
TABELA 10: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1883 e 1884.	65
TABELA 11: Crédito concedido pelos capitalistas em Campinas, entre 1885 e 1886.	66
TABELA 12: Capitalistas inventariados, cuja principal atividade econômica era produção agrícola (denominados fazendeiros), em Campinas entre 1873 e 1886.	108
TABELA 13: Capitalistas inventariados, cuja principal atividade econômica estava relacionada ao setor de serviços, em Campinas entre 1873 e 1886.	135
TABELA 14: Capitalistas inventariados, cuja principal atividade econômica eram negócios diversos, em Campinas entre 1873 e 1886.	141

LISTA DE FOTOS DIGITAIS

FOTO DIGITAL 1: Página com o “imposto sobre capitalistas” do livro 58 da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, referente ao período fiscal entre os anos de 1880 e 1881..	45
Foto Digital 2: Receita Provincial de São Paulo, para o ano fiscal de 01/07/1873 a 30/06/1874	55
FOTO DIGITAL 3: Regulamento para a cobrança do imposto sobre capitães, em execução para orçamento de 1873 a 1874, Província de SP	167
FOTO DIGITAL 4: Capa do Livro 55, referente ao período fiscal compreendido entre 1877 a 1878, da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas.	168
FOTO DIGITAL 5: Receitas e despesas da Câmara Municipal de Campinas, no ano financeiro de 01/07/1876 a 30/06/1877. Dados da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), arquivo histórico disponível em meio virtual no site da ALESP.	169

SUMÁRIO

<u>AGRADECIMENTOS.....</u>	<u>6</u>
<u>RESUMO</u>	<u>9</u>
<u>ABSTRACT</u>	<u>10</u>
<u>SUMÁRIO</u>	<u>15</u>
<u>LISTA DE FIGURAS</u>	<u>11</u>
<u>LISTA DE TABELAS.....</u>	<u>13</u>
<u>LISTA DE FOTOS DIGITAIS</u>	<u>14</u>
<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>15</u>
<u>CAP.1: A PRODUÇÃO DA RIQUEZA E DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES</u>	<u>19</u>
<u>CAP. 2: CAPITALISTAS E CRÉDITO EM CAMPINAS.....</u>	<u>50</u>
<u>CAP.3. ATIVIDADE ECONÔMICA DOS CAPITALISTAS.....</u>	<u>106</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>154</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>156</u>
<u>APÊNDICE: ÍNDICE DE CATÃO.....</u>	<u>165</u>
<u>ANEXO: FOTOS DIGITALIZADAS.....</u>	<u>167</u>

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo apresentar os capitalistas da cidade de Campinas entre os anos de 1873 e 1886, de acordo com a documentação primária referente ao recebimento de imposto sobre capitalistas, pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, e com dados biográficos existentes nos inventários dos capitalistas pesquisados.

A contribuição deste trabalho é analisar informações históricas sobre os indivíduos, que no contexto da economia mercantil escravista, disponibilizaram recursos pessoais, expandindo o crédito, que teria sido canalizado para atividades que configuraram a superação da ordem mercantil escravista nacional.

A noção que envolve o termo “capitalista”, que hoje indica uma categoria social e econômica definidora da pessoa que vive do rendimento de capital, é explicitada neste período histórico, como sendo:

(...) todo indivíduo que, tendo capitais, faça profissão habitual de dar dinheiro a prêmio. Indivíduo ou sociedade que fizer obrigações de cambio, de banco ou corretagem.¹

Nesta pesquisa, se estará evidenciando os homens, mulheres e instituições que exerciam a atividade de emprestar dinheiro a juros, como atividade profissional. Essa profissionalização, estabelecida pela Legislação, os diferenciava daqueles que emprestavam dinheiro sem normatização formal, os agiotas.

O intervalo temporal escolhido para a pesquisa compreende o período entre 1873 e 1886, cujo limite reside na existência documental da fonte primária utilizada. São os registros de recebimento do imposto sobre

¹ Regulamento para a cobrança de imposto sobre capitais para os anos 1873-1874. Leis da Província de São Paulo, Microfilme rolo 03 (1873-1882). CMU Unicamp.

capitais, realizados pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, e disponibilizados para consulta pública no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas.

Tais documentos foram produzidos em um contexto específico e revelam fatores cruciais do momento. Dessa forma, o conteúdo encontrado nestes documentos primários foram analisados e expostos de forma crítica nesta dissertação.

Os Almanques Literários de Campinas para os anos entre 1873 e 1886 mantinham uma seção específica com a classificação dos cidadãos da localidade segundo sua categoria profissional. Em todos os volumes analisados, há a relação de dezenas de pessoas nomeadas profissionalmente como “capitalistas”; no entanto, é uma quantidade que majora a relação de capitalistas que coletaram impostos para a cidade, obtida nos documentos da Coletoria.

A diferença entre essas documentações comprova que o crédito embasado em relações pessoais de confiabilidade no devedor continuava a existir paralelamente ao crédito tributado. Nos 13 anos analisados, verificou-se a existência de 53 capitalistas atuantes na cidade que registraram imposto sobre capitais junto à Coletoria, mas os Almanques listam mais de cem indivíduos cuja atividade é reconhecida, socialmente, como tal. Isso pode significar que emprestavam dinheiro, mas não assumiam a normatização profissional sobre a movimentação monetária. Assim, não são considerados na presente pesquisa, cujo escoramento reside na tributação dos empréstimos financeiros.

Visou-se abarcar aquelas pessoas físicas e jurídicas que, além de serem consideradas profissionais “capitalistas” pela sociedade campineira, também assumiam a atividade enquanto profissionalização normalizada.

Os empréstimos de capitais passaram a ser contabilizados com a criação do imposto sobre indústrias e profissões, com alvará de 20 de outubro de 1812.

A metodologia escolhida para a deflação dos valores auferidos no presente trabalho foi o índice de preço proposto por Luíz A.V. Catão, em sua obra *A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913*².

O primeiro capítulo do presente trabalho visa expor as condições de produção da riqueza na economia mercantil escravista cafeeira nacional, procurando ressaltar as possibilidades objetivas de constituição de uma “*massa monetária*” que viabilizou a diversificação das atividades econômicas.

No segundo capítulo, apresentamos aspectos da viabilização de crédito no período analisado e a importância dos capitalistas nestes.

Investigamos, no terceiro capítulo, as principais ocupações econômica-profissionais dos capitalistas inventariados; já que estes permitiram a formação de uma reserva monetária a ser disponibilizada em forma de empréstimos a terceiros.

Informações complementares para consulta encontram-se nos anexos e apêndices deste trabalho. São tabelas com dados da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, em que é possível verificar, em cada ano do período analisado, o imposto pago por cada capitalista e o total estimado de crédito disponibilizado. Há também, dados de receitas e despesas da província de São Paulo, em que se verificam a renda provincial auferida pela cobrança deste imposto; e fotos digitalizadas de documentos

² Publicado na Revista Brasileira de Economia da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas, em outubro de 1992. Resumidamente, este índice consiste em uma ponderação por representatividade dos produtos de consumo mais significativos no país. Primeiramente, o autor construiu uma lista de preços para 30 produtos diferentes, de acordo com dados do Jornal do Comércio, (feijão, cerveja, conhaque, manteiga, vela, cimento, bacalhau, café, milho, carne seca, graxa, presunto, massa italiana, óleo de linhaça, querosene, farinha de mandioca, fósforos, azeite de oliva, taboado de pinho, arroz, sal, açúcar, sebo, piche, erva-mate, tabaco, água rãz, vinagre, farinha de trigo e vinho). O próximo passo de Catão foi a composição do índice de preços, cujo ano base é 1913. Sua estratégia para a construção dos pesos foi feita através das participações dos produtos no valor agregado. Para tal, ele considerou os dados do Censo Industrial de 1907 e o de 1919 para estimar tais valores. A partir desse índice, recalculei o índice e transferi o ano base para 1873, data de início dos dados de recebimento do imposto sobre capitalistas pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Todos os valores expostos no decorrer do presente trabalho, inclusive nas tabelas do apêndice, já estão com os valores deflacionados, o que possibilita verificar a evolução do crédito no período analisado.

primários utilizados na pesquisa e que corroboram com a presente exposição de fatos.

Observa-se que o dinamismo cafeeiro, neste caso, gerava excedentes monetários principalmente aos fazendeiros, que diversificavam suas atividades: de homens produtores de café a emprestadores de moeda.

De acordo com os registros do recebimento do imposto sobre capitalistas, foram recebidos **25:705\$750** réis pelo órgão coletor. O imposto cobrado correspondia a 0,24% do montante do empréstimo concedido, assim chegou-se ao montante de **10.730.290\$753** réis que foram emprestados pelos capitalistas no período.

Verificamos que os fazendeiros que assumiram a situação de capitalistas foram responsáveis por 80,3% do crédito concedido e tributado no período entre 1873 e 1886, na cidade de Campinas e que, os dez capitalistas que mais emprestaram dinheiro foram responsáveis por 59,6% do crédito disponibilizado. Esses dados da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas sugerem, em dimensão local, a importância que o capital cafeeiro teve para a modernização da economia mercantil escravista nacional.

CAP.1: A PRODUÇÃO DA RIQUEZA E DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

A História brasileira e latino-americana é a História de um determinado capitalismo, do capitalismo tardio: sua especificidade não advém de surgir das entranhas da economia colonial, criatura, por sua vez, do capitalismo mercantil? (...) Enfim, reversamente, a História do capitalismo é também a nossa História. (MELLO, 1998)

ITEM 1.1. O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA ECONOMIA CAFEIEIRA DE CAMPINAS

Os capitalistas estudados são aqueles que se reconheciam como tais, que se posicionaram frente à sociedade da época como profissionais da oferta de crédito e que, portanto, pagavam tributo. Eram eles, em geral, o grande fazendeiro, o político e o comerciante de renome:

Os velhos fazendeiros paulistas, cujas fortunas se filiavam em anos mais remotos à produção de açúcar e comércio de animais e mais recentemente ao sucesso da lavoura cafeeira, são os detentores dos mais altos níveis de riqueza. Os recursos se transferem do complexo exportador cafeeiro para outros investimentos, sob a forma de empresas diversas – casas comissárias, bancos, ferrovias, fábricas, como também apólices da dívida pública e propriedades urbanas. (CANABRAVA, 1972)

A crescente acumulação proveniente do cultivo do café possibilitou o surgimento de novos rumos dos investimentos, marcado pela diversificação dos empreendimentos empresariais dos fazendeiros. “É a marca dos novos tempos a sua diversificação, que leva à diversificação dos rendimentos”. (CANABRAVA, idem).

É a emergência do grande empresário paulista, figura que realiza a síntese de várias funções, comerciais, financeiras, industriais e agrárias; nas simultâneas qualidades de acionista, diretor, expoente de relações familiares, presente em todos os empreendimentos que transformaram nos últimos trinta anos do século passado, o cenário socioeconômico paulista” (CANABRAVA, idem)

A concentração da riqueza em nível local gerava condições para a efetivação das relações assentadas sobre o crédito.

Na segunda metade do século XIX, os cafeicultores encontraram a zona ideal para o cultivo do café: o Oeste Paulista. Ali, onde

até meados do século XIX desenvolvera-se uma lavoura canavieira de importância, começaram a surgir, plantados na terra roxa, os grandes cafezais.

As duas importantes áreas de produção de café, a área que englobava a Zona Fluminense e o Vale do Paraíba de um lado, e o Oeste Paulista, de outro, apresentavam características demasiadamente diversas.

Ainda que não se possa identificar como “modernas”, para a década de 1870, as técnicas agrícolas usadas no “Oeste Paulista” já eram bem mais eficientes do que as observadas na antiga região (Vale do Paraíba). Nesse período, o uso do arado já se torna maior, e, graças à melhor topografia, parte desta lavoura pôde introduzir a máquina carpideira, que utilizando um homem e um animal, substituía, com vantagem, o trabalho de seis escravos. Este melhor “arranjo físico” na agricultura paulista possibilitava, por outro lado, que o trabalho escravo pudesse ser mais intenso que no Vale do Paraíba: nessa região, um escravo chegava a cuidar de um número de cafeeiros, cerca de quatro vezes maior do que no Oeste Paulista, fato este que implicava em menor cuidado com a plantação, e certamente, um rendimento econômico também menor.” (HOLLANDA, 1971, vol.4, tomo 2: 96-8)

A marcha do café em direção ao Oeste Paulista explicou-se pela própria dinâmica da economia mercantil, que se baseava na expansão territorial como forma de expandir a produção. Somente em meados do século XIX, a produção de café conseguiu superar a tradicional produção de açúcar na cidade.

De acordo com Simonsen (1973, p. 94), e retratado por CANO (1998, p. 40) “a fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, proporcionavam ao café do Oeste Paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região (Vale do Paraíba)”.

Nesse período, houve a ocorrência de grandes fortunas oriundas das oportunidades abertas pela economia cafeeira. O patrimônio alcançado por estas pessoas não resultou tão-somente da produção de café. Estes indivíduos não se formaram apenas na cafeicultura, mas também em outras atividades vinculadas à agricultura, ao comércio ou no fomento de crédito. Todavia, as possibilidades de acumulação encontradas por eles dependeu direta ou indiretamente do desenvolvimento do cultivo da rubiácea,

que gerou excedente. Os capitalistas apropriaram-se de uma parcela significativa dessa renda. (MARCONDES, 1998, p.265)

Até meados do século XIX, a economia de Campinas pautava-se na produção açucareira, grandes territórios eram ocupados por engenhos escravistas. A abundância de terras e a facilidade na obtenção de mão de obra africana permitiam que tal atividade se mantivesse e se propagasse sem limites.

Mas a partir de 1850, com a proibição do tráfico interoceânico de africanos, a oferta de escravos, em Campinas, teve uma forte redução, o que encareceu a utilização desse tipo de mão de obra.

A partir de meados do século passado, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Oeste Paulista, iniciavam-se profundas alterações na economia (...). A aparente valorização do ativo escravo que poderia ser sugerida pela elevação de seus preços e pelo aumento de concentração da propriedade escrava revelou-se ilusória. O fato de que o proprietário típico fosse o possuidor de um escravo já indicava modificações na qualidade escravista da economia; esta indicação adquiriu seu verdadeiro significado quando observamos o comportamento deste ativo, enquanto forma de riqueza e pudemos verificar seu declínio com referência a este objeto. (MELLO, 1990, p.149-150)

A solução desse problema foi possibilitada pelo grande influxo de massa imigratória europeia de famílias pobres, que enxergavam oportunidade de melhoria social no continente americano.

Os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para as fazendas de café. Tinham sua viagem paga, bem como o transporte até as fazendas. Eram despesas, assim como o necessário para a manutenção, entravam como adiantamento até que pudessem sustentar-se pelo próprio trabalho. Atribuía-se a cada família uma porção de cafeeiros na proporção de sua capacidade para cultivar, colher e beneficiar. Era-lhes facultativo o plantio de víveres necessários ao próprio sustento, entre as filas do café, enquanto as plantas eram novas. Quando isso não era mais possível, podiam plantar em locais indicados pelos fazendeiros. Em caso de alienação de parte dos víveres, cabia metade ao fazendeiro. Vendido o café, obrigava-se este a entregar, ao colono, a metade do lucro líquido, deduzidas todas as despesas com beneficiamento, transportes, comissão de venda, impostos, etc. Sobre os gastos feitos pelos fazendeiros em adiantamentos aos colonos cobravam-se juros de 6%, que corriam a partir da data do adiantamento. Os colonos eram considerados

solidariamente responsáveis pela dívida. Aplicavam-se na amortização pelo menos 50% dos lucros anuais. (COSTA, 1966, p. 81-81)

Nas plantações de café, o cativo começou a ser substituído pela família colona de origem europeia, imigrantes que viam, no Brasil, uma oportunidade de fugirem da fome e da miséria encontrados em seus países de origem, nações que estavam em rápido processo de industrialização e que, por esse motivo, expulsavam mão de obra dos campos, deixando a população que não conseguia inserir-se na atividade fabril à margem da sociedade europeia. Pelo lado das relações de trabalho, outro sistema, o colonato, generalizou-se nas fazendas, que evoluiu a partir de experiências de parceria.

O surgimento da estrada de ferro, que substituiu o transporte por mulas, somando-se à introdução da máquina de beneficiamento do café, veio reforçar o desenvolvimento do sistema cafeeiro, reduzindo os custos de transporte e melhorando a qualidade do café beneficiado e tratado para o comércio.

A incapacidade desse sistema (tropas de mulas) para atender às crescentes necessidades da economia paulista mostra-se patente; por um lado, a capacidade limitada, o alto custo e a demora do transporte por mulas já estimulavam a busca de novas formas de superar o problema. Além disso, o estado precário das estradas de rodagem e, especificamente, a difícil descida da Serra do Mar faziam mais nítida a fragilidade do transporte que sustentava a crescente economia paulista.” (SAES, 1974, p. 26).

Liberou parcela do capital, antes imobilizada em muare, e se permitiu aproveitar, diretamente na lavoura, os escravos que, antes se dedicavam às tropas; com isso, concorrendo poderosamente para a continuidade do processo de acumulação, numa situação de escassez dessa mão de obra.

O desenvolvimento das vias férreas, a partir da década de 1850 (como a São Paulo Railway, futuramente denominada, Santos-Jundiaí) proporcionou ainda maior impulso ao café paulista, facilitando o escoamento do produto. Nos últimos anos do século XIX, São Paulo já

contribuía com quase a metade da produção global do país e, nas fazendas paulistas, utilizavam-se máquinas agrícolas (arados, ventiladores, despoldadores e separadores de grãos) e, com a sensível elevação do grau de divisão do trabalho, surgiam várias tarefas especializadas que aumentavam a produtividade.

O desenvolvimento das estradas de ferro no Brasil tornou-se realidade após 1852, quando o Império aprovou uma série de medidas, através da Lei nº 641, que garantiam os lucros daqueles que arriscavam seus capitais em tal investimento:

A Lei nº 641, que estabelecia o regime geral de concessões de estradas de ferro no Brasil, incluiu a garantia de juros entre os privilégios a serem usufruídos pelas empresas concessionárias. O Governo Imperial garantia juros de 5% sobre o capital empregado na construção da estrada de ferro aos quais se somavam, quase sempre, adicionais de 2% pagos pelos Governos Provinciais. Os outros privilégios incluíam, por exemplo, a isenção de impostos na importação de materiais para a estrada de ferro e o privilégio de zona (pelo qual nenhuma outra estrada de ferro poderia ser estabelecida na área compreendida por 30 km de cada lado da linha). (SAES, 2002, p. 181)

A expansão ferroviária, talvez o elemento mais importante do complexo cafeeiro do Oeste Paulista, teve sua maior fase de crescimento nas décadas de 1870 e 1880.

Provavelmente, pelo menos parte do capital aplicados nas ferrovias dessa região deve ter saído diretamente da cafeicultura, representando assim uma nova oportunidade de inversão para o capital cafeeiro. (CANO, 1990, p. 41).

As ferrovias passaram a ser um investimento seguro, e atraíram capitais dos homens ligados principalmente à economia cafeeira. Desse modo, por volta de 1870, foram formadas as primeiras empresas ferroviárias com capital nacional – São Paulo Railway, Estradas de Ferro Paulista e Mogyana – responsáveis por realizarem a ligação entre o porto de Santos e as principais cidades do interior do estado.

A primeira linha férrea tipicamente paulista foi a que ligou o porto de Santos à cidade de Jundiaí. Pelo Decreto 2.601, de seis de junho de 1860, o governo imperial aprovou o estatuto da Companhia de Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí (conhecida como sistema São Paulo-Santos da chamada “São Paulo Railway”), dando origem à primeira linha férrea paulista, que atingiu a cidade de São Paulo em 1866 e Jundiaí em 1877, num trajeto de cerca de 140 km, apoderando-se até a década de 1930 do monopólio da única estrada que liga o porto de Santos ao interior do Estado. (FONTANARI, 2002, p.58).

Essa estratégia de monopolizar o único caminho que servia de escoadouro de toda produção cafeeira paulista e não estender as linhas férreas rumo ao interior, exigiu a organização dos homens ligados à elite cafeeira para realizar tal projeto.

Surgiu, assim, na cidade de Campinas, em 1868, a primeira ferrovia que estendeu os trilhos rumo ao planalto: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, constituída como sociedade anônima com 25.000 ações distribuídas entre 654 acionistas. Segundo Flávio Saes:

Apesar de nenhum dos acionistas possuírem mais do que “1.000 ações (4% do total), alguns grupos familiares tinham presença destacada: Silva Prado, Souza Queiroz, Vergueiro e Pais de Barros. A origem de seus capitais estava associada a plantações de café, com algumas incursões na área comercial (SAES, In: SZMRECSÁNYI, 2002. p.181)

Era, portanto, a primeira ferrovia organizada exclusivamente com capitais provinciais, tendo privilégio de zona e garantia de juros.

A segunda empresa ferroviária criada no período foi a Mogyana, fundada em 1872, na região de Campinas. Ela teve entre seus principais acionistas a família Silva Prado, Antônio Queiroz Teles e José Estanislau do Amaral (grandes proprietários de plantações de café) e o Barão de Tietê.

O plano inicial de levar a estrada até Mogi Mirim foi, de pronto superado, e a lei que aprovou e incorporou a companhia previu o seu prolongamento até a margem do rio Grande passando pelas cidades de Casa Branca e Franca. (MATOS, 1990, p. 91)

O caminho percorrido pela Estrada de Ferro Mogyana seguia o traçado de uma antiga via de comunicação: a Estrada do Anhanguera ou Caminho de Goiás. Ao final do século XIX o caminho ganhou novo impulso, à medida que a economia paulista se expandia e se conectava a outros circuitos regionais.

Os cafeicultores não apenas propiciaram o surgimento e ampliação da ferrovia paulista, eles também dinamizaram o crédito ao consumo e ao investimento em Campinas, como podemos depreender na pesquisa, que 80% do crédito concedido pelos capitalistas inventariados, provinham de pessoas ligadas diretamente com a produção rural, em sua maioria com a cafeicultura.

Campinas tornou-se a capital agrícola da província, crescimento proporcionado pelo horizonte de expansão para o café, que foi colocado pela disponibilidade de terras e pela recuperação dos preços externos. O marco inicial dessa diversificação é a incorporação da Companhia Paulista, em 1867 e, da Companhia Mogyana, em 1872.

As ferrovias e a disseminação de máquinas de beneficiamento, reduzindo custos, aumentando a produtividade e poupando mão de obra, estimularam poderosamente a acumulação cafeeira. O estímulo à acumulação recolocou o problema de obtenção de mão de obra barata e abundante à medida que se ampliava o plantio da rubiácea. Conjuntamente com a expansão de técnicas infraestruturas modernizadoras do sistema cafeeiro, ocorreu a implementação das novas técnicas de trabalho, excluindo-se a figura do escravo e surgindo, em seu lugar, os parceiros e a família colona imigrante.

Se a economia cafeeira se desenvolveu aceleradamente, favorecida pela fertilidade da terra roxa, por uma infraestrutura de equipamentos e benfeitorias, bem como pelo suprimento de mão de obra escrava e, posteriormente, colona estrangeira, além de outros fatores não menos importantes, como o capital acumulado pela economia açucareira, o treino dos fazendeiros com a comercialização e transporte do produto e a ampliação da rede de transportes pela ampliação da via férrea implantada e

construção de novas estradas de ferro interligando grandes distâncias entre as cidades interioranas paulistas e o litoral do estado, onde ocorria o afluxo cafeeiro à exportação.

A crescente produção cafeeira gerou demanda por infraestrutura de exportação, incluindo ferrovias, portos, cabos telegráficos submarinos e empresas de navegação a vapor. Em um segundo momento, em meio ao processo de urbanização, investimentos expressivos foram realizados em empresas de serviços públicos: água, esgotos, gás e, mais adiante, transporte público, energia elétrica, telefones. Estes investimentos dependeram em parte da atração de investimento direto estrangeiro, essencialmente britânico até o final do Império. Além de investimento estrangeiro, houve investimento considerável do governo central, de governos provinciais e de capitalistas brasileiros, especialmente em ferrovias. Nestes investimentos ferroviários nacionais ocuparam posição destacada a Estrada de Ferro Central do Brasil, do governo imperial, com investimentos da ordem de £ 9,7 milhões no final do Império e as ferrovias privadas paulistas – Sorocabana, Mogyana e Ituana – com investimentos totais de £ 2,2 milhões (BRANNER, 1887, p. 8-9).

Cabe-se destacar que a diversificação de empreendimentos pelos fazendeiros do Oeste-Paulista ocorria nos períodos de alta nos preços internacionais do café e nos momentos de maiores lucros do produto. As novas oportunidades que os capitalistas buscavam não ocorriam por prejuízo da lavoura de café, mas pelo excesso de lucros provenientes dessa, que impossibilita que a totalidade monetária aquiescida fosse reinvestida na produção. É uma diversificação positiva que não impede que também se expanda a área cultivada.

A consolidação do Oeste Paulista como principal zona produtora de café passou pela conjunção de diversos fatores: a disponibilidade de terras férteis no interior de São Paulo, com boa topografia e elevada produtividade inicial; a implementação das ferrovias entre 1867-1875; a adoção do trabalho assalariado; e os aprimoramentos produtivos como a máquina de beneficiamento de café. Por tudo isso, a produção cafeeira paulista dobrou entre 1876-1883 (CANO, 1981, p.31-35; COSTA, 2007, p. 318-326).

Tamanha evolução do plantio cafeeiro em São Paulo demandou a superação de vários obstáculos que se tornavam oportunidades para indivíduos empreendedores. Financiamento da lavoura, abastecimento das fazendas e de seus trabalhadores, escoamento da produção nos mercados interno e externo, serviços públicos nos centros urbanos; foram atividades que nasceram atreladas aos bons resultados da lavoura cafeeira, converteram-se em opções de investimento.

A partir da década de 1870, as ferrovias, bancos, casas comissárias e exportadoras, comércio de importação e exportação, empresas de serviços públicos e indústrias formaram o complexo econômico cafeeiro paulista, que tinha no centro a produção cafeeira, eixo que se interligava às atividades supracitadas (CANO, 1981, p. 17-22). Este complexo econômico era comandado pelos representantes do grande capital cafeeiro, indivíduos que, concomitantemente, promoviam, articulavam e comandavam os diversos ramos do complexo, além de, em muitos casos, terem participação na esfera política (SILVA, 1995, p. 54; PERISSINOTTO, 1994, p. 49).

A nova realidade campineira, uma economia orbitando em torno do café, introduz, na cidade, maior quantidade de capitais e a acumulação destes torna-se evidente no topo da hierarquia social predominante na cidade, cujo topo é a elite agrária.

No ano de 1868, a cidade de Campinas possuía, segundo o arrolamento feito para a cobrança de imposto sobre portas e janelas, 1.373 habitações, número que em 1870, devia superar 1.400. A população de Campinas, em 1870, estava avaliada em 33.000 habitantes, localizando-se cerca de 10.000 pessoas na cidade, e o restante nas fazendas. Desse total, cerca de 13.000 indivíduos eram livres e 20.000 eram escravos (BIANCONI, 2002, p.12-14).

No ano de 1870, Campinas já era o terceiro município com maior arrecadação de tributos da província de São Paulo, com um orçamento de 29:725\$281, sendo superada apenas pelos orçamentos de

Santos, que era de 33:804\$000 e da própria capital, com 31:840\$000, segundo os dados de orçamentos provinciais da ALESP.

Verifica-se que o capital cafeeiro tinha diversos aspectos; ele apresentava ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital comercial e do capital bancário. Esses diferentes aspectos correspondiam a diferentes funções do capital e, tendiam, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes e frações sociais diferentes.

Zélia Maria Cardoso de Mello assinala a grande transformação ocorrida com relação aos ativos, a crescente presença das ações e a participação destas na riqueza de determinados indivíduos, mostrava existir recursos em dinheiro que, convertidos em ações (títulos de empresas) constituíam importante parcela dos ativos inventariados e um mecanismo financiador de novos empreendimentos.

A conclusão a que Zélia Maria chega é que os sujeitos possuidores de capacidade financeira não só encontravam novas oportunidades de investimentos, mas também as criavam. Pela presença de ações no rol dos bens dos capitalistas analisados, conclui-se que não eram somente desfrutadores da riqueza nova, como também eram os responsáveis por empreendimentos consolidados na base das sociedades anônimas acionárias, como homens com interesses diversificados.

O crédito assumiu papel fundamental na formação da economia do Oeste Paulista durante o século XIX. Entretanto, as limitações de oferta de crédito abriram oportunidades para que pessoas com disponibilidade de recursos desenvolvessem atividade de empréstimo de dinheiro.

O empréstimo de capitais já era utilizado no Vale do Paraíba no início do século XIX:

Existiam também fazendeiros da vizinhança dispostos a emprestar dinheiro a juros, e alguns deles amealhavam fortunas consideráveis fazendo empréstimos judiciosos. Na impossibilidade de recorrerem a essas fontes de crédito, ou desejando suplementá-las, podiam ainda recorrer aos capitalistas da

localidade como, por exemplo, os membros da família Teixeira Leite. Durante quase quarenta anos essa família desempenhou importante papel suprimindo as necessidades de crédito no Município de Vassouras (...). Mais importante ainda, talvez, tenha sido o fato de essa família contar desde o início com o apoio financeiro de parentes de Minas Gerais. (STEIN, 1961, p.20-21)

Os empréstimos a juros desses capitalistas envolviam garantias a respeito do pagamento futuro. Além do papel de devedor assumido por próprio punho daquele que contraía a dívida, cabia ao credor exigir mecanismos de segurança para obtenção dos retornos acordados, geralmente pelo comprometimento dos bens presentes e futuros do devedor.

Os empréstimos feitos por estes capitalistas eram garantidos por hipotecas. A execução desses títulos por falta de pagamento envolvia muitos membros da família do credor em transações imobiliárias, conquanto nem Francisco José nem seus irmãos houvesse jamais administrado por muito tempo qualquer fazenda importante. A maneira mais segura de cobrar uma dívida era fazê-lo pelo intermédio do comissário do fazendeiro, no Rio. Mantinham os Teixeira Leite contatos íntimos com os grupos comerciais da capital, onde membros da família tinham participação nas casa comissárias (STEIN, 1961, p. 21-22).

Flávio Azevedo Marques de Saes estudou o crédito e os bancos paulistas durante a segunda metade do século XIX. As três fontes principais do crédito as quais este se refere em seu estudo foram: comerciantes, comissários e capitalistas.

O crédito do comissário não podia oferecer tais condições de prazo: quando muito podia esperar a época da safra para cobrar os adiantamentos realizados. O crédito de longo-prazo, portanto, era raro e quando disponível implicava em elevadas taxas de juro. Aliás, as queixas da lavoura contra a taxa de juro são constantes e referem-se tanto no nível quantitativo dos juros, quanto ao seu significado econômico. (SAES, 1986, p.67)

As elevadas taxas de juro implicavam constantes reclamações aos agricultores e habitantes de diversas regiões. Havia uma pressão dos cafeicultores por formas de financiamento menos onerosas e com prazos maiores, principalmente de longo-prazo. Flávio Saes salienta que “o nível da

taxa de juros permanecia no intervalo de 12 a 18% ao ano” (SAES, 1986, p. 68).

Os recursos financeiros na lavoura de café eram importantes por duas razões. Primeiro, por se tratar de uma cultura permanente que exigia um período relativamente longo para sua formação. A lavoura era considerada formada e em plena produção apenas no seu quinto ou sexto ano de vida. Em consequência, os gastos com a formação exigiam uma inversão de recursos cujos primeiros retornos tardariam longo tempo para aparecer. A segunda razão refere-se às elevadas exigências do trato do cafezal. Eram necessárias diversas carpas durante o ano para conservar a lavoura limpa a fim de preservar a produtividade da planta.

Paulatinamente, crescia a importância do crédito concedido pelos comissários e pelas casas de comissão, retratos de uma economia movida pela produção cafeeira e dinamizada pelo capital mercantil a esta vinculado. As relações pessoais de empréstimo, baseadas na confiança de que o devedor quitará a dívida e em sentimentos subjetivos como amizade e estima por aquele que “implora” crédito, continuam a existir até os dias atuais.

A partir do desenvolvimento dos bancos e, especialmente, da lei hipotecária de 1864, houve a possibilidade de introdução de casas bancárias como uma fonte alternativa de recursos, pois a legislação permitiu a redução dos riscos dos empréstimos.

O Banco do Brasil e o Banco de Crédito Rural financiavam a uma taxa de juros de 6% ao ano com prazo de 20 anos no primeiro caso; 8% ao ano para prazos de 5 a 10 anos e 9% para 15 a 20 anos no segundo caso. (MARCONDES, 1998, p.222-223).

As taxas de juros das instituições que atuavam deste modo eram atraentes em relação às fornecidas pelos comissários e capitalistas. No entanto, a dificuldade de obtenção de garantias legais seguras para o credor bancário dificultava a sua expansão, beneficiando apenas uma parcela reduzida dos cafeicultores.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) exigiu medidas fiscais para maior obtenção de recursos e o Governo Imperial viu-se obrigado a promover uma reordenação de seu sistema tributário, com o objetivo de se constituir uma maior fonte de recursos para as novas despesas públicas em decorrência do conflito. A gestão de Zacarias de Góes e Vasconcellos, ministro da Fazenda, ocorreu na guerra contra o Paraguai e, para enfrentá-la, criaram-se de novos impostos e foram autorizadas elevações de impostos já existentes, como o Imposto de Indústrias e Profissões, que passou a cobrar-se de toda pessoa, nacional ou estrangeira, que exercesse qualquer indústria, profissão, arte ou ofício, mediante taxas fixas e cotas proporcionais.

Na limitação de um sistema bancário público ou privado, ligado diretamente à produção, o comerciante de café chamava para si o papel fundamental de suprir o crédito necessário. O limite à expansão monetária ocorria devido às imposições do Padrão-Ouro: a emissão monetária dependia de o país possuir reservas metálicas, em igual valor ou superior à de moeda emitida.

Em contrapartida, exigia reciprocidade do fazendeiro, pois a produção era entregue aos seus cuidados, que consistiam no preparo e na venda do café, ganhando uma comissão que na época era fixada em 3% do valor da venda. O comerciante fornecia o crédito ao fazendeiro; em troca, adquiria um cliente cativo.

O relacionamento comercial entre a casa comissária e a fazenda principiava pelo fornecimento de crédito ao fazendeiro, tanto para a formação da lavoura quanto para o custeio da fazenda. Ao que tudo indica, ao fazer o repasse do crédito bancário ao fazendeiro, o comissário não auferia lucro. Isto é, a taxa cobrada ao fazendeiro era a mesma cobrada pelo banco à casa comissária.

De acordo com os dados de Afonso Taunay, em sua "Pequena História do Café no Brasil", enquanto no decênio de 1841-1850 a produção brasileira foi de 17.121 sacas (de 60 quilos cada), no decênio seguinte ela saltou para 26.253 sacas. A contribuição de São Paulo para

esses índices já era, nessa época, de cerca de 15% do total. O porto de Santos, cuja primeira remessa de café para o exterior data de 1792, passaria a ser o primeiro centro portuário de exportação do produto durante a década de 1860. A produção agrícola de Campinas, nesse período, estava em ascendência: em 1869 a colheita foi de cerca de um milhão de arrobas de café, cifra que atingiu 1.300.000 arrobas exportadas em 1870. Além disso, o açúcar, cultura abafada pelo café, ainda renderia anualmente 100.000\$000 ao município; já o algodão, pouco explorado, renderia cerca de 40.000\$000. Desse modo, em 1870, o valor de toda a produção local, líquido, estaria em 6:600: 000\$000.

Esse cenário coloca a questão das formas de disponibilidade dos recursos destinados à produção, circulação e consumo. Era o crédito para comprar estoques e montar um negócio, quitar a hipoteca e comprar uma casa, para construir outra e obter renda, ou usufruir os serviços de médicos, advogados, comerciantes, marceneiros, vestir-se e até morrer.

A rede de crédito funcionava baseada em relações pessoais. No caso da urbanização de São Paulo, o crédito que ia para além da sobrevivência cotidiana, para além dos mantimentos e médicos, era um instrumento fundamental na busca da estabilização e do enriquecimento (OLIVEIRA, 2005, p. 195).

Ao desenvolvimento agrícola, de grande acumulação proporcionada pelo café, acresce-se o desempenho do setor terciário (comércio, transportes e serviços) que irá aos poucos se diversificando e adquirindo um papel redistribuidor de rendas importante. Os serviços oferecidos por uma variedade de profissionais, em consultórios, clínicas, escritórios, oficinas, ateliês, cobrem desde necessidades triviais de forte presença agrícola, como armazéns de secos e molhados onde era possível comprar gêneros alimentícios diversos e essenciais, como arroz, batatas e carne seca; até aqueles mais sofisticados, próprios de um mercado consumidor urbano exigente e de alto poder aquisitivo, como, por exemplo, ourives e negociantes de diamantes brutos e lapidados.

O desenvolvimento e diversificação da agricultura paulista (exclusiva café) está intimamente vinculado ao processo de desenvolvimento da cafeicultura, que se expandiu ao se consolidar o sistema de colonato. (...) À medida que o complexo cafeeiro se desenvolve e gera um processo crescente de urbanização-decorrente de atividades afins, do comércio, da indústria, etc. - o sistema reclama também, a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela que é feita fora da propriedade cafeeira operando com seus próprios recursos físicos. (CANO, 1998, p. 71, 72 e 76)

Construção civil, saúde, vestuário, cultura estética e moda são atendidos por uma gama de profissionais brasileiros e estrangeiros, que vão de agrimensores a professores de música, de afinadores de piano a médicos, de dentistas a alfaiates, de chapeleiros a sapateiros, de relojoeiros a padeiros, de açougueiros a leiteiros.

ITEM 1.2: RELAÇÕES DE CRÉDITO

O Brasil, assim como a maioria dos países latino-americanos, entrou para a economia internacional como fornecedor de algumas matérias-primas, sobre as quais mantinha oligopsônio, ou no mínimo uma vantagem comparativa: o pau-brasil nos primórdios da colonização, seguido da cana-de-açúcar, no século XVII; diamantes, ouro e minérios no século XVIII; algodão, cacau, tabaco, mate, borracha e principalmente, o café no século XIX.

O funcionamento do novo sistema econômico, baseado no trabalho assalariado, apresentava uma série de problemas que, na antiga economia exportadora-escravista, apenas se haviam esboçado. Um desses problemas - aliás comum a outras economias de características similares - consistiria na impossibilidade de adaptar-se às regras do padrão-ouro, base de toda a economia internacional no período que aqui nos ocupa. (FURTADO, 2005, p.158)

O princípio do padrão-ouro afirmava que cada país deveria dispor de uma reserva metálica - ou de divisas conversíveis, na variante mais corrente – em volume suficientemente para cobrir os déficits ocasionais de sua balança de pagamentos.

A dificuldade residia do fato de que um país exportador de produtos primários tinha, como regra geral, uma elevada participação relativa no comércio internacional, isto é, seu intercâmbio per capita era relativamente muito maior que sua renda monetária per capita. Era grande dependente de importações de produtos variados, desde alimentos como trigo, peixes, carnes; a itens manufaturados de vestuário, calçados, tecidos; e de artigos de capital em geral, peças de máquinas e equipamentos prontos.

Assim, sua economia dependia muito das importações para a manutenção da estrutura de consumo vigente na sociedade, e dependia,

ainda mais, de suas exportações, para gerar as divisas monetárias tão necessárias ao comércio internacional. A exportação de gêneros primários, principalmente café e algodão, no período analisado no presente trabalho, encontrava-se sujeita a oscilações agudas de demanda pelo mercado consumidor internacional.

Ora, “a que preço as regras do padrão-ouro poderiam aplicar-se a um sistema especializado na exportação de produtos primários e com um elevado coeficiente de importação?” (FURTADO, 2005, p.160).

Nas economias dependentes, a crise se apresentava de forma totalmente distinta, iniciando-se com a queda no valor das exportações, seja em razão da redução unitária do preço do bem exportado, seja em decorrência da contração da demanda internacional por este produto. Era necessário que e passasse algum tempo para que a contração do valor das exportações exercesse seu pleno efeito sobre a procura de importações, já que, segundo KEYNES (2009), as preferências dos consumidores possuem rigidez no curto prazo.

Não se deixava de consumir imediatamente pães à base de trigo, vinhos portugueses, tecidos franceses, imediatamente à elevação do preço-relativo destes. Era de se esperar que se criasse um desequilíbrio inicial na balança de pagamentos.

Por outro lado, a queda dos preços das mercadorias importadas, em geral, produtos manufaturados se fazia mais lentamente e com menor intensidade que a dos produtos primários exportados; gerando um ciclo perverso aos países em desenvolvimentos, que apresentavam a estrutura de intercâmbio internacional exposta.

Ademais, a esses dois fatores, vinham se acumular os efeitos da rigidez do serviço dos capitais estrangeiros e a redução na entrada desses capitais, em momentos de crise internacional; prejudicando o balanço de pagamentos do Brasil e de demais nações correlatas em esfera de desenvolvimentos industrial, social e financeiro.

O nível da taxa de juros - formalmente limitado pelo máximo permitido legalmente de 12%, e que permaneceu em vigor por cerca de mais outro século - era alto durante o período, se comparado ao dos países desenvolvidos, porém não excessivamente em vista do pequeno volume de poupança e da tendência ascendente dos preços, que àquela época de ilusão monetária quase que completa e evidente, não era considerada por emprestadores e tomadores. A maioria das taxas caracterizam-se por flutuações relativamente pequenas, como de hábito em muitos setores. (GOLDSMITH, 1986, p. 51)

As taxas de juros de longo prazo eram mais reduzidas para obrigações lastreadas em títulos hipotecários e empréstimos hipotecários, assim como para obrigações do Governo.

As obrigações internas do governo central renderam, durante a maior parte do período, entre 5 e 6%; o rendimento sobre as obrigações hipotecárias do Banco do Brasil decresceu de cerca de 6 a 5%, apesar de que as de dois bancos hipotecários menores renderam 8% numa base corrente. (SWEIGART, 1980, 143-147)

Goldsmith (1986) ressaltava que os períodos de inflação acentuada limitaram a expansão financeira, avaliada a partir dos indicadores financeiros típicos da análise do autor: oferta de moeda, relação entre ativos e passivos financeiros e a composição destes e instrumentos de endividamento das empresas e do Governo.

A Guerra do Paraguai, travada entre o Paraguai e os países da denominada Tríplice Aliança, Brasil, Argentina e Uruguai, perdurou de dezembro de 1864 a março de 1870 e gerou diversas mudanças na economia brasileira:

Estendeu-se, por todo o país, uma excitação patriótica, que potencializava um otimismo e uma disposição de luta fundados em sentimento de honra nacional e em vibrantes convicções de que ia ser dado um completo e rápido castigo ao agressor. (PACHECO, 1973, p.242)

As citadas ilusões de facilidade podem ter contribuído para uma menor escala e menor preparação de forças de guerra, o que possivelmente delongou o conflito.

Na sessão legislativa de 1867, de acordo com Cláudio Pacheco (1973), a atração dos debates residia sobre a corrente Guerra do Paraguai:

O que predominava nas posições e na atividade governamentais era o problema da guerra, não primacialmente sob o aspecto político ou militar, mas, em primeiro plano, sob o aspecto financeiro do custeio, de toda a caudal de recursos, numa grande parte em moeda metálica, para as exigências insaciáveis das despesas da campanha marcial, que devorara todas as disponibilidades orçamentárias e de crédito. A passar a nutrir-se de emissões. (PACHECO, 1973, p.241)

A requisição financeira para gastos de guerra afetava o movimento econômico e financeiro do país. Entre as principais consequências vividas estavam o déficit financeiro; o açambarcamento de capitais, que eram desviados ou devolvidos do investimento ou mesmo do financiamento ao comércio e à indústria; a captação das espécies metálicas, que eram indispensáveis para o custeio das forças armadas em território estrangeiro e; a alta do custo de vida por conta do aumento dos impostos e da expansão do meio circulante que já resultava do lançamento de títulos do Governo e logo se acelerou com as emissões.

Zacarias de Goes e Vasconcelos, Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho de Ministros, apresentou, na sessão de 19 de junho de 1867 da Câmara dos Deputados, uma proposta de captação de recursos, cuja base se centrava na, primeiramente, em autorizações de operações de crédito, via emissão de títulos governamentais, e em segundo plano, na ampliação de emissão de papel moeda.

Iniciou-se debate político: os opositores do Governos se posicionaram contra a autorização de emissão de moeda, a qual chamavam de “remédio anormal, pernicioso, que mais agradava do que curava o mal; perturbador da indústria e do comércio e , da saúde financeira pública e das fortunas privadas”.

A política deflacionária implementada após a Guerra do Paraguai reduziu o estoque de moeda e causou declínio no nível geral de

preços. Ocorreu então, uma recessão em 1874-1876, com uma séria crise bancária em 1875, e o nível de atividades permaneceu deprimido até o final da década. (SUZIGAN, 2000, p. 85)

À medida que o complexo cafeeiro se desenvolvia e gerava um processo crescente de urbanização, esse sistema encontrava limites para sua expansão. Essa alta produtividade das terras paulistas, aumentava as margens de lucro da cafeicultura, e passava a exigir a ocupação de novas terras, com a formação de novos plantios.

Entretanto, a expansão da fronteira agrícola em direção ao interior era limitada pela distância com os centros consumidores e exportadores da mercadoria. A superação desse obstáculo veio com a formação do sistema ferroviário paulista.

Com a análise dos inventários doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas, foi possível verificar como alguns destes capitalistas conservavam sua riqueza, como esta se repartia entre propriedades rurais, escravos, móveis, livros, objetos de ouro e prata, entre outros.

Os capitalistas diversificavam seus ativos entre formas de imobilização pura de capital e formas geradoras de recursos. Aquela se associa à manutenção de móveis, objetos de ouro e prata, livros em acervo de biblioteca particular e, dinheiro em forma líquida em cofres, meios que não geram lucros.

O fazendeiro não se interessa pela quantidade de café que sua lavoura gerará se as sacas não se transformarem em recursos monetários e meios de pagamento. Os escravos seguem na mesma óptica, eles são os braços trabalhadores que aram a terra, colhem o café, retiram o algodão do algodoeiro, cozinham e mantêm limpa a casa de seu senhor.

Maria Luiza Ferreira de Oliveira, (OLIVEIRA, 2005) analisou inventários da cidade de São Paulo, no período compreendido entre 1850 e 1900, objetivando retratar a dinâmica evolutiva do capital neste momento de transição da predominância do capitalismo mercantil cafeeiro e recrudescimento do capitalismo industrial.

A autora elabora uma vasta definição de crédito, desde o adiantamento da comora para pagamento futuro, visto como a compra de itens de consumo e de capital sem pagamento imediato. Eram gêneros de subsistência: carne verde, mantimentos secos alimentícios e vestimentas e sapatos em geral; eram peças de máquinas de beneficiamento de café, manutenção de Trollys, etc.

Esse tipo de crédito proposto por OLIVEIRA (2005) compunham a maior parte das relações sociomonetárias por ela analisada. Em contraposição, apenas 2% das dívidas inventariadas foram atendidos por bancos, como a Caixa Filial do Banco do Brasil, Banco Mauá, ou por casas bancárias. Para a situação de crédito estudado por ela, 90% das transações, feitas para obtenção de liquidez, utilizaram-se de outros canais de crédito, mediante uma hipoteca, um vale, uma letra, um título, a própria confiança existente no tomador de empréstimo.

Emprestar dinheiro, disponibilizar primeiro a mercadoria para receber depois, prestar serviço hoje para ser pago em outra ocasião eram práticas cotidianas. Estar devendo era condição comum a 76,3% dos inventariados no período. Pedir emprestado era um hábito difundido. No total, 262 inventariados, ou 80% da amostra, deixaram alguma dívida, ativa ou passiva. Por trás de cada dívida, há uma relação de crédito a ser desvendada. (OLIVEIRA, 2005, p. 133-134)

Percebe-se que as lógicas que concorrem ao empréstimo de dinheiro, à dinâmica do crédito, não são lineares, nem fáceis de rastrear, já que parecem guiadas por outros mecanismos. Ao mesmo tempo que não se pagava ao fornecedor, emprestava-se dinheiro para um conhecido, e em seguida, recorria-se a um banco para ter novamente dinheiro líquido, e novas redes de crédito se formavam. Confiança, proximidade, relacionamentos são fatores estratégicos nesse período.

Maria Luiza reforça a separação do crédito em várias tipologias, de acordo com o mecanismo de concessão. O primeiro grupo e mais usualmente verificado em inventários refere-se a trocas feitas para ter acesso a serviços urbanos, comércio estendido em seu sentido amplo,

compreendendo artesãos como joalheiros, sapateiros e relojoeiros. Alguns tipos de dívida refletem as vicissitudes da vida das famílias, eram gastos feitos com médicos, farmácias, padre, enterro e luto. Muitas famílias podiam não ter dívidas em aberto, mas precisavam pedir ajuda para o pagamento do enterro. Em geral, o crédito era dado per funerária, mas por vezes era pago por alguém que depois vinha apresentar a conta ao inventário, podendo ser parente, vizinho, amigo, ou algum comerciante. “Com esse ciclo, médicos, remédios , enterro e, por fim, o luto, muitas famílias gastavam o que tinham e o que não tinham” (OLIVEIRA, 2005, p. 141).

Essas dívidas eram frutos de relações estabelecidas através de contas mantidas nos estabelecimentos, contas que duravam por vezes anos, de forma que o cliente ia pagando aos, poucos, mas que, geralmente não quitava o débito por completo. Ia rolando algum débito para o mês seguinte, dando dinheiro por conta, mantendo a ligação com o comerciante. Eram ligações comuns nas cidades, para as quais não se cobravam juros, mesmo que a dívida fosse alta e antiga, pois residia na permanência do comércio na sua clientela habitual.

Uma segunda tipologia apresentada refere-se às dívidas comerciais, provenientes do abastecimento dos comerciantes, artesãos com oficinas e demais trabalhadores que necessitavam de crédito para compra de insumos e manutenção e reprodução de capital.

No entanto, o tipo de crédito que o presente trabalho abarca é o empréstimos em dinheiro ou em vales e letras. É um dos tipos de dívida mais coesa, pela precisão dos dados arrolados em inventários, se a dívida ainda estiver em aberto. Trata-se de transação feita para diversos fins, mas em cuja natureza, está a entrega de dinheiro ou de instrumentos equivalentes, não envolvendo diretamente a compra de mercadoria ou a contratação de um serviço específico. O motivo do empréstimo pode até ter sido para o pagamento de serviço ou de um produto de uso pessoal, como roupas e sapatos, mas nesse caso, não há ligação entre o provedor do crédito e o fornecedor do serviço ou bem destacado.

O limitado meio circulante, devido às Políticas Quantitativistas, que regiam a possibilidade de expansão monetária nacional, pode ter sido uma das explicações sobre o contexto do uso do crédito em diferentes momentos históricos no Brasil. Em São Paulo de meados do século XIX, a falta de liquidez, de dinheiro circulando na praça, provavelmente, era uma das razões a estimular o uso do crédito, em seu sentido mais ampla. A queixa da falta de numerário era constante nos jornais da época, e foi um dos problemas com o qual os ministros da fazenda do final do Império e início da República tiveram que lidar.

O comércio da cidade de São Paulo se mostrava fortemente marcado pela presença de estrangeiros, sobretudo lusitanos. “Se passear pelas lojas dava uma imagem da cidade, ela seria sem dúvida a de um local impregnado por múltiplas culturas” (OLIVEIRA, 2005, p.173)

ITEM 1.3: A CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL NO COMPLEXO CAFEEIRO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

É marcante do sistema cafeeiro paulista a diversificação econômica, e a ele nos atentamos no presente trabalho. A partir desse ponto, serão explicitados os dados obtidos com a pesquisa primária dos documentos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Pretende-se salientar que as figuras dos capitalistas não realizam a atividade financiadora como sua primeira opção de renda, a circulação de empréstimos se faz necessária pela escassez de outras formas de obtenção de liquidez do sistema econômico-produtivo centrado na rubiácea.

De acordo com os registros do recebimento do imposto sobre capitalistas, descrito pelo coletor da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas José Rodrigues Ferrás do Amaral, foram recebidos 25:705\$750 réis (deflacionados) por este órgão em tributação sobre o movimento de crédito pelos capitalistas no período entre 1873 e 1886. O imposto cobrado correspondia à cerca de 0,24% do montante do empréstimo concedido, assim chega-se ao montante de 10.730.290\$753 réis que foram emprestados pelos capitalistas no período. O deflacionamento foi realizado com base no índice de Catão³, para o ano base 1873=100. A figura 1 mostra a variação da concessão de crédito e da consequente arrecadação do “imposto sobre capitalistas” para o período estudado, entre 1873 e 1886.

³ Luis A.V. Catão, com base no primeiro ano do período estudado, 1873, demonstrado no artigo "A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913", descrito no índice A, ao final deste trabalho..

FOTO DIGITAL 1: Página com o “imposto sobre capitalistas” do livro 58 da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, referente ao período fiscal entre os anos de 1880-1881.

Lançamento do Imposto

Registramento de 28

Nº	NOMES DOS CONTRIBUINTES	Residência		Val. a impl. em espécies de unidade de	IMPOS-
		Quart. e Bairro	N.º		
1	Antonio Antonio & Maria Ribeiro	Paraisópolis		57.000,00	110,00
2	Antonio de Jesus Ribeiro	Paraisópolis		50.000,00	100,00
3	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		110.000,00	220,00
4	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		50.000,00	100,00
5	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		100.000,00	200,00
6	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		60.000,00	120,00
7	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		50.000,00	100,00
8	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		100.000,00	200,00
9	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		200.000,00	400,00
10	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		100.000,00	200,00
11	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		50.000,00	100,00
12	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		20.000,00	40,00
13	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		200.000,00	400,00
14	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		100.000,00	200,00
15	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		100.000,00	200,00
16	Antonio Antonio Ribeiro	Paraisópolis		350.000,00	700,00
				1.117.000,00	2.234,00

Antonio Antonio Ribeiro

O Collectador.

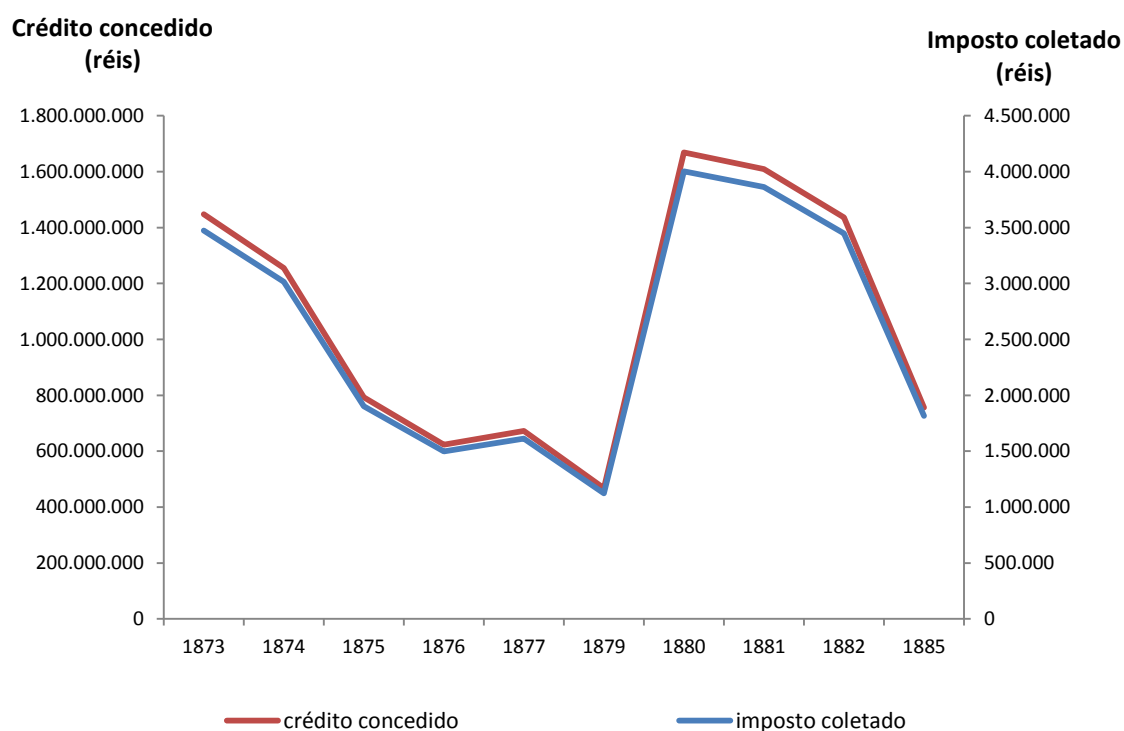
José Maria da Silva

A partir deste documento ([foto digital 1](#)) foi possível conferir empiricamente a relação ente o imposto cobrado sobre a concessão de crédito pelos capitalistas e o qual foi o montante de empréstimo monetário disponibilizado por estes no período. Os valores daqueles, encontram-se registrados na penúltima coluna do documento, e os destes, na última coluna.

O imposto sobre capitalistas cobrado pelo coletor da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas era da ordem de 0,24% do total monetário concedido por estes agentes emprestadores de capital, retratados neste trabalho.

A partir das tabelas sobre o imposto sobre capitalistas coletados pela Coletoria de Rendas foi possível estipular a relação existente entre o tributo recolhido e o montante de crédito a que ele se referia, fornecido pelo capitalista.

FIGURA 1: Crédito concedido pelos capitalistas e imposto sobre capitalistas coletado, na cidade de Campinas, entre 1873 e 1886



Elaboração própria. Fonte de dados : Coletoria de Rendas de Campinas .

O imposto equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito. Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

A Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas era o órgão arrecadador de impostos de Campinas e região, cuja origem se deve à implementação de novos métodos de controle da arrecadação fiscal propostos quando da vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808.

Para comparar o valor real dos empréstimos monetários propiciados pelos indivíduos estudados, no período descrito e, para analisar o montante dos ativos e passivos de posse daqueles, no momento do óbito, utilizou-se o índice de deflação de preços formulado por Luís Catão.

Desse modo, infere-se que o total de crédito proporcionado pelos capitalistas foi de, aproximadamente, 10.730.290\$753 réis no período (ou seja, mais de 13 mil contos de réis).

Dentre os capitalistas arrolados, destaca-se a Agência do Banco Mercantil de Santos, por ser a única pessoa jurídica listada como capitalista e que concedeu 383:000\$000 réis em empréstimos no período analisado. O grupo de 52 capitalistas restantes era constituído por pessoas físicas, que além de desempenharem atividades econômicas diversas também atuavam no sistema de crédito. A partir desses dados, verifica-se que a atividade de prestador de capitais era desempenhada por pessoas comuns, era o grande fazendeiro, o negociante, o médico, o advogado, que tinham dinheiro sobrando e o colocavam em circulação na economia campineira mediante o crédito, conforme mostra a tabela 1.

TABELA1: Movimento de crédito pelos capitalistas de Campinas, entre 1873-1886, com valores deflacionados para o ano base 1873=100.

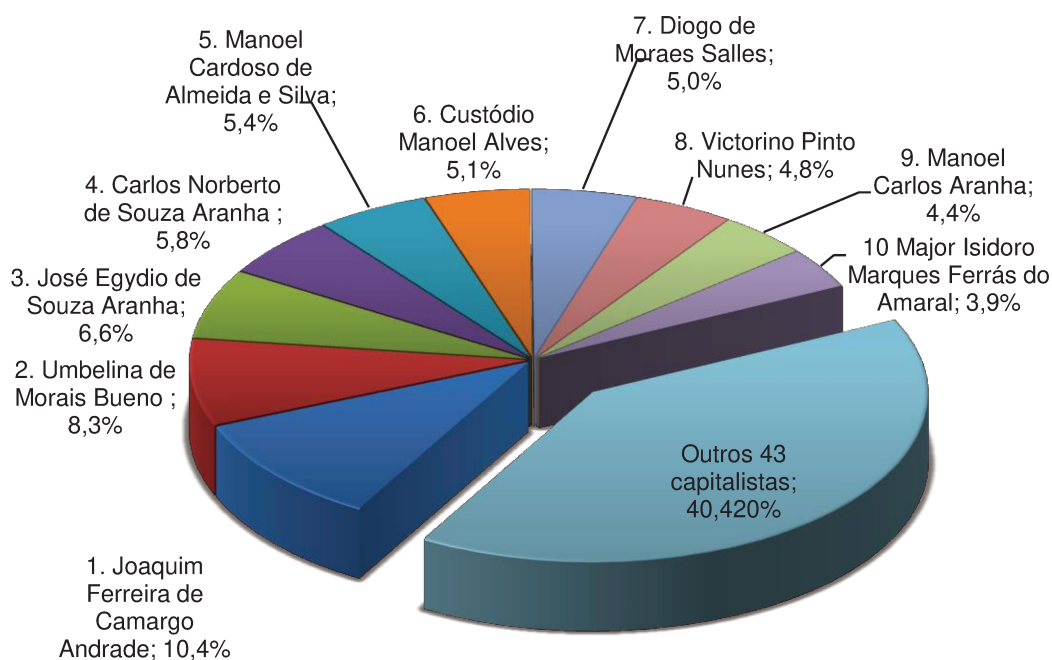
Posição	Capitalista	Imposto*	Crédito concedido*	Participação
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	2.682.548	1.117.728.185	10,42%
2	Umbelina de Moraes Bueno	2.126.204	885.918.470	8,26%
3	José Egydio de Souza Aranha	1.710.216	712.590.151	6,64%
4	Carlos Norberto de Souza Aranha	1.491.999	621.666.428	5,79%
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	1.391.632	579.846.683	5,40%
6	Custódio Manoel Alves	1.300.476	541.865.203	5,05%
7	Diogo de Moraes Salles	1.291.901	538.292.258	5,02%
8	Victorino Pinto Nunes	1.228.485	511.868.940	4,77%
9	Manoel Carlos Aranha	1.119.440	466.433.443	4,35%
10	Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral	1.000.000	416.666.667	3,88%
11	Maria Engler Barbosa	923.660	384.858.146	3,59%
12	Proso Egydio de Souza Aranha	831.558	346.482.304	3,23%
13	Agência do Banco Mercantil de Santos	668.241	297.995.295	2,78%
14	Antônio Carlos de Salles	626.657	261.107.131	2,43%
15	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	609.075	253.781.344	2,37%
16	Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	568.680	236.950.136	2,21%
17	Joaquim do Amaral Camargo	547.256	228.023.356	2,13%
18	Francisco Paulino de Moraes	535.521	223.133.687	2,08%
19	Francisco de Camargo Penteado	484.811	202.004.585	1,88%
20	Irmãos de Nogueira Santos	435.054	181.272.389	1,69%
21	Paulino Venâncio da Rosa	410.611	171.087.907	1,59%
22	Avelino Antero de Almeida Valente	356.817	148.673.879	1,39%
23	Bento Augusto de Almeida Bicudo	304.836	127.014.973	1,18%
24	José Pedroso de Moraes Salles	275.968	114.986.627	1,07%
25	Herculano Augusto de Pádua e Castro	261.032	108.763.433	1,01%
26	Francisco Pompeu do Amaral	252.552	105.229.976	0,98%
27	Joaquim Ignácio do Amaral Lapa	215.412	89.754.979	0,84%
28	Alma Francisca de Amorim	154.836	64.514.973	0,60%
29	Flávia Francisca de Andrade (Dona)	150.000	62.500.000	0,58%
30	Francisca das Dores Coutinho	144.514	60.213.975	0,56%
31	Jorge Krug	142.257	59.273.654	0,55%
32	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	142.257	59.273.654	0,55%
33	José Paulino Nogueira	131.454	54.772.651	0,51%
34	Lois Egydio de Souza Aranha	125.021	52.091.990	0,49%
35	João Baptista Novaes	123.000	51.250.179	0,48%
36	Alda Brandina de Camargo (Dona)	111.773	46.572.157	0,43%
37	Joaquim Celestino de Almeida Soares	107.104	44.626.737	0,42%
38	Constância Antunes da Silva	101.612	42.338.324	0,39%
39	João Manoel de Almeida Barbosa	87.417	36.423.556	0,34%
40	Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga	65.996	27.498.209	0,26%
41	Francisco Augusto Pereira da Silva	65.996	27.498.209	0,26%
42	Vicente Maria de Paula Lacerda	65.996	27.498.209	0,26%
43	Diogo Benedito dos Santos Prado	60.000	25.000.000	0,23%
44	Antônio Egydio de Souza Aranha	54.000	22.500.000	0,21%
45	Antônio Joaquim Gomes Tojal	53.552	22.313.369	0,21%
46	José de Abreu Soares	53.552	22.313.369	0,21%
47	Francisco de Gouveia Pinto	49.352	20.563.476	0,19%
48	José de Paula Souza	43.997	18.332.139	0,17%
49	Amador Bueno de Floures	5.355	2.231.337	0,02%
50	Antônio Pompeu de Oliveira	5.355	2.231.337	0,02%
51	Francisco Alves de Almeida Salles	5.355	2.231.337	0,02%
52	Pedro José de Oliveira	5.355	2.231.337	0,02%
TOTAL		25.705.750	10.730.290.753	100,00%

Nota: *Valores em réis, Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com ano-base 1873=100. O imposto pago equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito. Fonte: Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

É importante notar que, enquanto os dez maiores capitalistas em relação ao volume de crédito emprestado, corroboraram com quase 60% do total de crédito no período; os 26 menos atuantes foram os responsáveis por apenas 10% do montante concedido, vide [figura 2](#).

Aos lucros gerados pelo café e à nova camada dominante que se configurou neste contexto outros ritmos somaram-se ao cotidiano da cidade, com a diversificação do quadro ocupacional, a transformação lenta das relações de trabalho e a agilização dos deslocamentos através das estradas de ferro.

FIGURA 2: Concentração do crédito concedido pelos 10 maiores capitalistas (em relação ao volume de empréstimos) , em Campinas, entre 1873 e 1886



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

No momento em que o tomador de crédito assumia a dívida, ele também assumia o compromisso de quitá-la no futuro, conjuntamente com os juros. A taxa de juros aplicada variava em decorrência do intervalo

de tempo de duração do empréstimo, e do colateral apresentado pelo tomador, que quanto maior e mais seguro fosse, menor tendia a ser a taxa de juros requerida, pois o risco de inadimplência reduzia-se.

Como já foi citado, os dez maiores capitalistas foram os responsáveis pela concessão de 60% de todo o crédito de Campinas no período analisado. Mas quem são estas pessoas; o que a biografia delas nos diz; quais eram suas principais atividades econômicas paralelas à ação capitalistas, eram políticos, comerciantes, fazendeiros escravistas, profissionais liberais, médicos, doutores das leis; possuíam laços de parentesco entre eles; atuavam como capitalistas em todos os anos ou apenas concederam dinheiro em determinado ano, sendo assim, um fato pontual?

CAP. 2: CAPITALISTAS E CRÉDITO EM CAMPINAS

A poupança, de fato, não passa de um simples resíduo. As decisões de consumir e as decisões de investir determinam, conjuntamente, os rendimentos. (KEYNES, 2009)

ITEM 2.1: IMPOSTO SOBRE CAPITALISTAS: LEGISLAÇÃO E NORMAS

O primeiro imposto sobre profissões data do início do século XIX, com o Alvará de 20 de outubro de 1812, cujo inciso segundo especificava um tributo sobre serviços e profissões diversos. Não há referência sobre operações de empréstimos de capitais, possivelmente, porque esta não havia atingido a importância que apresenta na segunda metade do século, em que o capital mercantil concentrado no auge da acumulação cafeeira espalha-se por toda a economia, procurando novas formas de reprodução e aplicação.

(II) Igualmente se pagará, por ano, 12\$800 por cada loja, armazém ou sobrado em que se venda por grosso e atacado ou a retalho e varejado, qualquer qualidade de fazenda e gêneros secos ou molhados, ferragens, louças, vidros, massames; por cada loja de ourives, lapidários, correeiros, fumileiros, latoeiros, caldeiros, cerieiros, estanqueiros de tabaco, boticários, livreiros, botequins e tavernas, sem isenção de pessoa alguma residente no Brasil que tais lojas ou armazéns tiver. (IX) A administração e arrecadação do imposto determinado no § 4º será igualmente feita pela Junta do Banco, no que pertence a esta Cidade e Província do Rio de Janeiro; e pelas Juntas da Fazenda respectivas no que pertencer as Capitanias.⁴

Sobre a legislação do imposto sobre capitalistas, foi propriamente promulgado com a subscrição da Lei nº 1507 de 26 de setembro de 1867 por Zacarias de Góes e Vasconcellos. Segundo o artigo décimo primeiro dessa lei, o Governo ficava autorizado a alterar o sistema de arrecadação do imposto sobre as indústrias e profissões, que havia sido criado pelo inciso segundo do alvará de 20 de Outubro de 1812, substituindo-o por um imposto que será devido por toda a pessoa nacional ou estrangeira que exercer no Império qualquer indústria ou profissão, arte ou ofício, não compreendido nas isenções estabelecidas por lei. Esse novo

⁴ Alvará de 20 de Outubro de 1812 (Publicação Original). Câmara dos Deputados, Legislação Informatizada. Disponível em www2.camara.leg.br

imposto sobre profissões era composto de taxas fixas e de quotas proporcionais. De um lado, a taxa fixa tinha por base a natureza, a classe das profissões e indústrias e a importância das praças em que tais atividades eram exercidas e, de outro lado, a taxa proporcional era calculada como uma porcentagem do valor locativo do prédio ou local que servia para o exercício da indústria ou profissão e do valor integral de todos os materiais e meios de produção.

As sociedades anônimas pagavam o imposto na razão de 1,5% dos benefícios, que se distribuíam anualmente aos acionistas. Estavam isentos do imposto os lavradores, as fábricas rústicas ou urbanas de fabricação de açúcar ou aguardente, os pescadores, as quitandas, os criadores de gado e de produtos derivados deste, os indivíduos das tripulações, os artistas, jornalheiros, operários e quaisquer outras pessoas que trabalhassem por jornada ou salário em loja ou oficina de pessoa da mesma profissão, assim como as caixas econômicas e sociedades de socorros mútuos.

Para a Província de São Paulo, há clara especificação da figura do capitalista. De acordo com o artigo segundo das disposições permanentes de orçamento para os anos de 1873 e 1874, o Presidente da Província, João Theodoro Xavier, ordenava que se observasse o seguinte:

Artigo primeiro: O indivíduo ou sociedade que fizer obrigações de cambio, de banco ou corretagem, tendo fundo de 50:000\$000, pagará anualmente o imposto de 50\$000, e nesta proporção se pagará o imposto quando o fundo exceder a 50.000\$000 (artigo segundo do orçamento). Artigo segundo: Fica sujeito ao mesmo imposto todo capitalista, isto é, todo indivíduo que, tendo capitais, faça profissão habitual de dar dinheiro a prêmio (inciso primeiro do citado artigo segundo). Artigo terceiro: O artigo primeiro, inciso terceiro do Decreto geral número 2.711 de 19 de dezembro de 1880 – auxiliará aos agentes fiscais quanto à verificação da existência de estabelecimentos bancário, sem importar isso exclusão dos bancos de propriedade individual.⁵

⁵ Regulamento para a cobrança de imposto sobre capitais para os anos 1873-1874. Leis da Província de São Paulo, Microfilme rolo 03 (1873-1882). CMU Unicamp.

As Coletorias e Recebedorias de Rendas eram o órgão responsável pela coleta do imposto sobre capitalistas nas cidades da província e o montante monetário auferido com essa arrecadação era destinado à Província de São Paulo, visto que este era um imposto de natureza provincial.

A referida cobrança sobre capitalistas era classificada como um imposto direto, designado conjuntamente com demais impostos sobre profissões. O capitalista nesse período da pesquisa era uma ocupação econômica e todo aquele que efetuava empréstimos de capitais a juros se enquadrava na profissão de capitalistas, fossem eles fazendeiros, comerciantes de café, médicos, advogados ou uma casa bancária.

Na cidade de Campinas, para os anos compreendidos entre 1873 e 1886, a agência do Banco Mercantil de Santos representou um grande disponibilizador de recursos monetários, sendo o décimo terceiro capitalista de quem mais se coletou imposto no período.

Reputar-se-ão bancos as companhias ou sociedades anônimas que tenham por objetivo: (1) o comércio por conta própria ou de terceiro, (a) de ouro ou prata, em moeda ou em barra; (b) de títulos de dívida pública, nacional ou estrangeira, e de ações de empresas de qualquer natureza; (c) de efeitos de comércio e de outros valores negociáveis ou transmissíveis por via de endosso ou de simples tradição. (2) empréstimos de qualquer espécie ou natureza; (3) operações de câmbio; (4) depósitos de valores de qualquer natureza; (5) abertura de contas correntes; (6) em geral, quaisquer operações chamadas de banco, ou que, ao desenvolvimento do crédito público.⁶

O lançamento do imposto sobre capitalistas era feito nos meses de julho e agosto de cada ano pelos coletores e agentes fiscais, nos respectivos municípios. Concluído o lançamento, eram publicados os nomes dos coletores, a importância tributada, a época dos pagamentos e as penas em que incorreriam pela infração ou impontualidade no saldar da dívida. A publicação desses dados era responsabilidade da imprensa e, em falta desta, era feita por meio de editais.

⁶ Idem, *ibidem*

Se o capitalista não aquiescesse com os valores devidos do lançamento, havia a possibilidade de recorrer ao Tesouro dentro do prazo de um mês contado da publicação. Da decisão do Tesouro em deferimento do recurso proposto pelo contribuinte, surgiria recurso suspensivo ex officio ao Presidente de Província. Os coletores faziam os pagamentos na respectiva estação fiscal nos meses de dezembro a janeiro do exercício correspondente; sendo que, a falta de pagamento no prazo legal autorizava, desde logo, a cobrança judicial, nos termos da legislação vigente. Em relação às Câmaras Municipais, estas não poderiam conceder as licenças exigidas por suas posturas aos que foram obrigados ao pagamento do imposto, sem que elas tivessem apresentado conhecimento destes o haverem pagado.

De acordo com a legislação vigente no período estudado, e segundo o Artigo décimo terceiro do Regulamento para cobrança de imposto de capitais para os anos de 1872 e 1892, este era um imposto provincial, cuja ordem de cumprimento foi subscrita pelo Secretário do Governo pelo presidente da Província de São Paulo, no dia 26 do mês de julho de 1873.

A arrecadação do imposto sobre capitalista correspondia a 2,423% da receita da Província de São Paulo para o ano fiscal de julho de 1873 a junho de 1874, de acordo com registro escrito no livro (vide foto digital número 1, abaixo).

No final do século 19, o financiamento bancário brasileiro foi condicionado pelas mudanças na legislação e pela política macroeconômica imperial e republicana. O Código Comercial de 1850 e suas modificações posteriores regularam as práticas gerais das operações bancárias, que permitiram a expansão do crédito comercial. As leis hipotecárias de 1864 e 1890 estimularam os empréstimos de longo prazo. Ademais, as leis empresariais de 1882 e 1890 facilitaram a formação de sociedades anônimas (S/A), estimulando a expansão das instituições bancárias nas últimas décadas do século. Estes arranjos legais refletiram as tendências da política econômica do governo imperial e republicano. Os governantes do Império procuraram criar instituições para fomentar o crédito formal na economia brasileira, mas não alteraram o papel central do setor exportador e sua importância no comércio internacional. De outro lado, os republicanos promoveram mais ímpeto à economia doméstica,

aprovando leis para estimular um crescimento mais amplo do crédito. (MARCONDES & HANLEY, 2010, vol.1)

FOTO DIGITAL 2: Receita Provincial de São Paulo, para o ano fiscal de 01/07/1873 a 30/06/1874.

N. 91

O Doutor João Theodoro Xavier, Presidente da Provincia de S. Paulo, etc., etc., etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei, a seguinte Lei:

CAPITULO I

RECEITA PROVINCIAL.

Art. 1.º O Presidente da Provincia fará arrecadar, na fórma das Leis e Regulamentos respectivos, no anno financeiro de 1º de Julho de 1873 a 30 de Junho de 1874, os impostos abaixo declarados, orçados na quantia de 2.063:115\$000.

A saber:

1.º	Direitos de sahida.	1.160:649\$000
2.º	Meia siza de escravos.	136:600\$000
3.º	Decima de legados e heranças	180:222\$000
4.º	Novo imposto de animaes	14:736\$000
5.º	Decima de casas de Conventos.	1:947\$000
6.º	Despacho de embarcações	1:664\$000
7.º	Imposto sobre casas de leilão e modas.	733\$000
8.º	Imposto sobre segres e mais vehiculos.	1:435\$000
9.º	Cobrança da divida activa	2:320\$000
10.	Rendimento da ponte de embarque	35:678\$000
11.	Rendimento da Penitenciaria	15:220\$000
12.	Emolumentos	8:174\$000
13.	Impostos sobre escravos	50\$000
14.	Impostos sobre escravos de Conventos	306\$000
15.	Indemnisações.	283\$000
16.	Eventuaes	4:420\$000
17.	Taxa de Barreiras.	448:678\$000
18.	Imposto sobre capitalistas	50:000\$000
		<hr/>
		2.063:115\$000

Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP)

Neste trabalho, realizaram-se pesquisa e análise dos livros de recebimento de impostos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, no período compreendido entre 1873 e 1886. Tratavam-se de documentos do órgão arrecadador de impostos de Campinas e região, cuja origem ocorreu para implantação de novos métodos de controle da arrecadação fiscal propostos em 1808. As Coletorias eram repartições

arrecadadoras locais, criadas no período da Regência e extintas no começo da República. Sua chefia cabia a um coletor, auxiliado por um escrivão e um agente, que era o “substituto nato” do coletor. Eram subordinadas às Tesourarias da Fazenda na respectiva província, a quem competia criá-las ou suprimi-las, mediante aprovação do Tesouro Nacional. Foram as precursoras das coletorias federais estabelecidas no princípio do século XX.

Além dos registros de pagamentos do imposto sobre capitalistas, esta documentação também era composta por guias de impostos provinciais pagos como meia-sisa de escravos; impostos prediais; matrículas de escravos, imposto sobre segos e veículos de condução, dentre outros.

Foram analisados os livros de numeração entre 51 e 67 da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, que abrangiam a contabilidade do período entre 1873 e 1886. Assim tornou-se possível verificar os empréstimos de capital que eram contabilizados pelo município.

Abaixo, encontram-se as tabelas de 2 a 11, nas quais é possível verificar os valores do imposto coletado de cada capitalista na cidade de Campinas, e o total de crédito concedido por ele, sobre o qual essa tributação incidiu.

TABELA 2: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1873 e 1874.

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado (réis)*	Crédito concedido (réis)* **
1	Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral	1.000.000	416.666.667
2	José Egydio de Souza Aranha	400.000	166.666.667
3	Victorino Pinto Nunes	380.000	158.333.333
4	Pedro Egydio de Souza Aranha	200.000	83.333.333
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	200.000	83.333.333
6	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	200.000	83.333.333
7	Flávia Francisca de Andrade (Dona)	150.000	62.500.000
8	Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	150.000	62.500.000
9	Bento Augusto de Almeida Bicudo	150.000	62.500.000
10	Francisco de Camargo Penteado	90.000	37.500.000
11	Francisco Pompeu do Amaral	85.000	35.416.667
12	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	70.000	29.166.667
13	Jorge Krug	70.000	29.166.667
14	Custódio Manoel Alves	60.000	25.000.000
15	Diogo Benedito dos Santos Prado	60.000	25.000.000
16	Alda Brandina de Camargo (Dona)	55.000	22.916.667
17	Antônio Egydio de Souza Aranha	54.000	22.500.000
18	Constância Antunes da Silva	50.000	20.833.333
19	Joaquim do Amaral Camargo	50.000	20.833.333
TOTAL		3.474.000	1.447.500.000

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Livro 51 (1873-1874) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 3: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1874 e 1875

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	José Egydio de Souza Aranha	412.896	172.039.929
2	Victorino Pinto Nunes	392.251	163.437.933
3	Proso Egydio de Souza Aranha	206.448	86.019.965
4	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	206.448	86.019.965
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	206.448	86.019.965
6	Joaquim Quirino dos Santos	154.836	64.514.973
7	Alma Francisca de Amorim	154.836	64.514.973
8	Bento Augusto de Almeida Bicudo	154.836	64.514.973
9	Diogo de Moraes Salles	144.514	60.213.975
10	José Pedroso de Moraes Salles	144.514	60.213.975
11	Antônio Carlos de Salles	144.514	60.213.975
12	Francisca das Dores Coutinho	144.514	60.213.975
13	Francisco de Camargo Penteado	92.902	38.708.984
14	Francisco Pompeu do Amaral	87.740	36.558.485
15	Jorge Krug	72.257	30.106.988
16	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	72.257	30.106.988
17	Custódio Manoel Alves	61.934	25.805.989
18	Alda Brandina de Camargo	56.773	23.655.490
19	Joaquim do Amaral Camargo	51.612	21.504.991
20	Constâncio Antunes da Silva	51.612	21.504.991
	TOTAL	3.014.140	1.255.891.484

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 52 (1874-1875) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 4: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1875 e 1876

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	187.792	78.246.645
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	187.792	78.246.645
3	Pedro Egydio de Souza Aranha	187.792	78.246.645
4	José Egydio de Souza Aranha	187.792	78.246.645
5	Joaquim Quirino dos Santos	140.844	58.684.984
6	Antônio Carlos de Salles	131.454	54.772.651
7	Diogo de Moraes Salles	131.454	54.772.651
8	José Pedroso de Moraes Salles	131.454	54.772.651
9	José Paulino Nogueira	131.454	54.772.651
10	Victorino Pinto Nunes	93.896	39.123.322
11	Francisco de Camargo Penteado	84.506	35.210.990
12	Paulino Venâncio da Rosa	84.506	35.210.990
13	Francisco Pompeu do Amaral	79.812	33.254.824
14	Joaquim do Amaral Camargo	46.948	19.561.661
15	Agência do Banco Mercantil de Santos	46.948	19.561.661
16	Agência do Banco Mercantil de Santos	46.948	19.561.661
	TOTAL	1.901.393	792.247.278

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 53 (1875-1876) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 5: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1876 e 1877

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	241.960	100.816.736
2	José Egydio de Souza Aranha	241.960	100.816.736
3	Victorino Pinto Nunes	120.980	50.408.368
4	Diogo de Moraes Salles	120.980	50.408.368
5	Proso Egydio de Souza Aranha	120.980	50.408.368
6	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	120.980	50.408.368
7	Paulino Venâncio da Rosa	108.882	45.367.531
8	Antônio Carlos de Salles	105.858	44.107.322
9	Francisco de Camargo Penteado	72.588	30.245.021
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	60.490	25.204.184
11	Joaquim do Amaral Camargo	60.490	25.204.184
12	João Baptista Novaes	60.490	25.204.184
13	Joaquim Quirino dos Santos	60.490	25.204.184
	TOTAL	1.497.129	623.803.554

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 54 (1876-1877) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 6: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1877 e 1878

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	250.042	104.183.981
2	José Egydio de Souza Aranha	250.042	104.183.981
3	Antônio Carlos de Salles	175.029	72.928.786
4	Victorino Pinto Nunes	125.021	52.091.990
5	Diogo de Moraes Salles	125.021	52.091.990
6	Lois Egydio de Souza Aranha	125.021	52.091.990
7	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	125.021	52.091.990
8	Paulino Venâncio da Rosa	112.519	46.882.791
9	Francisco de Camargo Penteado	75.012	31.255.194
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	62.510	26.045.995
11	Joaquim do Amaral Camargo	62.510	26.045.995
12	João Baptista Novaes	62.510	26.045.995
13	Joaquim Quirino dos Santos	62.510	26.045.995
	TOTAL	1.612.768	671.986.674

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 55 (1877-1878) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 7: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1879 e 1880

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	232.675	96.947.987
2	Proso Egydio de Souza Aranha	116.338	48.473.993
3	Diogo de Moraes Salles	116.338	48.473.993
4	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	116.338	48.473.993
5	Victorino Pinto Nunes	116.338	48.473.993
6	Paulino Venâncio da Rosa	104.704	43.626.594
7	Antônio Carlos de Salles	69.803	29.084.396
8	Francisco de Camargo Penteado	69.803	29.084.396
9	Avelino Antero de Almeida Valente	63.986	26.660.696
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	58.169	24.236.997
11	Joaquim do Amaral Camargo	58.169	24.236.997
	TOTAL	1.122.658	467.774.036

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 57 (1879 - 1880) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 8: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1880 e 1881

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Umbelina de Moraes Bueno	753.942	314.142.427
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	430.824	179.509.958
3	Maria Eugler Barbosa	430.824	179.509.958
4	Custódio Manoel Alves	395.819	164.924.774
5	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	301.577	125.656.971
6	Diogo de Moraes Salles	215.412	89.754.979
7	Irmãs de Nogueira Santos	215.412	89.754.979
8	Joaquim Ignácio do Amaral Lapa	215.412	89.754.979
9	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	215.412	89.754.979
10	Manoel Carlos Aranha	150.788	62.828.485
11	Herculano Augusto de Pádua e Castro	129.247	53.852.988
12	Avelino Antero de Almeida Valente	118.477	49.365.239
13	Agência do Banco Mercantil de Santos	107.706	44.877.490
14	Carlos Norberto de Souza Aranha	107.706	44.877.490
15	Joaquim do Amaral Camargo (herança)	107.706	44.877.490
16	José Egydio de Souza Aranha	107.706	44.877.490
TOTAL		4.003.970	1.668.320.676

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 58 (1880 - 1881) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 9: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1881 e 1882

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Umbelina de Moraes Bueno	768.746	320.310.933
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	439.284	183.034.819
3	Maria Eugler Barbosa	439.284	183.034.819
4	Custódio Manoel Alves	403.592	168.163.240
5	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	307.498	128.124.373
6	Irmãs de Nogueira Santos	219.642	91.517.409
7	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	219.642	91.517.409
8	Diogo de Moraes Salles	219.642	91.517.409
9	Manoel Carlos Aranha	153.749	64.062.187
10	Herculano Augusto de Pádua e Castro	131.785	54.910.446
11	Avelino Antero de Almeida Valente	120.803	50.334.575
12	Agência do Banco Mercantil de Santos	109.821	45.758.705
13	Carlos Norberto de Souza Aranha	109.821	45.758.705
14	José Egydio de Souza Aranha	109.821	45.758.705
15	Joaquim do Amaral Camargo (herança)	109.821	45.758.705
	TOTAL	3.862.950	1.609.562.437

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 59 (1881 - 1882) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 10: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1883 e 1884

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Carlos Norberto de Souza Aranha	1.110.928	462.886.517
2	Umbelina de Moraes Bueno	549.964	229.151.741
3	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	439.971	183.321.393
4	Custódio Manoel Alves	325.579	135.657.831
5	Manoel Carlos Aranha	279.382	116.409.084
6	Diogo de Moraes Salles	164.989	68.745.522
7	Agência do Banco Mercantil de Santos	115.492	48.121.866
8	Carlos Norberto de Souza Aranha	109.993	45.830.348
9	Francisco Augusto Pereira da Silva	65.996	27.498.209
10	Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga	65.996	27.498.209
11	João Manoel de Almeida Barbosa	65.996	27.498.209
12	Vicente Maria de Paula Lacerda	65.996	27.498.209
13	Francisco de Gouveia Pinto	43.997	18.332.139
14		43.997	18.332.139
	TOTAL	3.448.275	1.436.781.416

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 61 (1883 - 1884) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

TABELA 11: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1885 e 1886

Importância no ano	Capitalista	Imposto coletado(réis)* **	Crédito concedido (réis)* **
1	Manoel Carlos Aranha	535.521	223.133.687
2	Francisco Paulino de Moraes	535.521	223.133.687
3	Agência do Banco Mercantil de Santos	107.104	44.626.737
4	Avelino Antero de Almeida Valente	53.552	22.313.369
5	Diogo de Moraes Salles	53.552	22.313.369
6	Umbelina de Morais Bueno	53.552	22.313.369
7	José de Abreu Soares	53.552	22.313.369
8	Custódio Manoel Alves	53.552	22.313.369
9	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	53.552	22.313.369
10	Antônio Joaquim Gomes Tojal	53.552	22.313.369
11	Maria Eugler Barbosa	53.552	22.313.369
12	Joaquim Celestino de Almeida Soares	53.552	22.313.369
13	Joaquim Celestino de Almeida Soares	53.552	22.313.369
14	Carlos Norberto de Souza Aranha	53.552	22.313.369
15	João Manoel de Almeida Barbosa	21.421	8.925.347
16	Francisco de Gouveia Pinto	5.355	2.231.337
17	Pedro José de Oliveira	5.355	2.231.337
18	Francisco Alves de Almeida Salles	5.355	2.231.337
19	Antônio Pompeu de Oliveira	5.355	2.231.337
20	Amador Bueno de Floures	5.355	2.231.337
	TOTAL	1.815.416	756.423.198

Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito. ** Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com Ano-base 1873=100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Livro 63 (1885 - 1886) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

ITEM 2.2: CAPITALISTAS EM CAMPINAS:

Destacaremos nesse item o papel fundamental dos cafeicultores para a concessão de crédito no Oeste Paulista no período estudado.

Se nos propormos a adquirir sobre os proprietários o maior conhecimento possível, coloca-se desde logo o problema da classificação sócio profissional; admitindo-se que a sociedade brasileira apresenta algum tipo de estratificação, a qual aparece como instrumento classificatório da pesquisa social, o problema fundamental reside em estabelecer o critério para tal fenômeno. Resolvido este, outro aparece, se é ou não compatível com os informes possuídos. Os critérios mais comumente utilizados são de duas ordens: o quantitativo – montante de rendimentos, riqueza- e o qualitativo – posição no trabalho, prestígio, posse ou não de determinado tipo de bem. Se optássemos pelo primeiro, uma dificuldade inicial nos apareceria. (MELLO, 1990, p. 67).

Assim, como Maria Zélia opta pelo segundo critério para analisar os inventários reunidos em sua amostragem, neste presente trabalho, o critério qualitativo se mostrou mais aquiescente para a classificação setorial dos capitalistas.

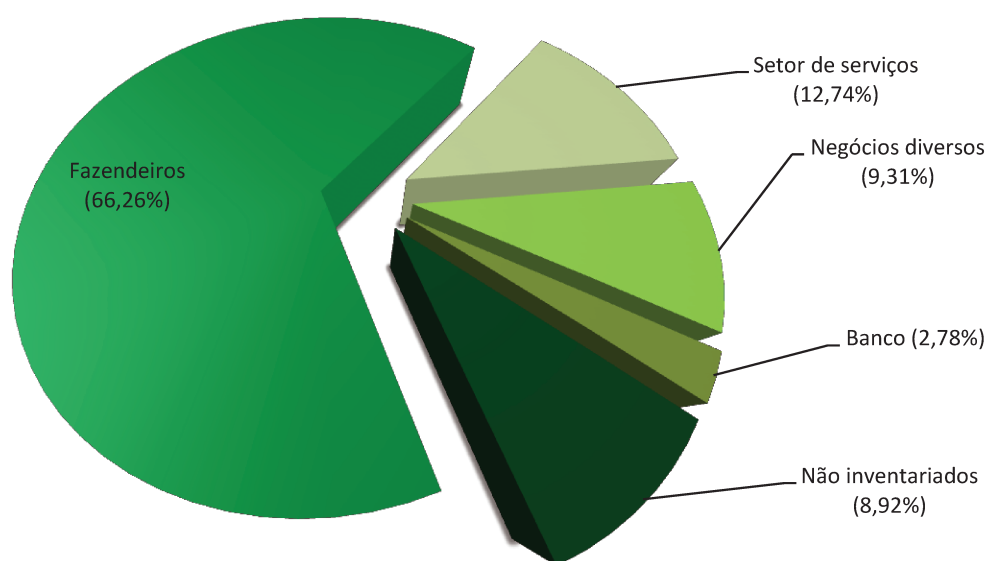
Para o arrolamento das informações sobre as atividades econômicas desempenhadas pelos capitalistas estudados, conjuntamente com empréstimo de recursos a juros, foram analisados os inventários destes, doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas ao Centro de Memória da Unicamp, e disponibilizados por este para consulta.

O Centro de Memória da Unicamp possui inventários doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). A partir dessa documentação e de informações obtidas nos “Almanaques para Campinas”, “Diário de Campinas” e “Gazeta de Campinas” descritas nas referências, que se segue este subcapítulo, pesquisou-se a biografia dos capitalistas.

Do total de 52 capitalistas que recolheram impostos no período entre 1873 e 1886, foram arroladas informações biográficas de 35 indivíduos

através da análise de seus inventários e de jornais descritos nas referências; constando-se que 23 eram fazendeiros; sete atuavam no setor de serviços; quatro possuíam negócios diversos, ora se classificavam como fazendeiros e proprietários rurais, ora como negociantes; e um era um banco, a Agência do Banco Mercantil de Santos.

FIGURA 3: Movimentação de crédito pelos capitalistas, segundo grupo de atividades, em Campinas entre 1873 e 1886, deflacionada para ano base 1873=100

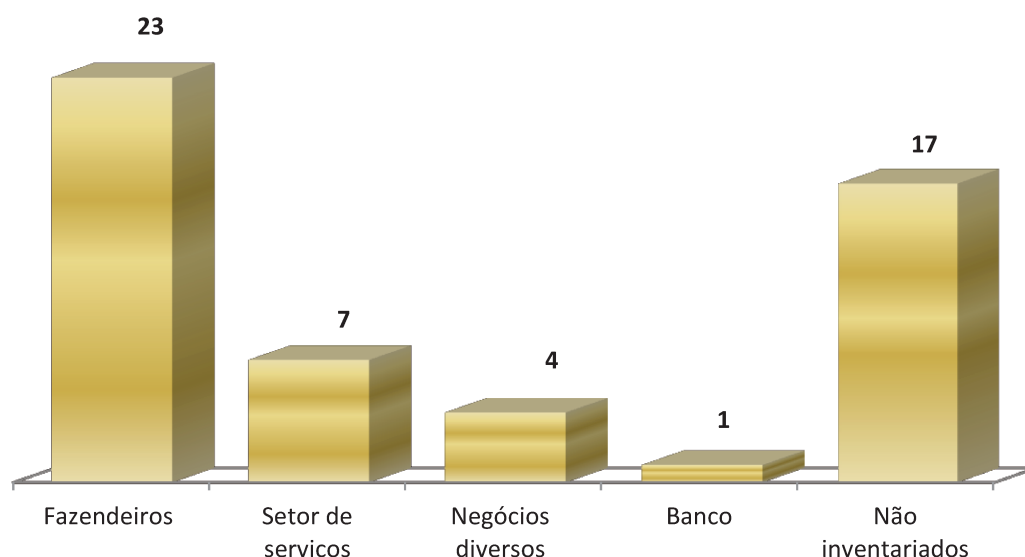


Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas) e de impostos da Coletoria e Recebedoria de rendas de Campinas

A figura 3 mostra o crédito agregado concedido pelos 35 capitalistas cujas biografias foram analisadas a partir de seus inventários; classificados segundo a atividade econômica principal por eles desempenhada. Esse rol foi o responsável pelo empréstimo 91% de todo o capital concedido pelo grupo dos 52 capitalistas identificados nos livros da Coletoria e recebedoria de Rendas de Campinas. Embora, 17 capitalistas não tiveram suas biografias analisadas, eles foram os responsáveis por apenas 9% do crédito no período.

A investigação documental confere um valor histórico ao documento à medida que o pesquisador é capaz de superar os limites inerentes ao próprio material com que trabalha e, ao mesmo tempo, reconhece serem sua postura e experiência de vida compostas por uma bagagem que é histórica. Encontraram-se limites na própria investigação, decorrentes, ora da inexistência da completude dos dados, ora da dificuldade da análise daqueles, lembrando que foram construídos em momentos histórico e político únicos.

FIGURA 4: Classificação dos 52 capitalistas segundo sua principal atividade econômica



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas) e de impostos da Coletoria e Recebedoria de rendas de Campinas

Já a figura 4 mostra o número absoluto de capitalistas segundo a principal atividade econômica que eles desempenhavam. A partir desses dados, compreendeu-se que 23 capitalistas eram majoritariamente fazendeiros.

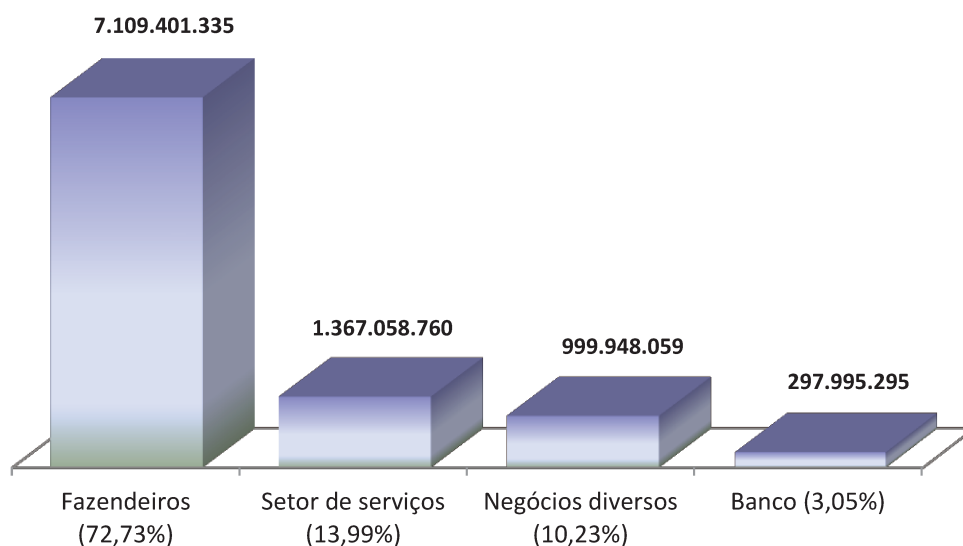
Mas não apenas de fazendeiros era composto o grupo de capitalistas; sete capitalistas incluíam-se no ramo de serviços: eram médicos, farmacêuticos, comerciante; quatro capitalistas apresentavam-se

no segmento de negócios diversos e um capitalista era a Agência do Banco Mercantil de Santos, a única pessoa jurídica dentre o rol estudado.

Os maiores capitalistas do município, que tinham a prêmio quantias superiores a 400:000\$000, eram: Antônio Francisco Guimarães, o tenente coronel José Egídio de Souza Aranha, e Mauá & C. (única agência bancária instalada na cidade). Também se destacavam entre os capitalistas de Campinas diversos agricultores, advogados, médicos, etc., como: Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles (advogado, com capital entre 10 e 20:000\$000 a prêmio), João Manoel de Almeida Barbosa (lavrador com produção entre 7.000 e 9.000 arrobas, que formou, em 1872, a colônia Nova Colúmbia; possuía entre 200 a 400:000\$000 a prêmio), Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (lavrador, com produção entre 5.000 e 7.000 arrobas, possuía entre 200 a 400:000\$000 a prêmio), entre outros. (BIANCONI, 2002, p.13)

Considerando a atividade principal dos assumidos profissionais da oferta de crédito, podemos observar:

FIGURA 5: Crédito concedido pelos capitalistas inventariados, em Campinas entre 1873-1886, segundo o principal tipo de atividade econômica destes (em contos de réis)



Nota: Valores deflacionados segundo Índice de Catão, com ano-base em 1873=100.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas) e

ITEM 2.3: AGÊNCIA DO BANCO MERCANTIL DE SANTOS: PESSOA JURÍDICA EMPRESTADORA DE 5,3% DO CRÉDITO

De acordo com informe publicitário sobre o Banco Mercantil de Santos no "Almanaque Literário de São Paulo, para o ano de 1885", em publicação de José Maria Lisboa em seu "8º ano" (p. 124), indicava-se que o banco possuía além da matriz em Santos, agência em São Paulo, na "Travessa do Colégio" e que esta emitia saques contra o "English Bank of Rio de Janeiro Limited", e em Paris contra o A. & M. Heire, em Hamburgo contra o J. Berenberg, Grossler & C^a, em Portugal contra o Banco Lusitano e suas dependências, no Brasil contra sua caixa matriz e agências - Santos, Campinas e Rio de Janeiro.

O banco ainda recebia dinheiro em conta corrente e por letras pagáveis em São Paulo, Santos, Campinas e Rio de Janeiro. Menciona, ainda, os nomes dos agentes: "A.F. Quiques e E. Steidel". (Fig. 1).

O Banco Mercantil de Santos foi aprovado pelo Decreto nº5.017, de 17 de julho de 1872, com um capital de 4.000.000\$000, dividido em 20.000 ações de 200\$000 cada. O banco foi instalado em primeiro de outubro de 1872.

Inicialmente, teve a autorização para emitir bilhetes nos valores de 10\$000 (Lissa nº453), 20\$000 (Lissa nº454), 50\$000 (Lissa nº455), 100\$000 (Lissa nº456), 200\$000 (Lissa nº457) e 500\$000 réis (Lissa nº458), os dois primeiros foram impressos pela ABNCo. - American Bank Note Company e os demais pela W&S Ltd. - Waterlow & Sons Limited de Londres, nos termos da Lei nº 3.403, de 24 de novembro de 1888, alterada pelo Decreto nº 253, de oito de março de 1890, "conforme superimpressão nos anversos dos bilhetes". Os bilhetes do banco eram semelhantes a outras emissões do período (Bancos Privados), que apresentavam diferenças apenas no nome do banco emissor.

No “Almanaque Literário de São Paulo”, para o ano de 1885, publicação de José Maria Lisboa, encontra-se um anúncio publicitário, em que se ressalta a relevância do banco:

Possuía, além da matriz, agência em São Paulo, na Travessa do Colégio e que emitia saques contra o English Bank of Rio de Janeiro; em Paris contra o A. & M. Heire; em Hamburgo contra o J. Berenberg, Grossler & C^a; em Portugal contra o Banco Lusitano e suas dependências; no Brasil contra sua caixa matriz; e as agências nas cidades de Santos, Campinas e Rio de Janeiro. O Banco Mercantil de Mercantil de Santos ainda recebia dinheiro em conta corrente e por letras pagáveis em São Paulo, Santos, Campinas e Rio de Janeiro. (LISBOA, 1886)

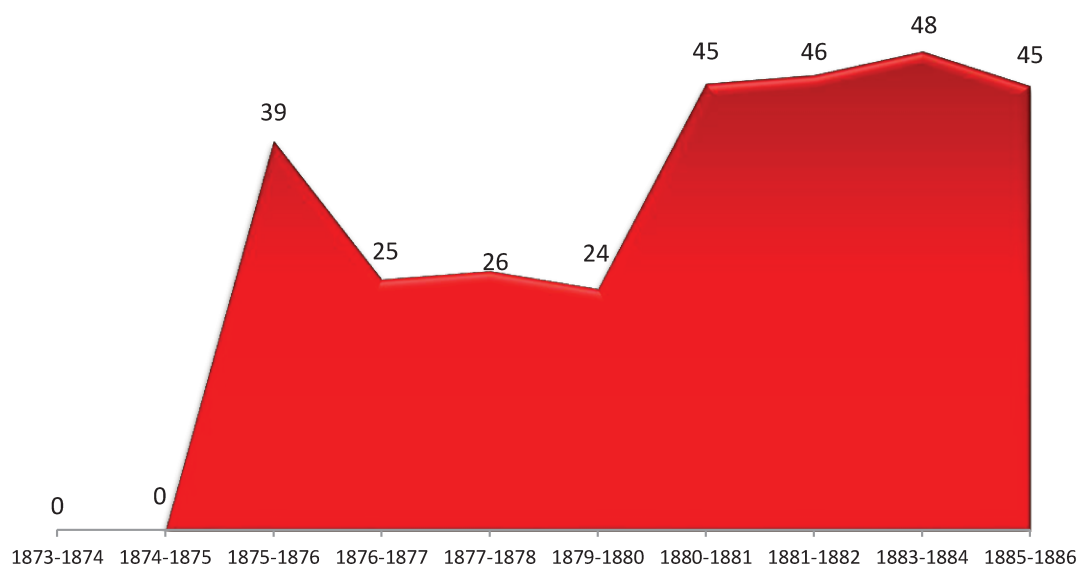
A Agência do Banco Mercantil de Santos foi tributada em 776\$000, que equivalia à concessão de 383:000\$000 de crédito capitalista entre 1873e 1886.

Os bancos santistas são relativamente antigos, surgiram, como a maioria dos estabelecimentos financeiros, apoiados no progresso cafeeiro. O Banco Mercantil de Santos foi o primeiro estabelecimento de crédito a funcionar em Santos. Pertencia ao barão de Mauá, Irineu Evangelista de Sousa. O banco iniciou suas atividades em 1853 e funcionou diretamente ligado à São Paulo Railway. A implantação da estrada de ferro e as primeiras exportações de café, feitas por Theodor Wille, marcaram o aparecimento dos bancos em Santos, e foram uma das razões de sua expansão:

De início, porém, dificuldades foram encontradas em se criar a mentalidade bancária na cidade. Grande parte das pessoas guardava as economias nas suas próprias casas e era generalizado o uso dos cofres e, até mesmo a Prefeitura tinha o seu. Somente quando a Câmara resolveu recorrer aos bancos para financiar a compra de bondes o dinheiro municipal passou para os bancos, o que só aconteceu depois da Guerra do Paraguai, por volta de 1880, época que pode ser apontada como a da transformação geral dos estabelecimentos bancários e da modificação econômica de Santos. A vinda dos consulados, o interesse inglês pelo Brasil, a exportação do café e a criação da

Estrada de Ferro São Paulo Railway trouxeram à cidade o potencial de riquezas que incrementou a rede bancária.⁷

FIGURA 6: Crédito concedido pela Agência do Banco Mercantil de Santos em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista **de 298 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Coletou tributos sobre capitais em 1875, 1876, 1877, 1879, 1880, 1881, 1883 e 1885 nos respectivos valores de 100\$000, 60\$000, 60\$000, 120\$000, 120\$000, 126\$000 e 120\$000, totalizando 766\$000 destinado à Coletoria e Recebedoria de Rendas. Este valor equivalia ao empréstimo de 383:000\$000 (total de 383 contos de réis) realizado no intervalo temporal analisado.

⁷ “Diário Cidade de Santos”. Primeira edição, 1º de julho de 1967, exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.

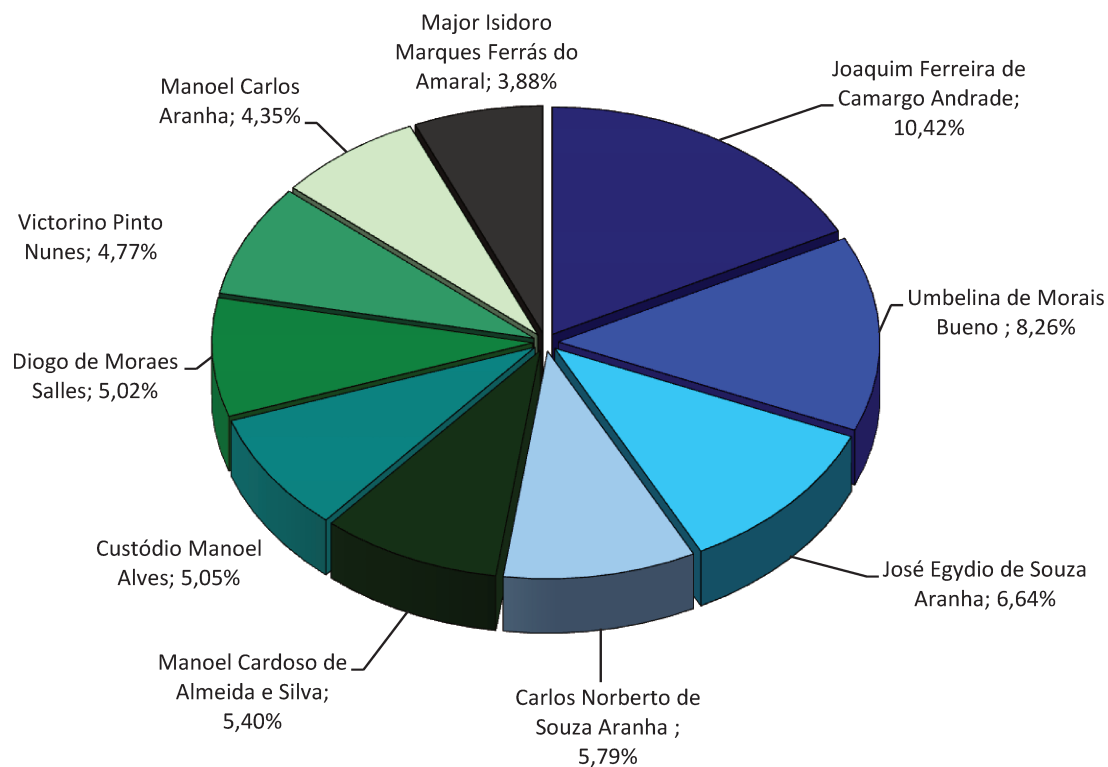
ITEM 2.4: OS DEZ MAIORES CAPITALISTAS DE CAMPINAS

Em síntese, os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão-de-obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração da renda nas etapas de prosperidade. (FURTADO, 2005, p. 167)

Na documentação pode ser constatado que os dez capitalistas que mais disponibilizaram recursos monetários entre os anos de 1873 e 1886, são os responsáveis por 60% de todo o capital emprestado. Dentro desse próprio grupo, há concentração de renda, sendo que Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (o Barão de Ibitinga) emprestou 10,42% e o Major Isidoro marques Ferrás do Amaral, apenas 3,88%.

Na figura 7, verificamos a concentração da concessão de crédito pelos dez capitalistas que mais emprestaram dinheiro no período e nos itens a seguir, expusemos a biografia dos integrantes desse grupo:

FIGURA 7: Relação dos 10 maiores capitalistas em volume de crédito concedido* entre 1873-1886 (60% de todo o crédito concedido)



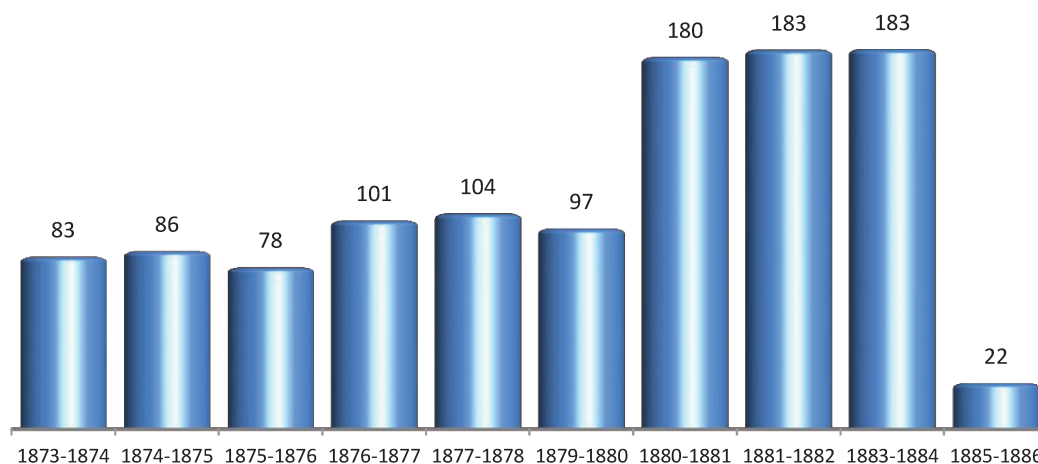
Nota: Valores em réis deflacionados segundo Índice de Luís Catão (1992) , com ano -base 1873=100.
 Fonte: Elaboração própria com dados da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

ITEM 2.4.1: JOAQUIM FERREIRA DE CAMARGO ANDRADE (posição 1)

O maior capitalista arrolado forneceu crédito em todo período analisado, segundo os documentos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Assim, ele foi a pessoa que mais concedeu crédito e simultaneamente a que em mais períodos consecutivos atuou.

Foi responsável pelo empréstimo de 1.118 contos de réis, equivalente a 10,4% do total de crédito verificado, e podemos verificar na [figura 8](#), que este capitalista atuava sistematicamente em todos os anos estudados.

FIGURA 8: Crédito concedido por Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (posição 1), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **1.118 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Coletou tributos sobre capitais em todos os anos analisados, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1879, 1880, 1881, 1883 e 1885, destinado à Coletoria e Recebedoria de Rendas. Este valor equivalia ao empréstimo de 1118 contos de réis, já deflacionados.

Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, detentor do título de Barão de Ibitinga, pelo decreto de 07 de maio de 1887, integrava a família Ferreira Penteado, estabelecida em São Paulo, que começou com a união dos dois sobrenomes importantes, por meio do casamento do Capitão Inácio Ferreira de Sá com Delfina de Camargo Penteado, em 1807.

O Barão de Ibitinga era filho de Joaquim Ferreira Penteado (Barão de Itatiba) e de Francisca de Paula Camargo (filha do capitão-mor Floriano de Camargo). Foi batizado em 30 de novembro de 1832 em Campinas (SP) e faleceu a 21 de outubro de 1915 na mesma cidade.

Casou-se duas vezes: a primeira, em 1856, com Cândida Marcolina Franco a, segunda vez, em 1867, com Maria Higina Alves de Lima, nascida em 1833 em Limeira, SP e falecida em 1902 em Campinas-SP, agraciada com o título de Baronesa de Ibitinga. Esta era viúva do Dr. Carlos Leite Penteado, integrante da importante família Alves de Lima, de São Paulo.

O inventário possibilitou a análise da vida do inventariado no momento de seu falecimento. A documentação nos mostrou que o capitalista era cafeicultor do Oeste Paulista do período, com diversificação de investimentos. Possuía quatro fazendas: Bocaina, Nova Louzã, Santa Clara e Estiva, com plantações de café em diversos períodos de maturação, pastos e trilhos de ferrovia,

Os ativos de Joaquim Ferreira de Camargo Andrade são compostos por quatro grandes fazendas de café, que juntas somavam 74% de todos os ativos inventariados: Fazenda Nova Louzã (34,4%), Fazenda Santa Clara (28,5%), Fazenda Bocaina (6,75%) e Fazenda Estiva (2,51%).

A Fazenda Bocaina, avaliada em 54:262\$423 (deflacionado) abrangia a área total de 220 alqueires de terra, e tinha por anexo um pequeno sítio, denominado Atibainha, composto de terras, cafezais, benfeitorias, móveis e semoventes.

Era composta por 35 alqueires de terras em pasto, na parte chamada de Atibainha (área anexa à Fazenda Bocaina); 12 alqueires de

terra em pasto na Fazenda Bocaina; 30 alqueires de terra em capoeirão; 79 alqueires de terras em tiguiras.

É interessante notar a quantidade de construções para o abrigo e morada de colonos, possivelmente imigrantes, que tratavam e cultivavam o café na fazenda Bocaina. Foram inventariados: grupo de 4 casas para colonos, de tijolos, cobertas com telhas; 1 casa de colono de tijolos, cobertas com telhas; grupo de 2 casas para colonos de tijolos, cobertas com telhas; grupo de 2 casas de parede de mão, cobertas de telhas; grupo de 8 casas de taipa e cobertas de telhas; grupo de 7 casas de taipas e cobertas de telhas; grupo de casas de taipa compreendendo coelheira, quarto para trolly, quarto para empregados, coberto de telhas;

Constavam maquinaria e bens de capital na fazenda, já que era uma propriedade de produção de café: uma casa de máquina, tijolo e taipa, assoalhada; uma máquina para beneficiar café a vapor e seus pertences; um moinho para fubá; duas tulhas de taipa e tijolos assoalhadas; um terreiro para secagem de café, ladrilhado com três quadras.

A produção anual da fazenda foi estimada, no inventário, em 130 mil pés de café, distribuídos do seguinte modo: eram 79.904 pés de café velhos e estragados, com respectivo terreno a 500 réis o pé e 48.540 pés de café novos com respectivo terreno a 200 réis o pé.

A casa de moradia da fazenda era construída de telhas e tijolos, forrada e assoalhada; uma casa situada no pasto da Atibainha, bastante estragada, taipa e telha. As benfeitorias da Fazenda Bocaina foram descritas no inventário: dentre a mobília encontravam-se sofá e mesa com 12 cadeiras, 2 aparadores, escrivaninha, 9 cadeiras austríacas, 2 sofás e 3 marquesas, 2 catres velhos e 1 mesa, 2 aparadores da varanda, 3 mesas de cozinha e 1 armário grande, 1 trolly com respectivos arreios, 2 carrinhos de mão, 2 carretellas com arreios, 1 carretella pequena e usada. O grupo de animais era composto por uma vaca leiteira, uma vaca leiteira com cria, um tourinho, 11 bestas de carroça e três bestas de carroça velhas mistas,

A Fazenda Nova Louzã foi avaliada em 276:699\$623 e era composta por 344 alqueires de terras, distribuídos da seguinte forma: cinco

alqueires de terras ocupadas por canas, quatro alqueires de capinzal, 25 alqueires de capinzal alto; 60 alqueires; 148 alqueires de cafezais; 15 alqueires para pasto da fazenda; 18 alqueires de pasto para colonos; 69 alqueires para cultura. Os veículos de transporte que constam na avaliação desta fazenda foram descritos como sendo: um trolly velho arreado; 12 carrilelas arreadas; três carroções; dois carros de bois; um carretão e uma carrocinha velha arreada; nove vagonetes para terreiro; seis carrinhos "Ideal"; e 500 metros de trilho.

Havia grande presença de burros entre os animais da fazenda, já que estes possivelmente eram utilizados no transporte de café para pequenas distâncias. Constam 63 burros para carroça; duas bestas para trolly; um cavalo preto para sela; 52 cabeças de carneiro; 140 cabeças de porcos; 22 bois para carro; 29 vacas leiteiras; um touro; cinco novilhas; 10 garrotes e 24 bezerros.

As benfeitorias foram descritas como sendo compostas por uma máquina de beneficiar café com as seguintes peças: ventilador de coco, ventilador duplo, descascador Avens, classificador, catador, vapor, um motor elétrico de peça de trinta cavalos e seus respectivos pertences; dois moinhos para fubá, um triturador; uma oficina de ferreiro; uma máquina para picar carne; um motor elétrico de força de três cavalos; um motor a gasolina; um estábulo para animais; dois ranchos, sendo um coberto de zinco e outro velho para depósito; uma cocheira para animais; um chiqueiro para porcos; um terreiro ladrilhado e murado; uma casa de moradia com pomar.

Foi notada ampla quantidade de casas de apoio à administração da fazenda e a serviços relacionados com a plantação cafeeira, como casas para carpinteiro, serralheiro, de depósitos e para ajudante de negócios. Contava exatamente esta relação no inventário: uma casa para ajudante de administração; uma casa para máquinas; quatro tulhas para café; uma casa para empregado; uma casa para camarada; uma casa para seleiro; uma casa para ferreiro; uma casa para despoldados; um corredor de casas com 13 quartos para camaradas; uma casa para escritório; uma casa para música; duas casas, sendo uma para carpinteiro e

outra para depósito; uma casa para depósitos de ferramentas; uma casa grande para negócio; uma casa miúda para família; e uma casa de aluguel para açougue.

Interessante notar que, concordantemente com a Fazenda Bocaina, a Fazenda Nova Louzã também dispunha de grande número de habitações para colonos, o que evidencia que se tratava de uma fazenda de cultivo de café, assim, como a estimativa de produção. São, ao todo, oito casas para colonos; 14 grupos de casas de colonos; quatro casas para colonos; 10 casas para colonos; quatro grupos de casas de colono; um grupo de casas para colonos; e oito casas para colonos.

A produção da fazenda, na data do inventário, foi avaliada em 289 mil pés de café, sendo 4.257 pés de café novos de dois anos, 33.220 pés de café velhos, 65.736 pés de café formados, 45.053 pés de café velhos na mata virgem, 65.717 pés de café velhos do alto, 74.871 pés de café na Boa Vista.

A Fazenda Santa Clara foi avaliada em 228:871\$978 e possuía uma casa de morada; uma casa pequena para camarada; uma casa para negócio e uma casa para depósito. O que demonstra a utilização das terras no cultivo da rubiácea é o arrolamento de 81 casas para colonos, um número alto, que permitia a acomodação de, pelo menos 81 famílias de colonos, possivelmente 600 habitantes trabalhando no cultivo de café, sendo cada núcleo formado por um casal adulto e mais cinco filhos.

Possuía 360 alqueires de terras, sendo 30 alqueires de terras em pastos, 20 alqueires de terras de capoeirão, 178 alqueires de terras de cafezais, 60 alqueires de terras em capoeiras baixos, 72 alqueires de terras para cultura. Haviam plantados 300 mil pés de café, sendo 202.008 pés de café velhos, 66.000 pés de café velhos em bom estado, 22.512 pés de café novos regulares, 18.374 pés de café novos em bom estado. Sobre a colheita nesta fazenda, 40.000 arrobas de café foram colhidas, sendo parte remetida para Santos e parte mantida nas tulhas no momento do inventário.

A Fazenda Estiva, avaliada em 20:176\$289, era uma fazenda com menos benfeitorias de apoio ao café que as outras duas anteriormente

citadas. Era composta por 314 alqueires de terra, sendo 15 alqueires de terras em matas, seis alqueires de terras ocupadas por casas, 263 alqueires de campo, 30 alqueires de terra para cultura e 16 quarteis de canas,

Havia a relação de 250 cabeças de gado, três touros, duas zebras, 7 burros para carroça e 2 cavalos velhos.

Nas benfeitorias, notou-se a ausência de casas de colonos, haviam inventariados mecanismos feitorias para fabricação de aguardente, uma casa de morada, duas pequenas casas cobertas de zinco, quatro casas para empregados, uma casa para camarada, uma casa para empregados e uma casa para engenho.

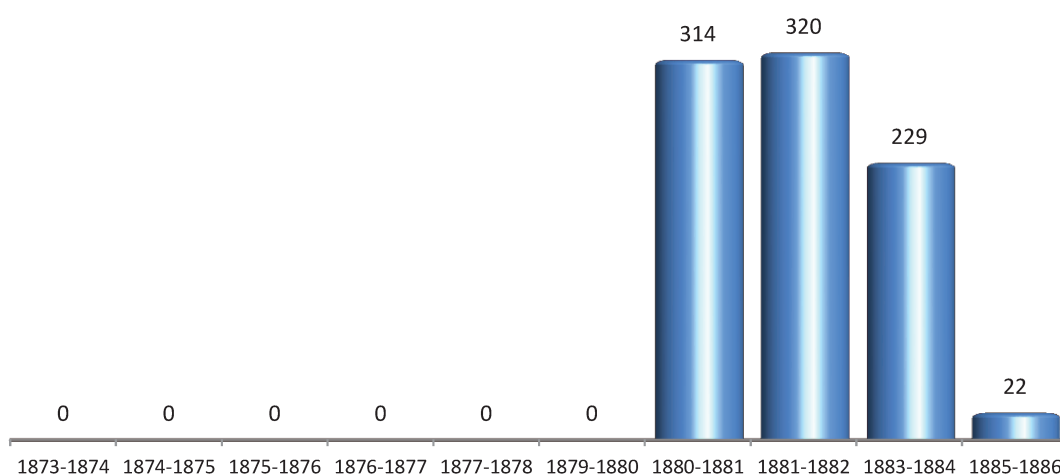
O passivo do Barão de Ibitinga somava 38:289\$586, sendo mais da metade (54,7%) referentes a uma única dívida junto ao Dr. Clemente Faffole, no valor de 20:937\$000. As demais dívidas se referiam a valores frente ao Dr. José F. de Camargo (27,3%); ao médico Dr. Miguel Penteado (3,6%), aos farmacêuticos Valentine e Serafini (3,5%), à Farmácia e Drogaria Italiana (3,5%), ao advogado Dr. João B. da Boa Vista (5,5%) e ao Major Severiano Leal (1,8%).

ITEM 2.4.2: MARIA UMBELINA DE MORAES BUENO (posição 2)

Foi a responsável pela concessão de 885,91 contos de réis, equivalente a 8,2% de todo o capital disponibilizado pelos capitalistas no período analisado. Foi também uma das poucas mulheres que aparecem alocadas como profissionais recolhedoras de imposto sobre capitais.

Com a figura 9, é possível notar que Maria Umbelina teve grande importância para o crédito campineiro entre os anos 1880 e 1883, sendo que ela disponibilizou 885,91 contos de réis em apenas três anos de atuação. Demonstra-se que, embora ela não tenha coletado tributos na década de 1870; na seguinte ela foi uma das pessoas creditícias de maior relevância na década seguinte.

FIGURA 9: Crédito concedido por Umbelina de Moraes Bueno (posição 2), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **886 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Dos 53 capitalistas arrolados, apenas sete deles são formados pelo gênero feminino (Umbelina, Maria Engler Barbosa, Alma Francisca de Amorim, Flávia Francisca de Andrade, Francisca das Dores Coutinho, Thereza Michelina do Amaral Pompeo e Alda Brandina de Camargo).

Segundo o Arquivo do Estado de São Paulo, Umbelina constava na relação dos senhores acionistas da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, possuía 206 ações de um universo total de 94.307 e, assim, com direito a 22 votos.

Maria Umbelina de Moraes Bueno era filha de Antônio Benedito de Moraes Teixeira e Elisa da Costa Camargo. Foi a segunda esposa do Capitão Cândido José Leite Bueno da Silveira, morador de Rio Claro e filho de Salvador Bueno da Silveira e Maria Francisca de Arruda. Eram proprietários da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia em Jaguariúna, SP.

O capitão Cândido José Leite Bueno da Silveira e Maria Umbelina de Moraes Bueno tiveram cinco filhos, sendo inventariados: Maria Ângela Teixeira Bueno (casada com Comendador Major Carlos Egydio de Souza Aranha, filho do Márquez de Três Rios); Julia Bueno (casada com Octaviano Pompeu do Amaral, filho do Marques de Indaiatuba); Alfredo de Moraes Bueno; Coronel Amâncio Bueno e Joaquim de Moraes Bueno.

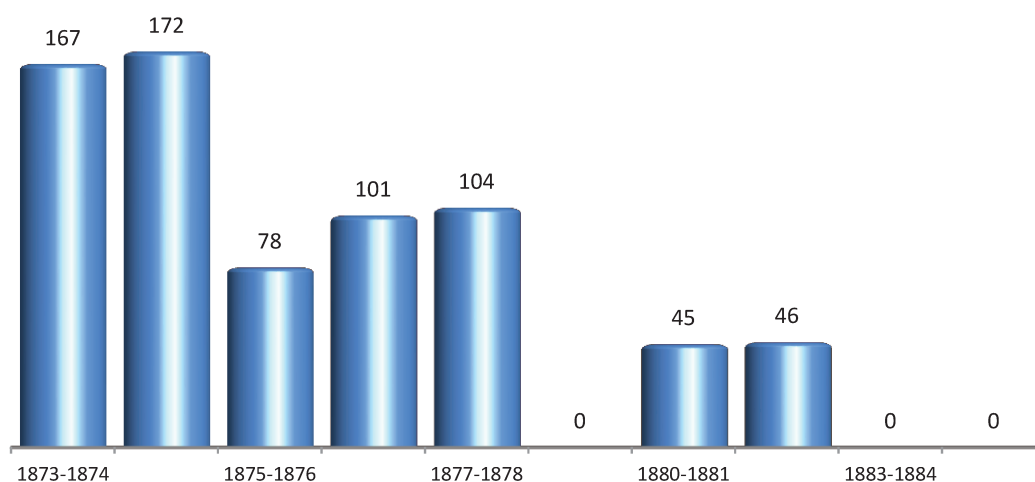
Eram possuidores da Fazenda Florianópolis. O Coronel Amâncio Bueno, filho de Umbelina, desmembrou a Fazenda Florianópolis, transformando-a em uma colônia que começou a abrigar imigrantes italianos e portugueses, que deu origem a cidade de Jaguariúna, vizinha de Campinas.

A construção do plexo da Estrada de Ferro naquela cidade concretizou-se e recebeu o nome de Estação de Jaguary, por margear o rio Jaguary. Nessa época a Cia. Mogyana começou a se fazer presente na região escoando a produção agrícola daquelas terras.

ITEM 2.4.3: JOSÉ EGYDIO DE SOUZA ARANHA (posição 3)

Recolheu 1:720\$000 de imposto sobre capitalistas, o que equivalia ao montante de 712,59 contos de réis, segundo a Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Na figura 10 vê-se que ele atuou em sete anos, emprestando, em média, 123 contos de réis anualmente.

FIGURA 10: Crédito concedido por José Egydio de Souza Aranha (posição 3), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista **de 713 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Não há inventário deste capitalista, encontrou-se apenas um traslado de seu inventário pedindo a execução da dívida que o Coronel Quirino dos Santos mantinha frente à herança de José Egydio de Souza Aranha.

Há informação de que os bens em posse dos herdeiros somavam 97:660\$310, mais a dívida ativa do Coronel Quirino, no valor de 88 mil réis. Tal dívida consistia em uma letra assinada em 01 de setembro de 1884, no valor de 85:157\$00, em que se estipulavam juros de 20% ao

ano, com vencimento de quatro anos. Em, 1889, data do inventário do devedor, Joaquim Quirino dos Santos, já soma o montante de 243:122\$901.

Ainda em 1884, a viúva de José Egydio, Dona Antônia de Queiróz Aranha pediu execução de seu crédito, mediante a Fazenda Barreiro, mas esta já estava com escritura assinada em favor do Banco de Crédito Real de São Paulo.

Em vista de não obtenção de valores devidos, a viúva entrou com pedido de falência requerida contra o Coronel Joaquim Quirino dos Santos, por insolvência de dívida cujos credores eram os herdeiros do inventariado. Coronel Quirino se defendeu do pedido de falência alegando que não era comerciante de profissão, dizia-se que já tinha disso comerciante e, por isso, ainda possuía registro na Junta Comercial, mas que não mais atuava habitualmente como este.

ITEM 2.4.4: CARLOS NORBERTO DE SOUZA ARANHA (posição 4)

Era filho de Manuel Carlos Aranha, primeiro e único barão de Anhumas. Foi fazendeiro, que cultivava café na região de Campinas, cuja mais famosa propriedade foi a Fazenda Pau d' Alho. Entre 1873 e 1884, Carlos Norberto de Souza Aranha coletou 1:632\$000 réis, enquanto seu pai, também capitalista coletou apenas 1:240\$000.

Nasceu em 1855 e faleceu em, São Paulo, em 1945. Foi um fazendeiro brasileiro dedicado à cafeicultura em suas fazendas em Campinas, como a Fazenda Jaguary (estrada de Pedreira), em 1900 produziu 10.000 arrobas de café, em 1914 com 305 alqueires de terras e 290 mil pés de café, e também a Fazenda Santa Clara, em 1914 com 120 alqueires de terras e 154 mil pés de café.

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi também homem político: deputado provincial em 1880 e posteriormente eleito para mais uma legislatura. Foi, também, jornalista, redator da "Opinião Pública". Afastou-se da política e se dedicou às suas atividades agrícolas, e integrou a diretoria da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro.

Filho do primeiro casamento de Manuel Carlos Aranha, Barão de Anhumas, e de Ana Teresa de Sousa Aranha, neto de Francisco Egídio de Sousa Aranha, era também sobrinho de Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o Marquês de Três Rios.

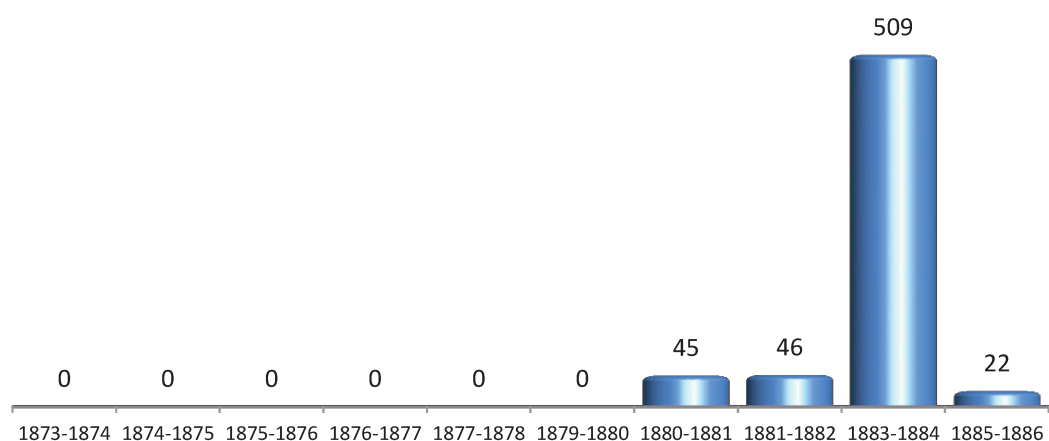
Casou-se com sua prima, Escolástica de Sousa Aranha, gerando os filhos inventariados: Tarsila de Sousa Aranha; Marion de Sousa Aranha (que se casou com Luiz de Assis Pacheco Junior); Ana Teresa de Sousa Aranha; Mário Egydio de Sousa Aranha (que se casou com Fidalma Vieira de Mello); Maria do Carmo de Sousa Aranha (que se casou com Álvaro de Oliveira Machado).

Recebeu do Imperador Dom Pedro II o título de cavaleiro fidalgo da casa imperial, assim como seus meios-irmãos, também o

receberam: José de Queirós Aranha e Luís Augusto de Queirós Aranha, filhos do segundo casamento de seu pai Manuel Carlos Aranha com Brandina Augusta de Queirós Aranha, baronesa consorte de Anhumas.

Contava com laço de parentesco com Ana Brandina de Queirós Aranha de Arruda Botelho (sua irmã), que se casou com José Estanislau de Arruda Botelho, filho dos condes do Pinhal.

FIGURA 11: Crédito concedido por Carlos Norberto de Souza Aranha (posição 4), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



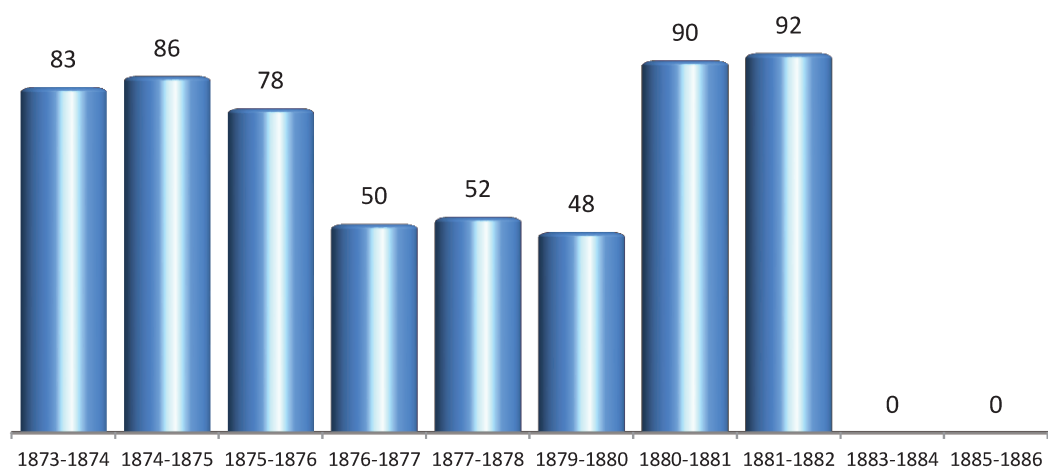
Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **622 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

ITEM 2.4.5: MANOEL CARDOSO DE ALMEIDA E SILVA (posição 5)

Recolheu tributos sobre capitais em todos os anos compreendidos entre 1873 e 1881, no montante de 1:240\$800, o que equivalia ao empréstimo total de 579,84 contos de réis.

FIGURA 12: Crédito concedido por Manoel Cardoso de Almeida e Silva (posição 5), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **580 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Era um comerciante, que possuía armazém de secos e molhados situado na Rua Magalhães Castro, 62, Estação de Riachuelo. Foi fiscal da Primeira Coletoria de Rendas, situada à Rua Boa Vista, 59, segundo publicação do jornal Folha de São Paulo, de 1913.

Manoel Cardoso de Almeida e Silva e sua esposa Anna Claudina Cardoso foram os pais do Professor Antônio Carlos Cardoso (nascido em fevereiro de 1889, na cidade do Rio de Janeiro).

Formou-se, no ano de 1918, como engenheiro eletricista pela Escola Politécnica de São Paulo e, seguiu carreira como engenheiro da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Atuou na construção das locomotivas encomendadas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro; realizou o estudo elétrico para a eletrificação da Estrada de Ferro

Sorocabana, além de ter composto a comissão de elaboração de projetos acerca da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro e catedrático da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

ITEM 2.4.6: CUSTÓDIO MANOEL ALVES (posição 6)

Nascido em quatro de março de 1835 e falecido em 29 de janeiro de 1904. Era filho do Alferes Custódio Manuel Alves (Itu, 1803 - Campinas, 1866) e de Ana Carolina de Barros. O Alferes Custódio Manuel foi um político paulista, vereador e presidente da Câmara Municipal de Campinas, então Vila de São Carlos, na primeira metade do século XIX. Também ocupou relevantes cargos, como o de escrivão, juiz de órfãos, coletor de impostos e, dedicado ao comércio, mantinha na cidade negócio de fazendas secas.

O filho, Custódio Manuel Alves foi casado com Januária Alves Pinto Duarte, de cujo consórcio deixou quatro filhos: Maria (casada com Raphael de Andrade Duarte, prefeito de Campinas em várias eleições), Hercilla, Anna e Sílvio.

Conjuntamente com Bento Quirino e Rafael Sampaio foi um dos três fundadores do Clube Semanal de Cultura Artística de Campinas. Os três fundadores foram agraciados individualmente com o título de Sócio Honorário, por suas contribuições à realização da obra, inaugurada com o discurso do Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles, então presidente do Estado de São Paulo, e que em 1898 passaria a ser o quarto futuro presidente do Brasil.

Prestou por longos anos, relevantes serviços a Campinas nas diretorias da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, da Companhia de Iluminação a Gás, ambas sob presidência de Bento Quirino, do Ramal Férreo Campineiro e do Teatro São Carlos.

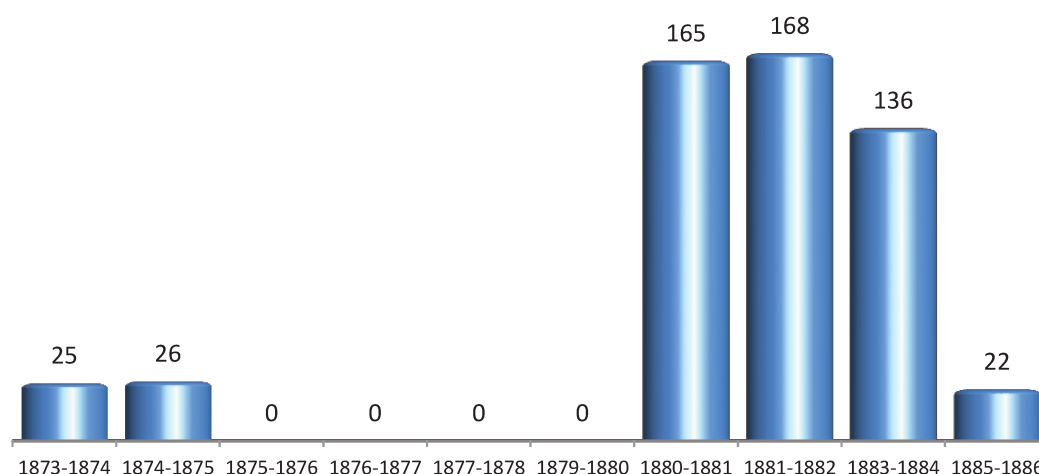
Elaborou, organizou e confeccionou nos idos de 1840, a primeira planta topográfica da cidade, aliada a importante trabalho sobre a gênese de suas ruas, praças e logradouros, e edifícios, embasados por anotações de grande valia.

Participou da diretoria da Banda Filorfeônica Campineira, onde também atuavam, seus amigos e diretores Bento Quirino e Raphael

Sampaio, sob direção do insigne maestro e compositor campineiro, José Pedro Sant' Ana Gomes.

Coletou tributos sobre capitais em 1873, 1874, 1880, 1881, 1883 e 1885, realizado no intervalo temporal analisado, conforme figura abaixo, sendo que os maiores valores são verificados nos anos do meio do intervalo (média de 200 contos de réis anuais em fornecimento de crédito), e nos dois primeiros e no último ano, ele concedeu apenas 30 contos anuais.

FIGURA 13: Crédito concedido por Custódio Manoel Alves (posição 6), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **542 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

O inventário de Custódio Manoel Alves está registrado no terceiro ofício, no processo 7.812, de 1904. No orçamento total constavam:

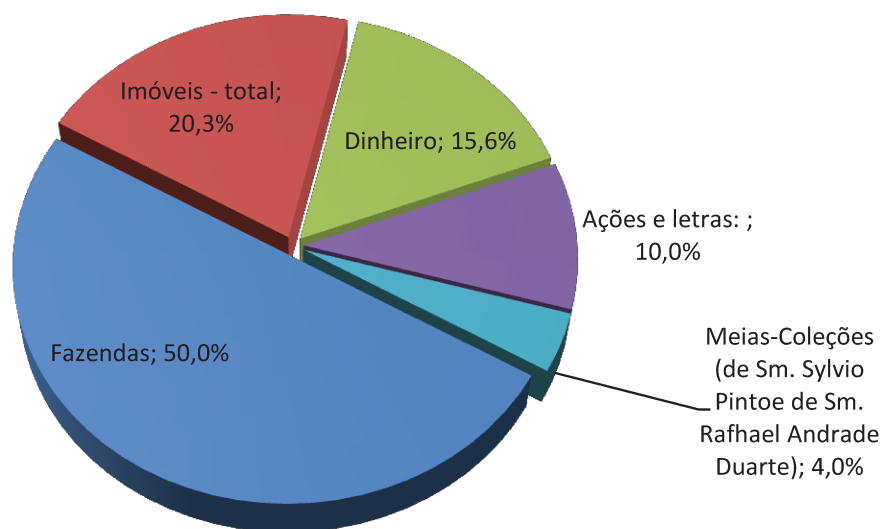
Na conta de ativos de Custódio Manoel Alves destacavam-se as fazendas, que representavam a metade de todos os ativos do inventariado, em seguida, os imóveis urbanos, que totalizavam 20,3% do valor total, e dinheiro e ações de companhias, que respectivamente, representavam 15,6% e 10% dos bens inventariados.

As fazendas representavam mais da metade dos ativos e eram comportas por duas propriedades, denominadas Fazenda Três Pontes, em Amparo, com terras, cafezais, benfeitorias, semoventes, avaliada em 135 mil réis e a Fazenda Dona Gameira, em Mogi-Mirim, com terras, móveis e semoventes avaliados em 83 mil réis.

Os imóveis urbanos representavam 20,3% (89 mil réis) dos ativos inventariados, eram um palacete na Rua Barreto Leme, 36; uma casa na Rua São Carlos, 54; uma casa na Rua do Góes, 21 e um terreno na Rua General Osório, 31.

Notou-se a presença de dinheiro e de ação, na proporção de 15,5% e de 10% dos ativos, estas eram compostas por 80 ações do Ramal Férreo Campineiro, 276 ações da Companhia de Gás, 8 ações do Theatro São Carlos, além de 18 letras da comarca Municipal de Campinas.

FIGURA 14: Participação dos ativos de Custódio Manoel Alves, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

É importante notar que as dívidas do capitalista correspondiam a quase 70% do total de seus ativos (67,81%), sendo que o total dos passivos a serem pagos totalizam 296:494\$096, enquanto o total dos ativos

inventariados representavam a quantia de 437:259\$296. Vale lembrar que, à época, os bens do casal eram repartidos igualmente entre as duas personas que formavam a sociedade matrimonial, no caso, o inventariado e a viúva inventariante.

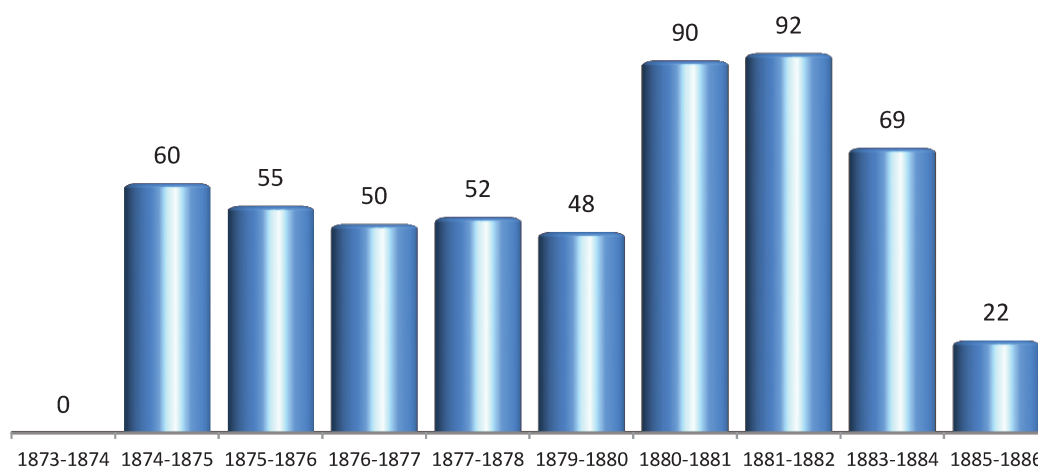
A conta de passivo desse capitalista, no momento de sua morte, era composta de 296:494\$096, sendo que 23% (valor de 67:985\$050) já havia sido pago, sem descrição dos credores que receberam o quantia do inventariante, e 77% da dívida ainda estava em aberto, que deveria ser paga pelos bens do inventariado (dívida em aberto no valor de 228:509\$046), distribuída da seguinte forma aos credores:

- 44,3% a Dona Ercilla Alves Pinto. Crédito que deveria ser dado à inventariante no valor de 101:334\$190
- 43,5% a Dona Anna Alves Pinto. Crédito a juros no valor de 99:422\$382
- 3,6% a José Manoel Godoy Barreto. Crédito contraído em 15/04/1901; com juros de 10% ao ano (2 anos, 9 meses, 14 dias), que resultava no crédito que deveria ser pago de 8:274\$014
- 2,5% a Júlio Macchi. Crédito contraído em 05/01/1904; com juros de 10% ao ano (24 dias), com montante que deveria ser pago de 5:775\$133.
- 1,7% a Raphael Andrade Duarte. Crédito contraído em 17/02/1903; com juros de 12% ao ano (11 meses, 12 dias), com montante que deveria ser pago de 3:910\$798
- 1,5% a Raphael Andrade Duarte. Crédito contraído em 20/03/1901; com juros de 12% ao ano (com cálculo da dívida a partir de 27/02/1903, com possível renegociação (11 meses), com valor que deveria ser pago de 3:326\$310
- 1,1% a Sílvia Alves Pinto. Crédito que deveria ser pago 2:611\$520
- 1,1% a Contas a pagar (impostos da Comarca) em 2.464.789
- 0,1 % a José Manoel Godoy Barreto. Crédito contraído em 09/10/1902; com juros 10% ao ano (ano, 3 meses, 20 dias), que deveria ser pago no valor de 319:327
- 0,3% a Custa de transporte, totalizando 704:225
- 0,2% a Despesa com parte da manutenção da Família, no valor de 366:358

ITEM 2.4.7: DIOGO DE MORAES SALLES (posição 7)

Cafeicultor na cidade de Campinas que diversificou suas atividades com o empréstimo de capitais a juros:

FIGURA 15: Crédito concedido por Diogo de Moraes Salles (posição 7), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **538 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

O inventário deste capitalista encontra-se registrado no terceiro ofício, processo 7.607, de 1891, cuja inventariante era a esposa, Dona Gabriela Coutinho Salles.

A maior parte dos ativos era formada por duas propriedades agrícolas, que somadas chegavam ao montante de 90% de todas as posses do inventariado. Isso demonstrava a grande importância da produção cafeeira para este capitalista.

A primeira propriedade é a Fazenda São Manoel, da qual o inventariado possuía metade do bem, não há especificação de quem seja o detentor da outra metade. A meação desta fazenda e mais a produção dela representam 51% dos ativos totais arrolados no inventário.

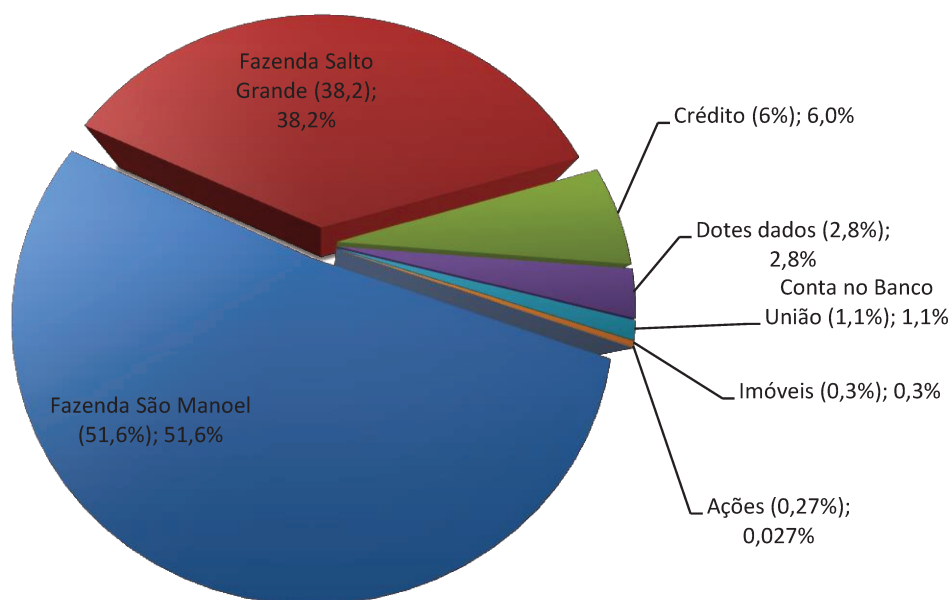
A segunda fazenda, denominada Fazenda Salto Grande e localizada em Dois Córregos, pertencia em comunhão de partes iguais, ao inventariado e a Odorico Ferreira de Camargo. Pela venda de sua parte, Diogo de Moraes Salles, recebeu de Flaminio Ferreira de Camargo o valor de 80:971\$660, o que representa 38,2% dos ativos totais.

Há a relação de saldos a receber de três credores, por letras de crédito aceita pelo inventariado, de Júlio Cesar de Cerqueira Leite, José Pedroso de Moraes Salles e uma letra com devedor não especificado. O empréstimo de capital soma 6% do ativo do capitalista Diogo de Moraes Salles, o que representa valor significativo.

Há a relação de dotes já pagos a dois herdeiros, ao filho Alfredo Pujal e a outro filho falecido e não especificado, ambos no valor de 2:891\$845 que juntos representam 2,8% dos ativos. O item dotes entra na conta, por ser este um adiantamento da herança já destinado ao herdeiro, e que será deduzido do valor partilhável a estes.

Existem apenas quatro ações do Theatro São Carlos, que totalizam 57\$837, com participação de menos de 0,1% no inventário.

FIGURA 16: Participação dos ativos de Diogo de Moraes Sales, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

O passivo de Diogo de Moraes Sales era composto de 18:022\$.145 a ser pago a 36 credores. No entanto, verifica-se que, quase 70% da dívida correspondia a uma dívida hipotecária tomada pelo capitalista (69,3% do passivo, no valor total de 12:489\$159).

Os demais credores do inventário são, possivelmente 3 pessoas de quem Diego de Moraes Sales tomou crédito emprestado, pois não há nota de cobrança de empresas destes credores, apenas a relação de seus nomes e o valor devido a eles. São os respectivos: Telles Netto, com 5,80% do passivo total a receber, no valor de 1:045\$389; Odorico Ferreira de Camargo, com 4,49% a receber, totalizando 808:679 e; Arthur Ferreira de Camargo, cujo crédito deste corresponde a 3,85% dos passivos do capitalista, no valor de 693:842.

Os gastos com o funeral de Diogo Benedicto somaram 548:170, que representa 3,4% das dívidas a serem quitadas no inventário.

Os demais valores dos passivos são de pequenas dívidas em comércio local, todas arroladas perfeitamente no inventário, com notas das empresas credores reclamando o pagamento futuro, que totalizam 13,5% (2:436\$907) do passivo. São os seguintes credores, com a respectiva porcentagem do valor do passivo total do inventariado a receberem:

A relação de dívidas médicas e de medicamentos adquiridos em farmácias de Campinas somam 9,97% do passivo total, num valor de 1:796\$300. Possivelmente, o inventariado encontrava-se enfermo no período brevemente anterior a seu falecimento e necessitou efetuar diversas intervenções médicas, com consumo de medicamentos e matérias médicos. São os seguintes credores que se encaixam neste grupo, com a respectiva porcentagem a receber sobre o passivo total:

Doutor Pereira Lima (médico) 1,92%; Doutor Castro Menezes (médico cirurgião) a 1,60%; Doutor Eduardo de Magalhães a 1,60%; Doutor Guilherme da Silva (médico-cirurgião) a 1,60%; Doutor Bráulio Gomes (médico) a 0,99%; Odorico Camargo a 0,71%; Pharmácia do Cysne (Otto Langgaarg) a 0,01%; Doutor Melchert (clínica médica-cirúrgica) a 0,32%; Doutor Vieira Bueno) a 0,32%; Doutor Euphrasio Cunha (médico) a 0,32%; Pharmácia Salles a 0,49%; Pharmácia Ypiranga (pertencente a Joaquim Ulysses Sarmiento & Companhia) a 0,07%.

Os demais passivos são divididos em dois grupos, o primeiro é de bens de consumo da própria família inventariante, e o segundo, de possíveis bens de capital, de conserto de máquinas.

Os bens de consumo da família, cujas dívidas permaneciam abertas no inventário, são compostos de gastos com importação de vestuário, com a compra de artigos alimentícios em loja de secos e molhados e por gasto em colégio para uma filha menor de idade. Tais gastos representam 2,56% do passivo total, e são relacionados a seguir: M. Brandão (armazém de secos e molhados) a 0,70%; e os demais com menos de 0,4% cada: Alfaiataria José Maria Bueno; Elias A. do Amaral Souza (moda, enxovais); Charles Levy & Companhia (loja de fazendas e novidades de Paris); Orozimbo Maia (cartório); Martins Queiróz (importador de roupas);

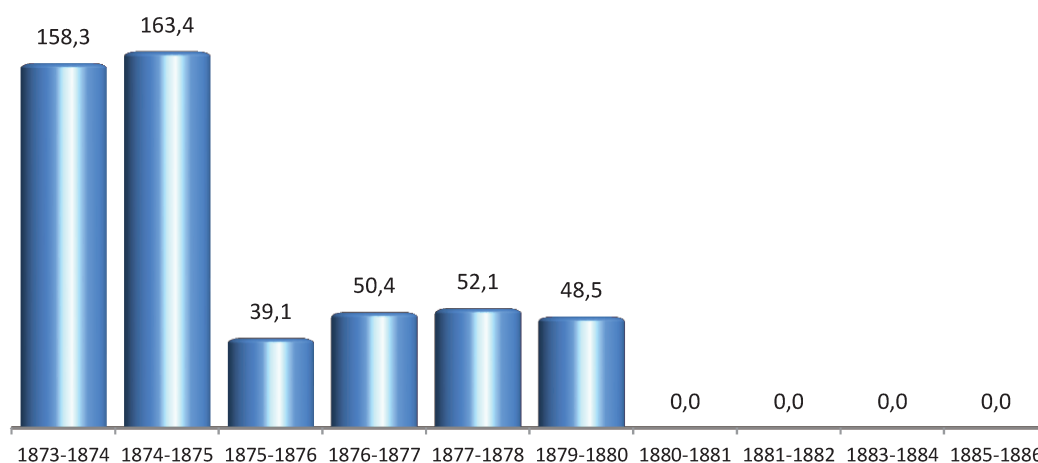
Au Genoud Elegant (músicos, pianos); Diogo Duque Leandro (enxovais, modas); Collegio Florence (Dona Gabriella Salles) deve pela aluna Aurea; Santos, Irmão & Nogueira Sucessores (ferragens, armas); A. Hampel & Companhia Sucessores fábrica de chapéus); Braga; A. Sarmento (exemplares do Diário de Campinas); Henrique de Barcellos & Companhia (Correios de Campinas); França, Irmão & Companhia (livros); Armazém de secos e Molhados (José Corrêa de Moraes).

O segundo grupo, de possíveis bens de capital é composto por gastos em três empresas: Luiz & Pompeu de Tullio (oficina de marcenaria a vapor), que deverá receber 0,71% dos passivos totais inventariados; Perrin & Ranchou (Companhia Industrial Edificadora) com valor a receber na ordem de 0,06%; e Henrique Armbrust (fogões, gás e funilaria) com participação de 0,22% sobre os passivos inventariados.

ITEM 2.4.8: VICTORINO PINTO NUNES (posição 8)

Era um dos maiores acionistas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, com 305 ações em 1872, além disso, possuía 9 imóveis na cidade. No período analisado pela pesquisa, ele emprestou 610 contos de réis a juros, tornando-se o nono capitalista com maior volume de empréstimo. Em 1881, ano de sua morte, havia 611:223\$967 em passivos a serem recebidos pelos herdeiros.

FIGURA 17: Crédito concedido por Victorino Pinto Nunes (posição 8), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **511 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

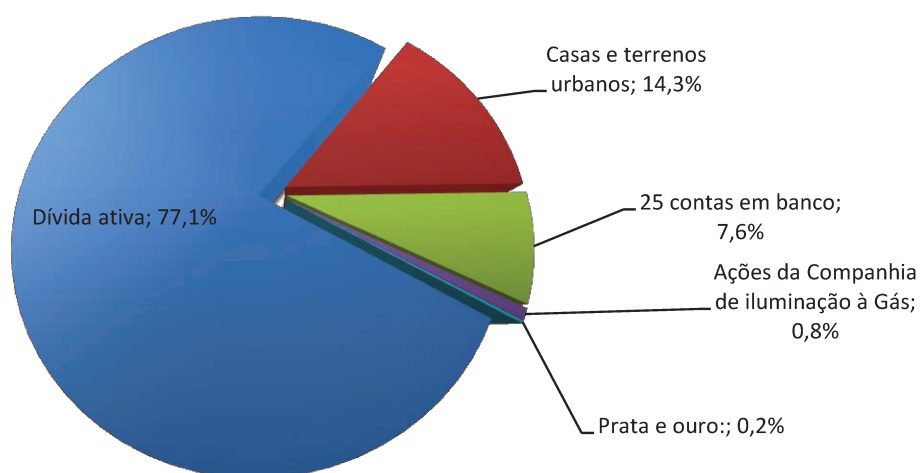
O inventário deste capitalista tem muitos detalhes para análise dos devedores. Embora não constem os contratos de aquisição dos empréstimos, há a relação dos nomes dos devedores e o montante de recursos que aqueles deviam à família do finado.

O capitalista era um grande proprietário urbano, o item Raiz em seu inventário, corresponde a 14,3% de seus ativos. Ele possuía 2 casas com terreno, uma casa na Rua Direita, número 34; uma na Rua Formejão,

número 85; uma localizada na rua Lerzeitarra, e na Rua Regente Feijó, possuía três casas, nos números 124; 126, além de dois terrenos neste mesmo endereço

Os itens de prata e ouro são compostos por aparelho de prata, cofre de ferro, 6 castiçais de prata, relógio com corrente de ouro, alfinete de brilhantes, bandejinhas de prata, broche, salsa pequena de prata, objetos de prata, colheres de parta, bengala, 1 par de esporas de prata, colheres (de sopa) de prata, 1 pé de espora de prata.

FIGURA 18: Participação dos ativos do Victorino Pinto Nunes de acordo com a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

A conta de dívida ativa de Victorino Pinto Nunes é composta pela dívida em aberto de 30 pessoas, que tomaram crédito com o capitalista, e que, no momento de abertura do inventário ainda não haviam quitado seus empréstimos, totalizando 664:100\$923 a serem pagos à herança.

São os seguintes tomadores de capital do inventariado, com a porcentagem que suas dívidas representam frente ao total de dívida ativa: São Mendes Quirino Pinto, com dívida de 261:465\$854, responsável por 39,4% de todo capital a ser recebido pela herança; Antônio Pedro de Godoy Morêra (7,9%); José Henrique Alves (6,0%); Joaquim Celesteiro de Abreu

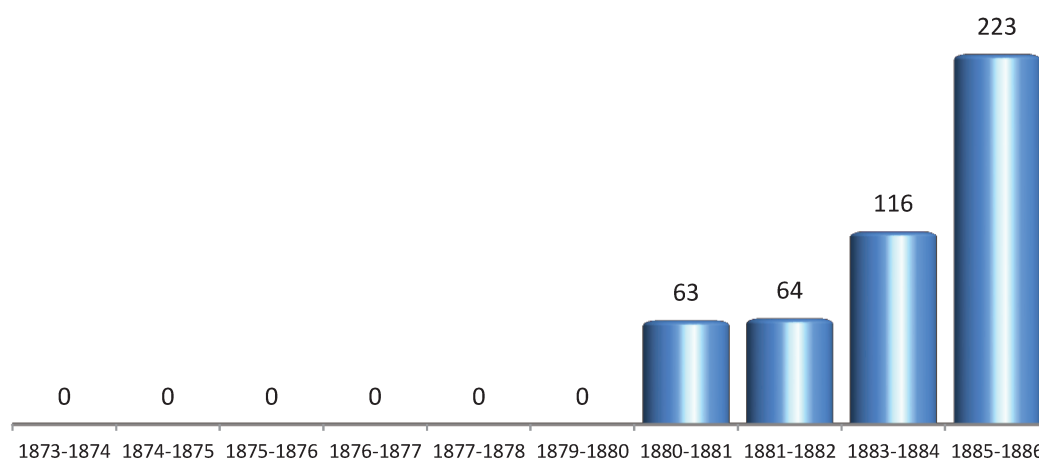
Soares (5,7%); José de Campos Salles (5,5%); Custódio Manoel Alves (4,7%); José Manoel de Castro (3,7%); Joaquim Pinto de oliveira Nunes (3,1%); Francisco Soares de Abreu (2,7%); Francisco de Camargo Penteado (2,5%); Floriano Antônio de Moraes (2,5%); José Rodrigues do Prado (2,1%); Antônio Benedicto Moraes Teixeira (2,0%); Dr. Augusto Xavier Bueno de Andrade (1,9%); Antônio Alves de Lima (1,5%); Cassiano Mayer (1,3%); Bento Bicudo de Almeida (1,3%); Antônio Carlos de Almeida Bicudo (1,1%); Antônio Manoel de Arruda (0,9%); Joaquim Ferreira Zimbres de Queirós (0,7%); José da Silveira Franco Damaria (0,7%); Diogo Leite Penteado (0,7%); Francisco Monteiro de Carvalho e Silva (0,5%); João de Souza Camargo (0,5%); Francisco Bueno de Lacerda (0,4%); João Baptista passos (0,3%); Francisco Ferreira de Mesquita (0,3%); Manoel Soares Pompêo (0,2%); Joaquim do Amaral Camargo (0,1%); e Antônio Ortiz de Camargo (0,0%).

ITEM 2.4.9: MANOEL CARLOS DE SOUZA ARANHA (posição 9)

Primeiro e único Barão de Anhumas, (Ponta Grossa, 18 de setembro de 1814 e, São Paulo, 28 de janeiro de 1894), também agraciado com os títulos de Capitão da Guarda Nacional e de Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo.

Foi um grande fazendeiro brasileiro, que cultivava café na região de Campinas em propriedades como a Fazenda Pau d' Alho, com 300 mil pés de café e cuja arquitetura da sede é de autoria de Francisco de Paula Ramos de Azevedo. O Barão e Baronesa de Anhumas foram também proprietários da Fazenda Anhumas, Fazenda Santa Cândida e Fazenda Rio da Prata. Ele faleceu em São Paulo, para onde tinha transferido residência por motivo da grave epidemia de febre amarela que assolou Campinas.

FIGURA 19: Crédito concedido por Manoel Carlos Aranha (posição 10), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **466 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Foi um dos maiores proprietários de terras de Campinas e emprestou elevada soma para a construção das estradas de ferro Mogiana e

Paulista. Foi acionista de empresas de melhoramentos urbanos em Campinas e grande benemérito do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora. Também foi investidor das Companhias Ferroviárias Mogyana de Estrada de Ferro e da Paulista, além de ter doado generosa quantia para a construção do Liceu de Artes e Ofícios de Campinas e da Catedral de Campinas.

Ele foi casado em primeiras núpcias com Dona Anna Thereza de Souza Aranha, com quem teve filhos: Maria (casada com José Francisco Barboza Aranha), Carlos, Urbano, Pedro e Joaquim.

As segundas núpcias foram contraídas em matrimônio com Dona Brandina Augusta de Queiróz Aranha, casada em comunhão de bens e inventariante do esposo. Há a relação de três filhos nascidos desse consórcio: José, Luís e Anna (casada com José Eustáquio de Oliveira).

Há prestação de contas testamentária, datada de 1896, em que é realizada a execução do testamento de Manoel Carlos de Souza Aranha. Este definiu a seguinte repartição dos bens, no qual pode-se estipular um valor de ativos totais. No total foram distribuídos 93:000\$000 a familiares e em forma de doações, representando a metade dos bens do casal Manuel Carlos de Souza Aranha e Dona Brandina Augusta.

Conta que nos dois casamentos formam realizadas doações de joias a ambas as esposas, e que esse montante não entrará na divisão de bens inventariados.

O primeiro item do testamento havia uma doação no valor total de 28 contos de réis e divididas da seguinte forma: 18 contos a José Maria Lameiros e sua esposa Gertrudes; 8 contos em escravos que passaram a pose de seu neto, José Francisco Barbosa Aranha Filho e; 2 contos de réis ao Asilo de Educandos, anexo à Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Lege à filha Maria a casa em que ela reside (situada ao Largo de São Benedito), por usufruto, não podendo ser vendida ou entrar em comunhão com esposo e passará somente aos filhos de sua filha e netos e bisnetos diretos.

A repartição dos bens deveria ser realizada do seguinte modo, que totalizava 65 contos de réis a familiares e afilhados: 12 contos à esposa;

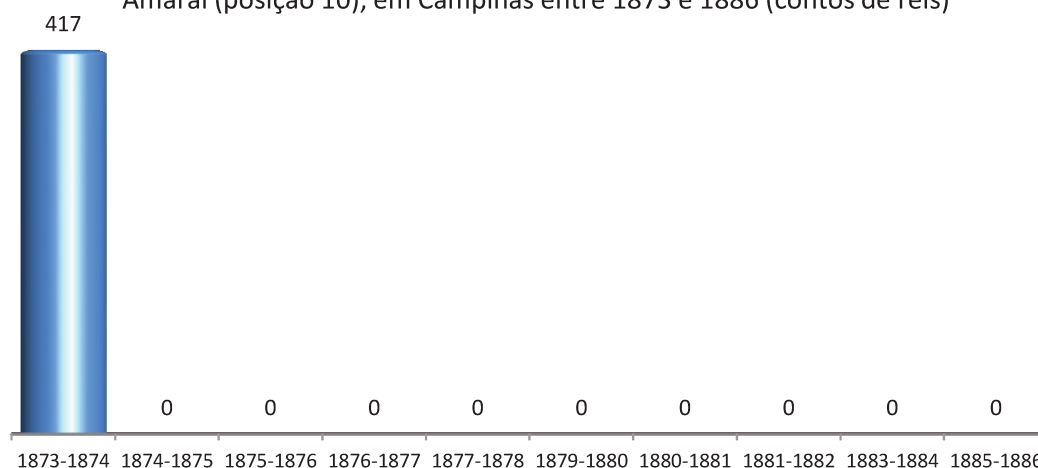
18 contos ao filho Joaquim; 12 contos ao filho Carlos; 12 contos à Urbano; 6 contos a Pedro; 1,2 conto à filha Anna; e 1 conto a cada um de seus afilhados e filhos de Anna.

Havia uma declaração em especial a dois de seus afilhados, Augusto, filho de Jozé Maria Lamaneiros, e Francisca, de apelido Cecy, filha de Joaquim Lucas, que foi criada pela família desde os dois anos de idade. Ambos deveriam receber 1 conto de réis. Perdoava a dívida de Jozé Maria Lamaneres (apenas a parte de seu afilhado Augusto Lamaneres e de suas irmãs Almerinda, Pracedes, Alzira e Neomesia). Mas pede para que seus herdeiros cobrassem restante da porcentagem da dívida (parte não perdoada) dos irmãos de Jozé Maria Lamaneres (Otaviano e Manoel), sem pressão.

ITEM 2.4.10: MAJOR ISIDORO MARQUES FERRAZ DO AMARAL (posição 10)

O capitalista só apareceu uma vez no levantamento de coleta de impostos nos treze anos pesquisados, com uma concessão de crédito estimada em 417 contos de réis, entre os anos contábeis de 1873 e 1884. É um alto volume de crédito comparado aos demais empréstimos de outros capitalistas arrolados. Com apenas um movimento de capitais, Isidoro Marques Ferrás do Amaral é considerado o décimo capitalista do grupo.

FIGURA 20: Crédito concedido pelo Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral (posição 10), em Campinas entre 1873 e 1886 (contos de réis)*



Nota: * Total de crédito fornecido pelo capitalista de **417 contos de réis no período** (1 conto= 1.000\$000 réis). Valores deflacionado pelo Índice de Catão (ano base=100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

CAP.3. ATIVIDADE ECONÔMICA DOS CAPITALISTAS

A etapa de gestão da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país. (...) Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestão os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. (FURTADO, 2005)

ITEM 3.1: FAZENDEIROS E CAPITALISTAS: O CRÉDITO DO CAFÉ ALÉM DOS LIMITES DA LAVOURA.

Os capitalistas “fazendeiros”, cuja atividade econômica principal era a produção rural, foram responsáveis pela oferta de 7.109 contos de réis em crédito no período, o que equivaleu a 66,26% do valor do crédito disponibilizado no período.

Eram eles vinte e três capitalistas: Eram Alda Brandina de Camargo (Dona), Antônio Carlos de Salles, Antônio Egydio de Souza Aranha, Avelino Antero de Oliveira Valente, Bento Augusto de Almeida Bicudo (coronel Bicudo), Carlos Norberto de Souza Aranha, Diogo Benedito dos Santos Prado, Diogo de Moraes Salles, Francisco Paulino de Moraes, Francisco Pompeu do Amaral, Ignácio Ferreira de Camargo Andrade, João Manoel de Almeida Barbosa, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Joaquim Quirino dos Santos (Coronel), José de Paula Souza, José Egydio de Souza Aranha, José Paulino Nogueira, Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral, Manoel Carlos Aranha, Maria Engler Barbosa, Pedro Egydio de Souza Aranha, Thereza Michelina do Amaral Pompeo e Umbelina de Moraes Bueno.

TABELA 12: Capitalistas inventariados, cuja principal atividade econômica era produção agrícola (denominados fazendeiros), em Campinas entre 1873 e 1886

Capitalista	Imposto pago	Crédito concedido	Participação
Alda Brandina de Camargo (Dona)	111.773	46.572.157	0,43%
Antônio Carlos de Salles	626.657	261.107.131	2,43%
Antônio Egydio de Souza Aranha	54.000	22.500.000	0,21%
Avelino Antero de Oliveira Valente	356.817	148.673.879	1,39%
Bento Augusto de Almeida Bicudo (CORONEL BICUDO)	304.836	127.014.973	1,18%
Carlos Norberto de Souza Aranha	1.491.999	621.666.428	5,79%
Diogo Benedito dos Santos Prado	60.000	25.000.000	0,23%
Diogo de Moraes Salles	1.291.901	538.292.258	5,02%
Francisco Paulino de Moraes	535.521	223.133.687	2,08%
Francisco Pompeu do Amaral	252.552	105.229.976	0,98%
Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	609.075	253.781.344	2,37%
João Manoel de Almeida Barbosa	87.417	36.423.556	0,34%
Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	2.682.548	1.117.728.185	10,42%
Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	568.680	236.950.136	2,21%
José de Paula Souza	43.997	18.332.139	0,17%
José Egydio de Souza Aranha	1.710.216	712.590.151	6,64%
José Paulino Nogueira	131.454	54.772.651	0,51%
Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral	1.000.000	416.666.667	3,88%
Manoel Carlos Aranha	1.119.440	466.433.443	4,35%
Maria Engler Barbosa	923.660	384.858.146	3,59%
Pedro Egydio de Souza Aranha	831.558	346.482.304	3,23%
Thereza Michelina do Amaral Pompeo	142.257	59.273.654	0,55%
Umbelina de Moraes Bueno	2.126.204	885.918.470	8,26%
Total dos Fazendeiros = 23	17.062.562	7.109.401.335	66,26%

Nota: *Valores em réis, Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com ano-base 1873=100. O imposto pago equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito. Fonte: Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

A seguir, há uma biografia destes fazendeiros, majoritariamente cafeicultores, que possuíam um excedente de capital acumulado e que diversificaram suas atividades.

Maria Engler Barbosa (posição 11) concedeu apenas crédito em três anos pesquisados, sendo 240 contos anuais em 1880 e 1881 e apenas 30 contos em 1885. Depreende-se que, apesar de ela ocupar a décima posição como capitalista que mais emprestou capitais no período, o grande montante do volume de crédito por ela disponibilizado foi concentrado num curto intervalo de tempo, o que pode ter sido corroborado por ações pontuais de grande soma de recursos e não de ações sistemáticas e repetidas, como outros capitalistas arrolados.

Maria Engler Barbosa faleceu em 1931, no estado civil solteiro, deixando como seus únicos herdeiros, seus dois irmãos: João Engler, casado com Dona Gertrudes C. Engler e; Henrique Engler, falecido anteriormente à inventariada. Este último representado, no inventário por seis filhos: Maria Engler, solteira, com 36 anos de idade; Henrique Engler, casado com Dona Clarisse Vasconcellos Engler; Izabel Engler, casada com João de Almeida Rocha; Vicente de Paula Engler, solteiro, com 26 anos de idade; Oscar Engler, solteiro, com 28 anos de idade; Sebastiana Engler, solteira, com 21 anos de idade.

Maria Engler deixou para inventariar apenas um prédio à Rua Barão de Jaguará, 826, nesta cidade, adquirido por compra feita à Anthero de Moura Dias, por escritura de 07/04/1903, com valor estimado em 8:000\$000 (oito mil réis).

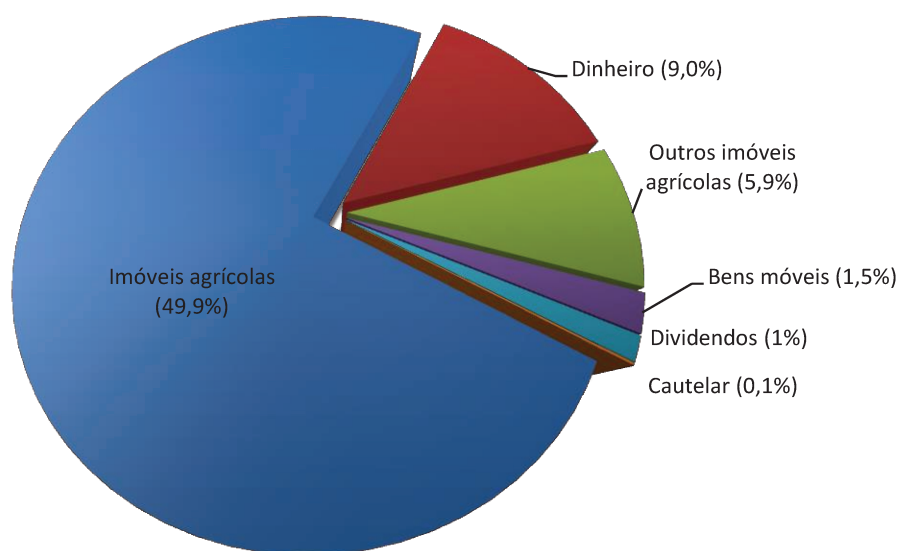
Todos os demais herdeiros abdicaram de seus direitos sucessórios em relação à Maria Engler, em favor do único irmão-herdeiro, João Engler. Não se fez partilha, e o valor das custas do inventário foi calculado com base no valor do único imóvel do ativo da falecida.

É interessante notar que Maria Engler, foge à condição de esposa na sociedade patriarcal, mantendo-se solteira até o falecimento.

Pedro Egydio de Souza Aranha (posição 12) foi produtor agrícola campineiro, integrava a Família Souza Aranha.

Possuía ativo total de 288:883\$532, de acordo com seu inventário de 1911. As propriedades agrícolas representavam metade de seu portfólio, cuja principal fazenda que se destaca é denominada Tambory, com cafezais, benfeitorias e semoventes, no valor de 121:833\$084 e sua safra de seis mil arrobas.

FIGURA 21: Participação dos ativos de Pedro Egydio de Souza Aranha, de acordo com a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

Era detentor de 274 ações da Cia Mogyana e de 60 ações do Banco do Comércio e Indústria, e possuía dinheiro aplicado no Banco de Comércio e Indústria (23:845\$007), e na Casa Comissária Soares de Camargo y Companhia (2:126\$453).

A conta de passivos totalizava 22:350\$000, composto por diversos credores, dentre os quais se destacava a folha de pagamentos de colonos para os meses de abril (8:506\$000), maio (4:182\$500) e junho 3:039\$200, de 1911, em que contavam nos dois primeiros meses a quantidade de 30 colonos a serem remunerados e, no último mês, apenas

26. O valor pago aos colonos no mês de abril é mais que o dobro daquele que seria pago nos dois meses consecutivos.

Os demais credores eram de compras efetuadas pela família do inventariado, com notas de cobranças de lojas de fazendas, oficina agrícola, depósitos de vinhos, entre outros. eram eles: Alexandre Sim (engenheiro mecânico), João Faria y Meirelles (loja de fazendas, roupas), Francisco Vieira (oficina agrícola, trollys), Breno Duarte de Souza Camargo (farmacêutico), Eurico Villela (casa elétrica), Levy Weill & Cia (depósito de vinhos), Câmara Municipal (imposto predial), Francisco Rodrigues Guilherme (casa funerária), Dr. Thomaz Alves (médico), Sabino & Barros (casa importadora de confecções), Lidgerwood Manufacturing Co.Limited (máquinas de beneficiar café), e Wagner & Co. (casa alemã).

Antônio Carlos de Salles (posição 14) Antônio Carlos de Salles era filho do Tenente-coronel Francisco de Paula Salles e de Anna Ferraz de Salles, proprietários rurais e cafeicultores de Campinas. Foi casado com Anna Cantinho, filha de Isidoro Marques Cantinho e de Alexandrina Guimarães.

Era irmão de Campos Salles, Presidente do Brasil, eleito em um de março de 1898, Presidente da República. Teve 420.286 votos contra 38.929 votos do seu principal oponente Lauro Sodré. Seu vice-presidente foi Francisco de Assis Rosa e Silva. Campos Sales sucedeu, em 15 de novembro de 1898, o presidente Prudente de Moraes.

Ignácio Ferreira de Camargo Andrade (posição 15). Seu avô, o Capitão Mor Inácio Ferreira de Sá, recebeu terras em 1796 como concessão do rei de Portugal. Este teve um filho chamado Joaquim Ferreira Penteado, que se tornou comendador e recebeu o título de “Barão de Itatiba”.

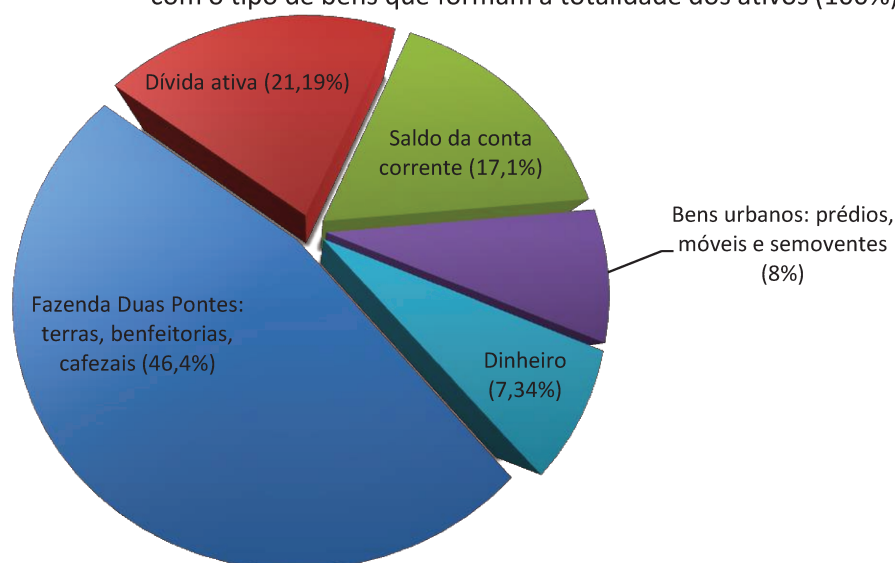
O Barão de Itatiba casou-se com sua prima Dona Francisca, em 1830, o que uniu parte das sesmarias e fundando a Fazenda Duas Pontes.

O décimo terceiro filho do casal, Sr. Inácio de Ferreira Camargo Andrade, casou-se com Dona Brandina Emília Leite Penteado e foi o herdeiro da Fazenda Duas Pontes. Porém, em uma das viagens para a Europa, o Sr. Inácio contraiu uma doença e faleceu ainda jovem.

D. Brandina casou-se com Artur Furtado Albuquerque Cavalcanti, que possuía a título de “Desembargador Furtado”. Passou o mesmo a ser o novo proprietário da Fazenda. Artur Furtado beneficiou a Fazenda com melhoramentos e obras, como a Roda D’Água, a Serraria e o Moinho de Fubá. Ele colocava as iniciais de seu nome “AF” em suas obras, inclusive nos tijolos. Contraindo dívidas e a documentação mostra que foi executado por credores.

A Fazenda Duas Pontes foi levada a leilão e arrematada pelo Coronel Cristiano Osório de Oliveira por aproximadamente 600 contos de réis, em valores da data do leilão. A Fazenda voltou a ser uma das principais propriedades agrícolas de Campinas, com lavouras, criações de animais de raça. Chegou a produzir cerca de 100.000 sacas de café por ano, e escoava a produção pela estação de trem de nome Tanquinho e pela Estação de Carlos Gomes, pertencentes à Companhia Mogyana de Estradas de Ferro. Posteriormente, a fazenda foi loteada e vendida em dez lotes, sendo que a parte que abrangia a casa grande de morada foi transformada num complexo turístico denominado Solar das Andorinhas.

FIGURA 22: Participação dos ativos de Ignácio Ferreira de Camargo Andrade, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

O orçamento do inventário consta o total de ativos no valor de 1.306:138\$533, discriminados seguindo o tipo de aplicação e investimento do dinheiro e os passivos somavam apenas 58:618\$931. Desse modo, o ativo líquido a ser partilhável entre os herdeiros era da ordem de 1.247:519\$602.

É importante notar a grande participação de uma fazenda no ativo, a Fazenda Duas Pontes e da quantia formada pelas dívidas ativas do capitalista, ou seja, capital a juros que foi emprestado e que deverá ser quitado junto aos herdeiros do inventariante.

No orçamento de bens de Ignácio Ferreira constava a Fazenda Duas Pontes, que representa 46,40% de todos os ativos inventariados, propriedade constante de terras, benfeitorias, cafezais, moveis e semoventes avaliada em 605:990\$088.

O montante da dívida ativa a ser recebida pelos herdeiros representava 21,0% dos ativos, no valor de 276:765\$984. São devedores do inventário: primeiro, Dr. Cândico Ferreira da Silva Camargo por uma letra, no valor de 181:335\$527 (equivalente a 14% de todos os ativos inventariados);

segundo, José Ferreira Aranha, cuja dívida foi contraída em 26 de agosto de 1894, e consta o valor total de 80:329\$412, relativo a 6% dos bens inventariados; terceiro, Francisco de Barros Paula Souza, de cinco de janeiro de 1895, no montante de 8:121\$981 (responsável por 1% dos ativos); quarto, Gabriel de Oliveira Andrade, dívida de 23 de outubro de 1894, no valor de 5:620\$246 (0,4% dos ativos) e; quinto, Joaquim Barboza, contraída em 18 de dezembro de 1894, 1:358\$816 (0,1% dos ativos).

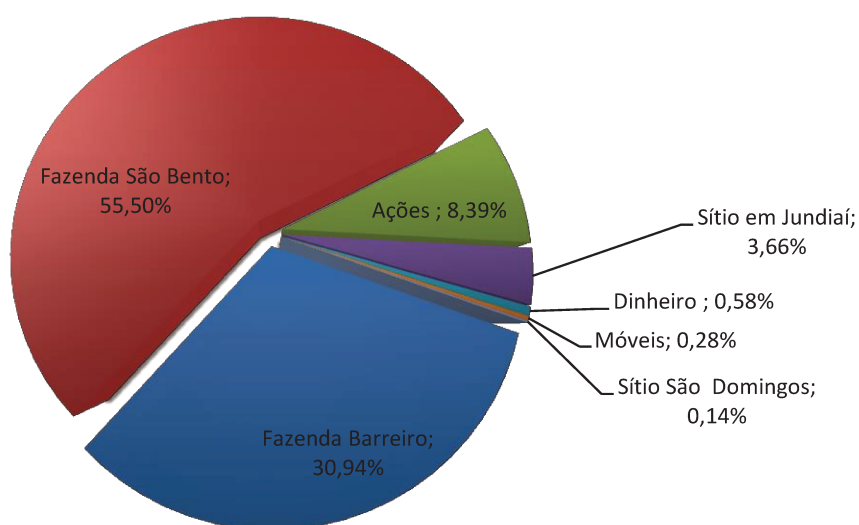
Joaquim Quirino dos Santos (posição 16) Coronel Quirino, como era conhecido, era membro do Clube da Lavoura, acionista da Companhia de Iluminação Pública, diretor da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, integrante da Sociedade Culto à Ciência e politicamente engajado no Partido Conservador de Campinas. Como o título acima indica, era Coronel da Guarda Nacional, o que, na prática, significava o comando superior da Guarda Nacional nos Municípios de Campinas e Belém (Itatiba).

O inventário de 1889 foi o único em que os passivos ultrapassam os ativos do capitalista; assemelha-se a uma liquidação para pagamento de dívidas hipotecárias e creditícias.

Havia uma dívida hipotecária exigível junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, no valor de 299.877\$379. Para o recebimento desta dívida, o banco credor exigiu adjudicação da Fazenda São Bento, no valor de 130:920\$950 e a produção e a venda da Fazenda Barreiro, no valor de 72:981\$160. Assim, o Banco de Crédito Real de São Paulo conseguiu o pagamento de 68% da dívida do Coronel Quirino e este ainda precisará quitar o restante da dívida, no valor de 95:975\$269.

Depois do pagamento da dívida hipotecária, eram os seguintes credores do inventário de Coronel Quirino: o Banco de Crédito Real de São Paulo, que ainda tem crédito de 95:975\$269 a receber, que receberá apenas 7:651\$20; segundo, a herança do finado José Egydio de Souza Aranha é credora de capital a prêmio 243:122\$901; e terceiro Valencio Leonil, com crédito a receber de 2:940\$560.

Os ativos deduzidos das Fazendas Barreiro e São Bento (adjudicadas pelo Banco de Crédito Real de São Paulo) eram compostos por ações, dois sítios, e pequena quantidade de dinheiro e alguns móveis, no valor total de 15:996\$457.

FIGURA 23: Participação dos ativos do Coronel Quirino (Joaquim Quirino dos Santos)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

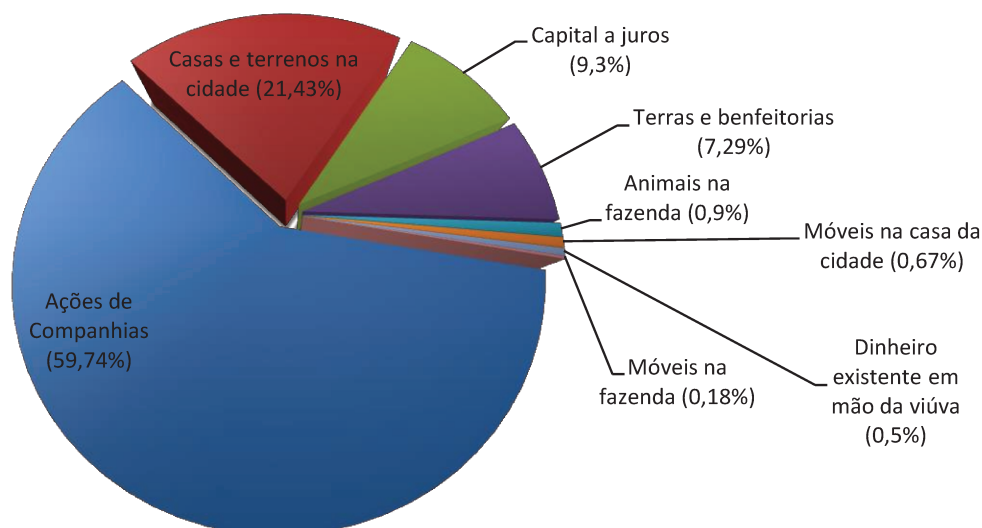
A carteira de ações do inventariado era composta por 10 ações da Companhia Carris de Ferro, a 2:156\$675; 61 ações do Theatro São Carlos, que somam 1:644\$465 e 25 ações da Companhia de Água e Esgoto vendidas à Maximiano de Camargo, por 1:213\$130. As propriedades agrícolas eram dois sítios, um em Jundiaí, avaliado em 8:626\$700, e o Sítio São Domingos, já vendido a Frederico Lopes Branco, por 326:380.

Conclui-se que o total do passivo de Joaquim Quirino dos Santos (Coronel Quirino) era de 307:395\$840, no entanto, os ativos inventariados só correspondiam a 20:134\$427, ou seja, cobrem apenas 6,55% do total da dívida. O valor dos ativos foi dividido proporcionalmente ao valor total da dívida dos credores e foi pago a estes, segundo a documentação.

Francisco Paulino de Moraes (posição 18) Possuía um portfólio de ativos diversificado, concentrado 60% em ações de companhias, sendo que possuía 1.100 ações da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, com valor dessas ações em 188:302\$962, o que representa 44% do valor de todas as ações de sua carteira.

Ele possuía diversas casas e terrenos urbanos na cidade de Campinas, dentre os quais se destaca uma casa de morada no número 86 da Rua Regente Feijó, avaliada em 43:401\$000; e quatro casas na Rua Bom Jesus, de números 59,61,63 e 65.

FIGURA 24: Participação de Francisco Paulino de Moraes, de acordo com a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

A conta de dívida ativa constante no inventário tinha valor significativo de 9,30% do total de ativos, no valor total de 66:148\$763. Eram registrados, nesta conta, os crédito concedidos pelo capitalista e os devedores deste. Eram devedores do inventário de Francisco Paulino de Moraes nove pessoas arroladas de acordo com a participação de suas dívidas frente ao capital a receber pelo inventariante: 29,9% de José de Moraes Salles, que devia 19:747\$845; 21,3% de Lupércio de Godoy, que devia 14:074\$32; 20,0% de Alberto Florence, que devia 13:256\$529;

18,4% de José Innocêncio de Godoy, que devia 12:189\$350; 7,5% de Martiniano Pachó de Moraes, que devia 4:989\$888; 1,5% de Manoel Soares Pompeo, que devia 997\$116; e 1,4% de Manoel Soares Pompeo, que devia 893\$715.

Avelino Anthero de Oliveira Valente (posição 22) nasceu em 1839 e faleceu em 1898, aos 58 anos de idade. Era filho do português Rodrigo Anthero de Sá Valente e de Joaquina Thomasia de Oliveira.

Avelino casou-se com Francisca Carolina de Camargo Abreu, e consta como filha em seu inventário, Raquel Judith Valente do Couto.

Era consogro de Antônio Francisco de Andrade Couto, com quem mantinha três empresas em sociedade e, foi juntamente com este, que fundou a próspera firma Avelino & Couto.

O inventário encontra-se registrado no terceiro ofício, processo 7.747, de 1898, deflacionado para índice 1873=100.

Na partilha de bens, havia o seguinte orçamento total no valor de 450:844\$790, distribuídos do seguinte modo: 59% em participação na Sociedade Avelino & Couto (50% na sociedade = 266:847\$420); 18,4% em dinheiro (83:045\$688); 11,1% em bens de raiz (50:247\$524); 8,3% em ações e letras hipotecárias (37:298\$019); 2,7% em dívidas ativas (12:288\$887); 0,2% em móveis (962\$871); 0,1% em ouro e prata (361\$402); 0,1\$ em semoventes (617\$283) e; 0,1% em veículos (410\$891).

A firma Avelino & Couto era uma firma de produção cafeeira, cujos ativos principais da sociedade eram compostos de pés de café, e de benfeitorias em fazendas.

No próprio inventário há o arrolamento dos bens da Firma Avelino & Couto, sendo 94.378 pés de café (valor de 103:050\$000) distribuídos da seguinte forma: 24.982 pés denominados Avelino; 9.753 pés denominados Bigode; 38.448 pés Polaca; 27.138 pés Boa Vista; 3.800 pés Divisa ; Pés de café de novos cafezais (valor de 26:904\$851) 21.846 pés no cafezal Olaria e 7.185 pés no cafezal Palhoça, 1.833 pés na Lage Guapo, todo o cafezal novo da fazenda Boa Vista.

As ações arroladas no inventário, separadas pela descrição de quantidade de posse do inventariado e pela empresa que representava: 223 ações da Companhia Mogyana Estrada de Ferro = 26\$495:050; 12 ações do Banco dos Lavradores = 623:763; 13 ações da companhia Lupton =

527:723; 300 ações da Companhia de Águas e Esgotos = 8\$910:891; e 22 letras hipotecárias = 33:663.

A meação da viúva inventariante representava 50% do valor total inventariado, ou seja, 225:422\$395; que não entraria na partilha nos bens. Apenas seria repartida a parte correspondente à meação do esposo no consórcio nupcial, que representava partes iguais de 225:422\$395, do qual seriam deduzidos os impostos de $\frac{1}{2}$ e de 10% adicionais, no valor total de 1:239\$872. Desse modo, o total que seria dividido entre os herdeiros é de 224:182\$523, cabendo a cada um dos três herdeiros: 74:727\$507.

Bento Augusto de Almeida Bicudo (Coronel Bento Bicudo - posição 23) nasceu em 04 de junho de 1949, na cidade de Sorocaba, interior do Estado de São Paulo, filho de João Bicudo de Almeida e de Maria Thereza Alves Nogueira.

Casou-se com Úrsula Engler Barbosa, filha de Antônio Correa Barbosa e de Anna Carolina Engler. Coronel Bicudo e sua esposa constituíram uma família de cafeicultores na cidade de Campinas, e tiveram apenas uma filha, Carmen Souza Bicudo e um afilhado, Teófilo Bicudo, de ascendência africana.

Coronel Bento Bicudo foi deputado e senador pelo Partido Republicano Paulista entre 1900 e 1909, positivista, fundador do jornal O Estado de São Paulo e voluntário da guerra do Paraguai. Ele ocupou a 5ª Legislatura do congresso Legislativo do Estado de São Paulo, entre 1901 e 1903, pelo Partido Republicano Paulista.

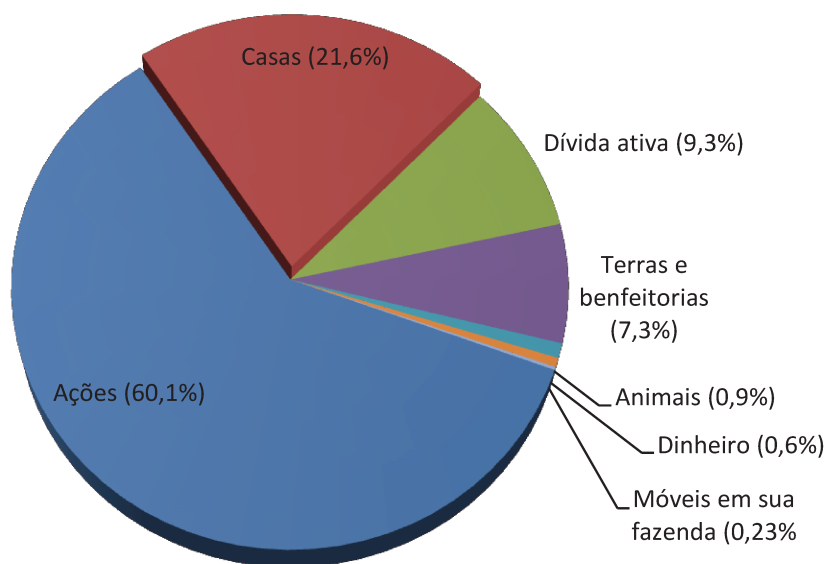
Com a primeira Constituição Federal da República, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, os estados tinham autonomia para a organização do Poder Legislativo Estadual. Em 14 de julho de 1891, a nova "Constituição Política" do Estado de São Paulo foi promulgada. Seu artigo 5º previa que o Poder Legislativo do Estado de São Paulo era exercido pelo Congresso Legislativo do Estado de São Paulo. O Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo foi instalado ao mesmo tempo em que a Câmara do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo em oito de junho de 1891.

Francisco Pompeo do Amaral (ranking 26) Filho de Antônio Pompeu de Camargo e de Teresa Michelina do Amaral, capitalista estudada neste trabalho. Foi casado com Gertrudes de Souza Aranha, irmã de Antônio Egydio de Souza Aranha, capitalista também aqui analisado.

Possuía um portfólio de ativos inventariados diversificado totalizando 1.032:437\$072, em valores deflacionados para o ano-base 1873=100.

Este se compunha de 60,1% de ações de Companhias (620:825\$000); 21,6 % de casas e terrenos (222:750\$000); 9,3% de em dívida ativa (95:988\$816); 7,7% em terras e benfeitorias nas fazendas (75:750\$000); 1% de animais nas mesmas (9:391\$250); 0,6% em dinheiro existente com o inventariante (5:838\$006) e; 0,2% em móveis em sua fazenda (1:867\$500).

FIGURA 25: Participação dos ativos de Francisco Pompeo do Amaral, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

Sua esposa, Gertrudes Egydio Pompeo do Amaral (Gertrudes de Souza Aranha, quando solteira), diz no inventário de seu esposo falecido,

constante no terceiro ofício, processo 5.734, de 1888; que quer ser reconhecida como tutora legal dos bens inventariados pertencentes a seus filhos “menores” de idade legal.

A conta de passivo do inventariado conta com uma relação de crédito antecipado a empresas de bens de consumo da família, como lojas de chapéus, armazéns de secos e molhados, e à aquisição de bens e serviços de capital, como compra de peças para máquina de beneficiar café. São credores da herança do inventariante as seguintes pessoas físicas e jurídicas, com a participação de seus créditos a receber sobre o total do passivo de 59:032\$006. São: Raphaela Pompeo de Camargo (40,8%); Eduardo Pompeu do Amaral (11,3%); Edmundo Pompeo do Amaral (curador da herança - 8,5%); Aranha, Irmão e Moraes (negociante e comissários de Santos - 8,3%); Luciano Nogueira de Camargo (genro do inventariado e valor devido o credor ser administrador da fazenda Boa União - 5,3%); Firmino Tamandaré de Toledo & Companhia (comida, secos e molhados - 3,7%); José Benedicto Leite (principal e prêmio - 3,6%); Antônio F. de Andrade Couto (ferragens - 2,2%); José Francisco Alves (roda e carroça - 1,6%); Elias do Amaral Souza (presentes, chapéus e roupas - 1,4%); Souza & companhia (louças, cristais, porcelanas - 1,3%); Silvestre Tavares de Moraes (empregado da Fazenda Boa União - 1,3%); Henrique Deutsche & Irmãos (joias - 1,3 %); Luciano Nogueira de Camargo (concerto de carroças - 1,2%); João Proost Rodovalho & Companhia (negociante - 1,2%); Eugênio de Almeida & Companhia (farmacêutico - 1,0%); Mathias de Castro & Diogo (fazendas, modas - 0,77%); Almeida Salles & filhos (alfinetes e panos - 0,67%); Emílio Decourt (ourives, joalheiro - 0,66%); Lidgerwood Manufacturing Co. Limited (máquinas de café - 0,54%); Santos, Irmão & Nogueira (arma para caça - 0,53%); Motta & Companhia (casa inglesa, armazém de molhados - 0,46%); Leonor Hertz (sapatos - 0,44%); Pedro A. Anderson & Companhia (fundição de ferro e metal - 0,36 %); Bernardo Alves Teixeira (negociante de depósito e fábrica de arreios de Campinas - 0,34 %); Raphael Salles & Companhia (laboratórios farmacêuticos - 0,31%); José Maria Bueno (alfaiataria - 0,22 %); Roque da Silva & Companhia (armas e

artigos de pesca -0,17%); Antônio Braga & Ferreira (carne seca - 0,17%); Lidgerwood Manufacturing Co. Limited (máquinas de café - 0,16 %); Fábrica de chapéus a vapor (0,14 %); Luiz Pompeu de Tullio (depósito de móveis - 0,12 %).

José Paulino Nogueira (posição 33) “ainda pequeno, quando trabalhava como caixeiro na loja de Bento Quirino dos Santos, percorria descalço o trajeto até a entrada da cidade, para economizar seu único par de sapato” (LISBOA, 1883), nasceu em Campinas a 13 de fevereiro de 1853, quinto dos doze filhos de Luiz Nogueira Ferraz e de Gertrudes Eufrásia de Almeida Nogueira, família tradicional, mas de poucos recursos. Começou a trabalhar aos doze anos naquela loja e aos 18, o ex-caixeiro era gerente e, logo depois, sócio do patrão na Santos, Irmão & Nogueira, uma casa comercial que os políticos e intelectuais que a frequentavam apelidaram de “Sociedade Anônima de Interesse Geral”. Ali conheceu Campos Salles, uma amizade que, no futuro, uniu as duas famílias, visto que seu neto, Paulo Nogueira Filho, casou-se com Regina Coutinho, neta do ex-presidente da República.

Na última fase do império, já membro do Partido Republicano, José Paulino elegeu-se vereador em Campinas, com Júlio de Mesquita e Salvador Penteado. Em março de 1889, com o primeiro ataque da epidemia de febre amarela, José Paulino foi uma das poucas autoridades que não abandonaram a cidade.

Assumiu o governo de Campinas, mobilizou sócios e clientes da loja e apelou na Capital, para que os amigos Campos Salles e Francisco Glicério arrandassem meios para que se concluíssem os serviços de canalização de água potável e de instalação da rede de esgotos, só assim a cidade se livraria dos poços e das fossas.

Proclamada a República, permanece na direção da cidade até ser nomeado intendente municipal da era republicana e, é reeleito presidente da Câmara, em 1892, e continua à frente da administração de Campinas. Baixa duas leis: isenta de impostos e taxas as sociedades cooperativas de consumo e um empréstimo de 400 contos de réis, com juros de 6% ao ano, para que a Companhia Carril Agrícola Funilense concluísse sua linha de trem de Campinas ao inóspito e desocupado bairro do Funil, até então isolado da cidade e dos centros mais próximos, Limeira e Moji Mirim.

Mais tarde, já no fim do século, José Paulino e os irmãos Arthur e Sidrack, o cunhado Antônio Carlos da Silva Teles e o genro Paulo de Almeida Nogueira desbravaram as primitivas terras da fazenda Funil, atual cidade de Cosmópolis, e lançaram, nesta, a semente da primeira grande indústria de Campinas, a Usina Ester, nome da filha mais velha de José Paulino.

Empreendedor em São Paulo associou-se à firma comissária Teles & Neto, de Santos, e levou para a empresa seu antigo patrão e sócio Bento Quirino dos Santos. Em 1910, assumiu a presidência da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, cargo que ocupou até morrer, a 10 de novembro de 1915. Foi o primeiro presidente do Banco Comercial e fundou, ainda, com Cardozo de Almeida, Urbano Azevedo e Veridiano Pereira, a Companhia Paulista de Seguros. Com parte do que ganhava, ajudava a sustentar a Santa Casa de Misericórdia e o Liceu de Artes e Ofícios de Campinas.

Era um empresário moderno que soube diversificar suas atividades econômicas, as quais se iniciaram com a simples função de caixeiro-viajante, posteriormente de sócio da casa de comércio na qual trabalhava, e se expandiu para proprietário de fazendas e político com grandes visibilidades municipal e nacional.

Thereza Michelina do Amaral Pompeo (posição 32) Era uma produtora agrícola de cana-de-açúcar e de café e tinha suas atividades centralizadas na Fazenda Cachoeira. Possuía uma segunda fazenda, a Jambeiro, que integrava um conjunto mais amplo de fazendas, constituindo-se um marco na história do café na região de Campinas do século XIX. Adquirida por Herculano Pompeo de Camargo, em 1885, com 90 mil pés de café em terra de massapé vermelha, a fazenda recebeu uma nova e sofisticada sede, construída pelo escritório do célebre engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo. Na ocasião, a sede foi dotada de serviços recém-inaugurados na cidade, como telefonia, luz de gás acetileno, rede de esgoto e água encanada, requintes só oferecidos aos moradores abastados da região.

Foi casada com Antônio Pompeo de Camargo, agricultor de Campinas e fundador da loja maçônica campineira “Colégio Culto à Ciência”. Juntos tiveram três filhos: Antônio Pompeo de Camargo; Francisco Emílio do Amaral Pompeo e Ana Guilhermina Pompeo do Amaral. Esta foi a Viscondessa de Indaiatuba, que se casou com Joaquim Bonifácio do Amaral, o Barão e Visconde de Indaiatuba; e deram origem a duas filhas: Gessi Pompeo do Amaral (nascida em 1858), que viria a se casar com Augusto de Souza Queiróz; e Elisma Pompeo do Amaral (nascida em 1840), que se casou com Antônio Egydio de Souza Aranha, um dos capitalistas arrolados nesse trabalho

Antônio Pompeo de Camargo foi o idealizador do Colégio “Culto à Ciência”. Em seis de fevereiro de 1869, manifesto assinado pelos Maçons Antônio Pompeo de Camargo, Manoel Ferraz de Campos Salles, Jorge de Miranda, Joaquim Quirino dos Santos e Cândido Álvaro de Sousa Camargo, informava à população de Campinas, sobre a criação da “Sociedade Culto à Ciência”, descrita em seu estatuto inaugural como um estabelecimento regular de ensino primário e secundário, que auxiliava no aperfeiçoamento moral e intelectual de seus alunos, em que a sociedade e o Estado deveriam ser neutros em matéria religiosa, prezando assim, por

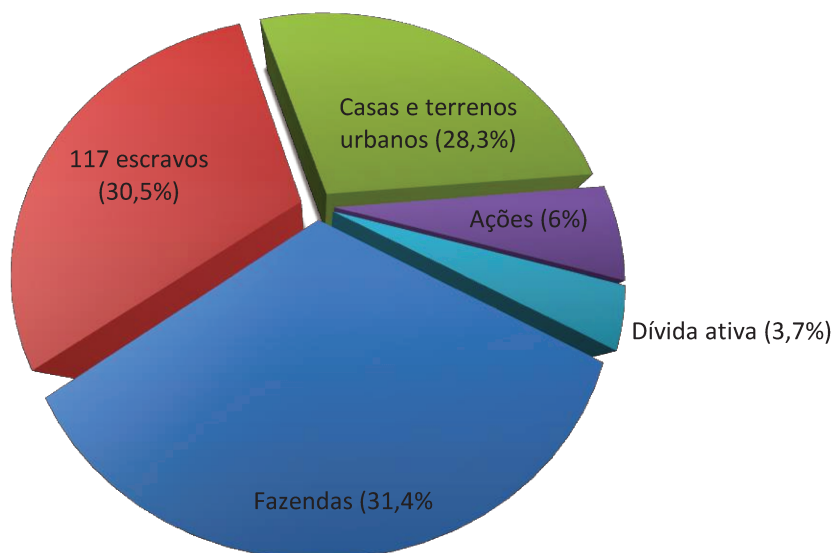
ensino laico, com prevalências da liberdade de pensamento, de culto e de consciência.

Na primeira Assembleia da Sociedade, realizada em 19 de maio de 1869, foi eleita a primeira diretoria, composta pelos Maçons: Joaquim Bonifácio do Amaral (depois Visconde de Indaiatuba), Joaquim Egídio de Sousa Aranha (depois Marquês de Três Rios), Jorge Guilherme Henrique Krug e Joaquim Quirino dos Santos. Nessa Assembleia foi escolhida a Comissão encarregada de redigir os estatutos da Sociedade, que ficou assim composta: Manuel Ferraz de Campos Salles, Jorge de Miranda e Cândido Álvaro de Sousa Camargo, todos, na época, membros da Comissão de Justiça da Loja Independência.

Dona Thereza possuía duas casas na cidade de Campinas, a primeira localizada na Rua Direita, esquina com a Rua General Osório, e avaliada em 100:000\$000 réis; e a segunda à Rua Bom Jesus, sem número, avaliada em 13:000\$000 réis. Também era proprietária terrenos, dois nas ruas do Comércio e América, totalizando 22:000\$000 réis e uma à Rua do Theatro esquina, com Rua São Carlos, no valor de 14:000\$000 réis. No entanto, a maior porção (em contos de réis) dos ativos estava imobilizada em duas fazendas: a Fazenda Cachoeira, famosa pelas grandes plantações de cafezais e avaliada em 146:612\$500 réis; e na Fazenda Jambeiro, cujo valor estimado era de 18:387\$500 réis.

Era proprietária de 117 escravos, com idades entre 11 e 61 anos e que totalizavam 160:450\$000 réis. Pode-se inferir que parte destas peças era utilizada como mão de obra nas plantações de café das fazendas citadas, e vários serviam em ofícios diversos, como o próprio nome pelos quais eram chamados já demonstrava, como Raymundo alfaiate e João pedreiro, ambos com 46 anos de idade no momento do inventário e Manoel quitandeiro, que contava 42 anos, que valiam 1:800\$000, 1:400\$000 e 2:000\$000 réis respectivamente. Entre as 51 mulheres descritas no plantel, algumas são citadas como cozinheiras.

FIGURA 26: Participação dos ativos do Thereza Michelina do Amaral Pompeo, de acordo com a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

De modo semelhante aos capitalistas analisados, Thereza Michelina Pompeo possuía ações: 150 da Companhia do Norte no valor total de 28:125\$000 réis; cinco da Companhia Açucareira de Porto Feliz no montante de 1:000\$000 réis e; títulos da dívida da Companhia do Norte no valor a ser recebido de 2:500\$000 réis.

Na conta de dívidas ativas, encontrava-se a relação dos devedores que tomaram empréstimos junto à finada e que no momento da morte desta ainda não haviam quitado o valor integralmente. São Maria Thereza Silveira Nogueira, Antônio Carlos de Salles e Dona Anna Cândida Pacheco e Silva, que devem, respectivamente, 5:000\$000, 3:734\$740 e 10:982\$000 réis aos herdeiros daquela.

Alda Brandina de Camargo Andrade (posição 38) Era filha de Álvaro Xavier de Camargo e Silva e de Maria Brandina de Souza Aranha, esta filha da Viscondessa de Campinas e irmã do Marquês de Três Rios, que foi governador de São Paulo.

Era neta-paterna do Capitão-mor de Campinas, Floriano de Camargo Penteado, este irmão da Baronesa de Itatiba, que por sua vez era mãe do Barão de Ibitinga.

Foi casada com o Coronel José Teixeira Nogueira (nascido em 1833), comandante superior da guarda nacional.

Segundo seu inventário, datado de 1879, e com valores deflacionados para ano-base 1873=100, possuía maior parte de seus ativos sob a forma de fazendas e escravos, sendo os valores contados em 21:147\$101 e 13:204\$043, respectivamente. O montante de bens divisíveis pelos herdeiros somaram 70:263\$858 em que compunham os bens já citados, objetos de ouro e prata, móveis e dinheiro.

João Manoel de Almeida Barbosa (posição 40) Lavrador de café, com produção estimada entre 7.000 e 9.000 arrobas anuais; formou, em 1872, a colônia Nova Colúmbia. Neste período possuía entre 200:000\$000 a 400:000\$000 a prêmio.

Antônio Egydio de Souza Aranha (posição 44) Nasceu em 1838 e faleceu em 18 de janeiro de 1859, aos 21 anos de idade apenas; era filho de Francisco Egídio de Sousa Aranha e da 1ª Viscondessa de Campinas, Maria Luisa de Sousa Aranha.

Casou-se com Elisma do Amaral, filha do 1º Barão e 1º Visconde de Indaiatuba, e tiveram três filhos: Olavo Egídio de Sousa Aranha (1862-1928); Silvino Egydio de Souza Aranha e Adelaide de Sousa Aranha.

Era irmão de José Egydio de Souza Aranha (nascido em 19.03.1821), capitalista também presente neste trabalho; e de mais dez irmãos Souza Aranha, dentre os quais Pedro Egydio de Sousa Aranha, que se casou com Ana Joaquina do Prado; Gertrudes de Sousa Aranha, que se casou com Francisco Emílio do Amaral Pompeu Joaquim Egídio de Sousa Aranha, barão, conde, visconde e marquês de Três Rios (1821 — 1893), que se casou em primeiras núpcias com Ana Francisca de Pontes e em segundas com Maria Hipólita dos Santos Silva, viúva de Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, barão de São João do Rio Claro, e filha de José Joaquim dos Santos Silva, barão de Itapetininga. Vice-presidente da província de São Paulo, ocupando interinamente várias vezes a presidência.

Diogo Benedito dos Santos Prado (posição 43) teve atuação na construção do prédio da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, como narra Célia Siqueira Farjallat sobre a fundação da pedra fundamental desta, ocorrida no dia 19 de novembro de 1871.

Frei Eugênio de Rumilly fez a planta do hospital e, a pedido de José Bonifácio Campos Ferraz, depois Barão de Monte-Mor, que em cumprimento de promessa queria erigir uma capela da Boa Morte, esta foi acrescentada à planta inicial. Então, o padre Vieira nomeou Diogo Benedito dos Santos Prado, o Dioguinho, para dirigir as obras. Bento Quirino dos Santos foi o tesoureiro. (FARJALLAT, 1993)

Era filho do Alferes Raymundo Alvares dos Santos Prado Leme e de Maria Michelina de Camargo (filha do Alferes Miguel Ribeiro de Camargo). Foi casado com Francisca de Toledo Lima, filha de Elias Antônio Aranha de Camargo e de Maria Gertrudes de Camargo. Sua esposa era irmã de José Elias de Toledo Lima, 1º barão de Descalvado, e pelo casamento, Diogo Benedicto entrou para a família Camargo.

Em seu inventário, de 1875, já deflacionado para o ano-base de 1873=100, constava a existência de 151:379\$160 em ativos totais. O ativo deste capitalista era composto de 54,2% em dinheiro (no valor de 82:089\$552); 14,1% em fazendas de café, terras, benfeitorias, animais e veículos (no valor de 21:321\$962); 2,67% em móveis e objetos de prata e ouro (valor de 4:043\$710), 0,56 em escravos (valor de 842\$217) e 28,5% em outros bens não especificados, possivelmente imóveis urbanos e ações e letras a receber (no valor de 43:081\$719).

José de Paula Souza (posição 48) Nasceu em Rio Claro, filho de Antônio de Paula Souza, criador do Instituto Politécnico de São Paulo. Na cidade de Xiririca, Paula Souza tornou-se líder político e grande produtor de café. Casou-se com dona Armínia Freitas, neta do major Ignácio Benedito de Freitas e, descendente da família Veras.

José de Paula Souza foi agraciado com o título de Coronel da Guarda Nacional, tornou-se prefeito de Xiririca e seus conhecimentos de medicina fizeram-no também um misto de médico e farmacêutico na cidade, ajudando na sua carreira política. Nos tempos do Coronel Paula Souza, Xiririca não tinha médico, nem farmacêutico o que o levou a desenvolver essas atividades na cidade e se tornar conhecido pela população.

Em seu inventário, de 1916, constam casas e terrenos, além dos bens existentes na Fazenda Boa Esperança. Na cidade de Campinas, ele possuía oito imóveis. Na Rua Francisco Glicério, haviam duas casas localizadas nos números 26 e 22 e avaliadas em 30:000\$000 e 15:000\$000, respectivamente. Na Rua Barão Jaguara ele possuía três casas, de números 49, 97 e 110, avaliadas em 14:000\$000, 18:000\$000 e 11:000\$000, respectivamente. Rua José Paulino, número 42, a casa foi avaliada em 10:000\$000.

A casa com terreno na Rua General Osório, número 49, valia 18:000\$000e; finalmente havia um imóvel localizado na Rua Bento Quirino, número 108, avaliado em 4:500\$000. Seu patrimônio final foi avaliado em 168:813\$300 para se dividido entre os herdeiros.

ITEM 3.2: SETOR DE SERVIÇOS: ORIGEM DE 12,74% DO CRÉDITO NO PERÍODO

Foram identificados sete capitalistas que atuavam, majoritariamente, no setor terciário, que juntos, disponibilizaram 1.367 contos de réis, o que equivale à 12,74% do montante disponibilizado por todos os capitalistas arrolados nos livros da Coletoria e recebedoria de Rendas de Campinas para o período analisado. Eram eles: Antônio Joaquim Gomes Tojal (comerciante); Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga (comerciante); Custódio Manoel Alves (negociante), Herculano Augusto de Pádua e Castro, (negociante); Jorge Krug (farmacêutico); e Vicente Maria de Paula Lacerda (médico).

As biografias de Manoel Cardoso de Almeida e Silba e de Custódio Manoel Alves encontram-se expostas no item 2.4 do presente trabalho, por integrarem o grupo dos dez maiores capitalistas de Campinas, em relação ao movimento de crédito concedido. A biografia dos demais cinco indivíduos do setor de serviços, estão trabalhadas ao seguir dos próximos parágrafos.

TABELA 13: Capitalistas inventariados, cuja principal atividade econômica estava relacionada ao setor de serviços, em Campinas entre 1873 e 1886

Capitalista do setor de serviços	Imposto pago	Crédito concedido	Participação
Antônio Joaquim Gomes Tojal	53.552	22.313.369	0,21%
Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga	65.996	27.498.209	0,26%
Custódio Manoel Alves	1.300.476	541.865.203	5,05%
Herculano Augusto de Pádua e Castro	261.032	108.763.433	1,01%
Jorge Krug	142.257	59.273.654	0,55%
Manoel Cardoso de Almeida e Silva	1.391.632	579.846.683	5,40%
Vicente Maria de Paula Lacerda	65.996	27.498.209	0,26%
Total Setor de serviços= 7	3.280.941	1.367.058.760	12,74%

Nota: *Valores em réis, Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com ano-base 1873=100. O imposto pago equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito. Fonte: Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Antônio Joaquim Gomes Tojal (posição 44) foi comerciante e proprietário de estabelecimento de secos e molhados, aberto em 1853 na cidade de Campinas, que além de vender produtos alimentícios, possuía tecidos e ferragens em seu portfólio. Contribuiu para as obras da Matriz Nova, em 1881, época em que possuía oito imóveis na cidade. De acordo com o auto da partilha, de 1892, possuía 5:116\$000 em ativo total, deduzindo-se o montante para quitação de dívidas, impostos, taxas e os custos do inventário, sobraram 4:910\$100 divisíveis entre os herdeiros, em valores deflacionados para o ano-base 1873=100.

Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga (posição 40) Foi médico da cidade de Campinas, segundo o livro “A Febre Amarela em Campinas 1889-1900”, de Lycurgo De Castro Santos Filho e José Nogueira Novaes, disponível para consulta no Centro de Memória, Unicamp.

Foi casada com a benemerita campineira, Ana de Campos Gonzaga, e deste matrimônio nasceram: Brazilina América Gonzaga de Castro Mendes (casado com Antônio Benedicto de Castro Mendes); Luiza Ernestina Gonzaga Couto (casada com Augusto de Andrade Couto); Maria Gonzaga Ribeiro (casada com Arthur Ribeiro de Souza); Anna Gonzaga da Rocha (casada Luiz Quirino da Rocha) e Cassiano Bernardo Jr.

Em seu inventário, registrado no Tribunal de Justiça de Campinas, a inventariante levantou a quantia de 25:869\$439 réis a serem divididos.

Para divisão dos legados: Sobraram 23:482\$968 réis depois de serem deduzidas as despesas com a formulação do inventário e avaliação dos bens. No inventário, constava a seguinte relação de devedores junto ao finado capitalista Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, e que pelo óbito passavam a serem devedores da herança da família.

De acordo com o inventário do doutor Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, falecido em 1887, encontrava-se a relação de seus devedores e a forma de garantia oferecida pelos credores. Do total de 128:254\$656 na conta de crédito a receber; 42,9% (55:027\$471) estão

atrelados a hipotecas e o restante, 39,3% (50:397\$854) foi tomado como crédito mediante a assinatura de letra de câmbio.

Nota-se, a relação de ativos deste capitalista no momento de sua morte, composto pelos seguintes devedores: Souza Camargo e Penteado, Manoel Francisco Mendes, Antônio Joaquim Bueno de Camargo, Francisco de Paula Souza Ferraz, Francisco de Goes Pacheco, José Ferreira da Silva, Joaquim de Campos Souza, João Batista de Camargo Paes, Maria Pulcheria de Arruda, Francisco Bueno de Lacerda, João Batista da Costa Barreto, Luiz Antônio Barboza, José Narcizo Monteiro, José Américo de Godoy, Milião Pereira dos Santos, José Cases, Antônio Benedito de Castro Montes, totalizando 86.448\$768 a serem recebidos pela família.

Dos 17 devedores constantes, onze apresentaram hipoteca como garantia de pagamento da dívida, eram estes e suas recentes dívidas: Souza Camargo e Penteado, 18:821\$269; Manoel Francisco Mendes, 17:611\$467; Antônio Joaquim Bueno de Camargo, 15:831\$404; Francisco de Goes Pacheco, 7:417\$957; José Ferreira da Silva, 6:265\$701; Joaquim de Campos Souza, 4:450\$774; Maria Pulcheria de Arruda, 4:701\$747; João Batista da Costa Barreto, 2:791\$525; Luiz Antônio Barboza, 2:643\$557; Milião Pereira dos Santos, 1:431\$242; e José Cases, 813\$271.

Seis devedores ofereceram letra exigível, são eles e suas respectivas dívidas contraídas: Francisco Bueno de Lacerda, 4:796 \$039; João Batista de Camargo Paes, 6:460\$545; José Narcizo Monteiro, 1:813\$382; José Américo de Godoy, 1:483\$591; José Cases, 813\$271 e Francisco de Paula Souza Ferraz, 14:370\$601, sendo que a letra deste último já estava vencida do momento do inventário.

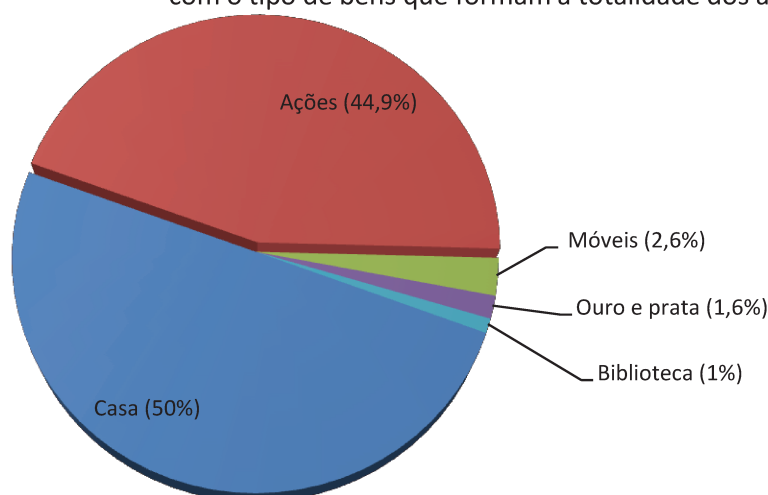
Sobre a dívida de Antônio Benedito de Castro Montes, no montante de 16:420\$390 não estava especificada a garantia fornecida por este.

Vicente Maria de Paula Lacerda (posição 43), médico natural do Rio de Janeiro era irmão do bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda (Conde de Santa Fé) e do historiador Joaquim Maria de Lacerda. Em Campinas, viveu e clinicou por toda vida, e foi diretor-proprietário de estabelecimento hospitalar; casou-se duas vezes com filhas do major Luciano Teixeira Nogueira e deixou vasta geração, sendo seu filho o grande jurisconsulto Paulo Maria de Lacerda.

Herculano Augusto de Pádua e Castro (posição 25), Bacharel em direito e casado com Petronilha Clara do Amaral, última filha de Bernardo José de S. Paio.

De acordo com o inventário deste, de 1932, consta o monte-mor de 31:257\$500, deflacionados para o ano-base 1873=100. O monte-mor inventariado está dividido entre uma casa com terreno e quintal localizada à Rua Regente Feijó, número 767 avaliada em 15:625\$000; 220 ações da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro no valor total de 14:025\$000 réis; móveis avaliados em 803\$125; objetos de ouro e prata no valor de 491\$875 e uma biblioteca de 312\$500.

FIGURA 27: Participação dos ativos Herculano Augusto de Pádua e Castro, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

Jorge Krug (posição 32), farmacêutico e proprietário da segunda farmácia que foi inaugurada na cidade de Campinas, em 1846. Foi vice-cônsul da Suíça na Província de São Paulo e, ainda atuava como capitalista, visto que emprestou 70:000\$000 no intervalo entre 1873 e 1886. Seu irmão, Francisco Krug, foi um importante industrial campineiro, envolvido nas atividades têxtil, de serralheria e de produção de móveis, carroças e carros.

ITEM 3.3: NEGÓCIOS DIVERSOS: SETOR EMPRESTADOR DE 9,3% DO CRÉDITO

Existiam indivíduos que diversificavam seus negócios, ora apareciam como proprietários de terras e fazendeiro nos Almanques para Campinas, ora como negociantes urbanos, mercadores ou comerciantes. Possivelmente eram lavradores de cana-de-açúcar e de café da Campinas do século XIX, mas que graças à alta produtividade da terra roxa da região, ampliaram a sua atuação de homem econômico em outras esferas da economia.

A lucratividade do café nos anos de boa colheita, em que a quantidade e qualidade dos grãos colhidos superavam as estimativas do senhor fazendeiro, geravam um excedente monetário que poderia ser reinvestido na própria lavoura, para ampliar ainda mais as colheitas futuras, ou poderia ser empregado em outras formas de multiplicação do capital.

Por sua vez, estes agentes de negócios diversos, optaram pela segunda alternativa, e foram responsáveis por mais de 9,3% do crédito disponibilizado entre 1873 e 1886. Contatou-se a presença de quatro indivíduos nessa situação, que juntos emprestaram 999 contos de réis, equivalente a 9,3% do total de crédito disponibilizado no período. Eram aqueles: Victorino Pinto Nunes, cuja biografia encontra-se detalhada no item 2.3 deste trabalho, referente aos dez principais capitalistas atuantes no período, Francisco de Camargo Penteado, Paulino Venâncio da Rosa e José Pedroso de Moraes Salles.

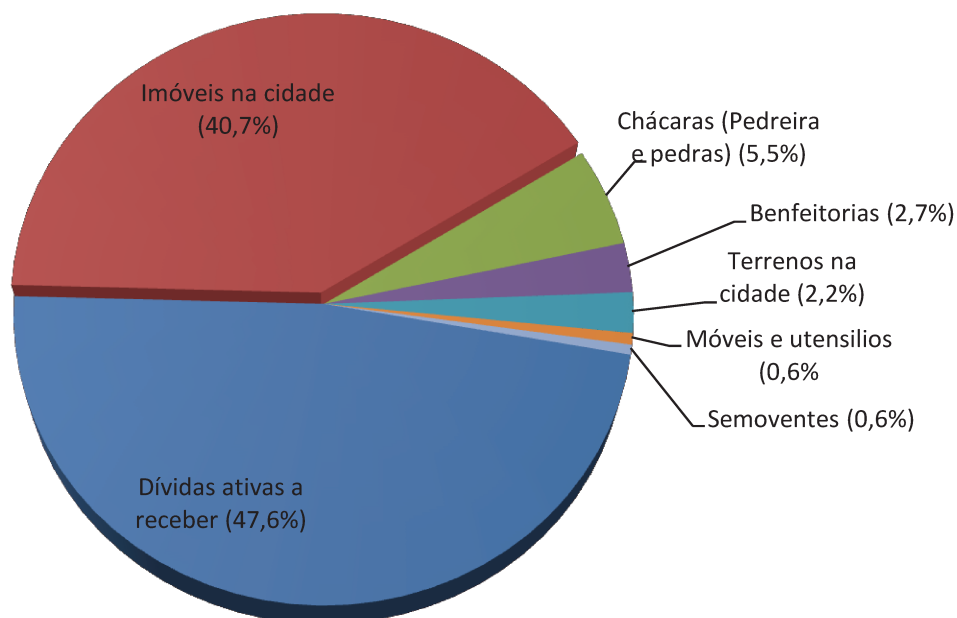
TABELA 14: Capitalistas inventariados, cuja principal atividade econômica eram negócios diversos, em Campinas entre 1873 e 1886

Capitalista	Imposto pago	Crédito concedido	Participação
Francisco de Camargo Penteado	484.811	202.004.585	1,88%
José Pedroso de Moraes Salles	275.968	114.986.627	1,07%
Paulino Venâncio da Rosa	410.611	171.087.907	1,59%
Victorino Pinto Nunes	1.228.485	511.868.940	4,77%
Total Negócios diversos =4	2.399.875	999.948.059	9,3%

Nota: *Valores em réis, Valores deflacionados, segundo índice de Catão, com ano-base 1873=100. O imposto pago equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito. Fonte: Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

Francisco de Camargo Penteado (posição 19) Possuía vinte e cinco imóveis na cidade de Campinas, que correspondiam a 40,7% de todos os ativos contidos em seu inventário (valor total dos imóveis de 181:899\$176, deflacionado para o ano-base 1873=100). Ao contrário da maioria dos capitalistas arrolados, cujos principais ativos são conservador em negócios rurais, com a propriedade de fazendas, benfeitorias, semoventes e pés de café; Francisco de Camargo Penteado conserva a maior parte de seus ativos em negócios tipicamente urbanos: imóveis na cidade de Campinas (40,7% do total de ativos) e em crédito concedido a juros, responsável por 47,6% dos ativos.

FIGURA 28: Participação dos ativos de Francisco de Camargo Penteado, de acordo com o tipo de bens que formam a totalidade dos ativos (100%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de inventários do TJC (Tribunal de Justiça de Campinas)

O inventário de Francisco de Camargo Penteado está registrado no terceiro ofício do Tribunal de Justiça de Campinas, processo 7.849, de 1907.

O capitalista possuía vinte e cinco imóveis na cidade de Campinas, arrolados seguir, e separados entre prédios, casas e terrenos. São dezessete prédios na cidade: dois prédios na Rua José de Alencar, 15 e 17; um prédio na Rua Doutor Pompeu Salles, 16; um prédio com fundos na Rua Campos Sales, 16; um prédio na Rua 13 de Maio, esquina com Rua Francisco Glicério, 2; dois prédios na Rua Treze de Maio, 114 e 116; cinco prédios pequenos na Rua Saldanha Marinho, 58, 60, 62, 62 A e 64; um prédio na Rua Onze de Agosto, 37; quatro prédios na Rua Campos Salles, 111 A, 111B, 113 e 115.

Eram quatro casas nos seguintes endereços: uma casa térrea na Rua José de Alencar, 16; uma casa pequena na Rua Álvares Machado, 21; e duas casas térreas Rua Regente Feijó, 168 A e B. Além de quatro

terrenos localizados nos seguintes endereços urbanos: um terreno na Rua José de Alencar; um terreno na Rua Barreto Leme, 11; um terreno na Rua Álvares Machado; e um terreno Rua Moraes Salles, 92

Além de todos os imóveis urbanos, ele possuía 23 alqueires de pasto em uma chácara, além de uma pedreira para exploração, que aparece no inventário como uma pedreira ativa, na qual há descrição de pedras extraídas, mas que representam uma ínfima parte nos ativos do capitalista.

O empréstimo de capitais a juros representava 46,7% de todos os ativos do capitalista, no valor de 212:855\$820 a receber. Eram devedores do inventário de Francisco de Camargo Penteado, as seguintes pessoas, com o valor de seus empréstimos a quitar e a porcentagem destes em relação ao total dos contidos no inventário: 24,98% de José de Camargo Penteado; 53:169\$465; 19,49% de José Pedroso da Silva; 41:476\$845; 7,63% de Dona Delfina Cândida de Ferreira Andrade; 16:240\$582; 4,18% de Francisco de Andrade; 8:905\$435; 6,10% de Herculano de Camargo Penteado; 12:994\$349; 1,94% de José de Camargo Penteado Filho; 4:136\$165; 1,20% de Doutor Tito Martins Ferreira; 2:548\$537; 0,78% de Orlando de Carvalho; 1:659\$319; 0,07% de João Godoy; 148\$489; e 33,63% dinheiro a ser recebido de diversos 71:576\$635.

Havia uma detalhada lista de credores que apresentaram à inventariante suas contas, conforme juízo se crê no inventário, no total de 25:621\$987 a ser pago a doze credores. Importante notar que apenas um dos credores, Joaquim de Camargo Penteado é responsável por 66% de todo passivo do inventariado, e que a dívida foi contraída mediante crédito. Há ainda, Dona Guiomar de Camargo, que tem a receber 721\$464 do capitalista, fruto de um crédito concedido a este, a partir da quantia de crédito de 500\$000, que pagará a qualquer hora, com juros de 9% ao ano desde 25/02/1896.

Eram apenas estes dois credores que possuíam capitais a receber originário de crédito concedido anteriormente. As demais contas do passivo eram dívidas em lojas diversas da cidade de Campinas, como armazéns de secos e molhados, farmácia, serviços médicos, sapataria, ou

loja de carnes bovinas e suínas. Eram estas representadas por sua participação no total dos passivos inventariados: 15,94% a Doutor Cândido de Barros Camargo, no valor de 4:083\$451; 4,08% a Fonseca & Santos Armazém de Secos e Molhados, no valor de 1:046\$069; 2,32% a Doutor Thomas Alves (médico), no valor de 593\$956; 1,92% a Farmacêutico Lothario Novaes, no valor de 491\$128; 1,74% a Herculano Penteado (Sapataria Americana), no valor de 444\$799; 1,67% à Casa Alemã (modas e armarinhos), no valor de 427\$129; 1,01% a Carlos Rittner (Boi de Prata, carnes bovinas e suínas), no valor de 257\$777; 0,97% a Alfredo Aguiar (Casa Verde, grande alfaiataria), no valor de 249\$120; 0,81% a Manoel F. Quirino (confeitaria do comércio), no valor de 207\$944; e 0,46% à Companhia de Iluminação à Gás, no valor de 118\$279.

Foi um dos fundadores do Hipódromo Campineiro, inaugurado em Setembro de 1878, uma iniciativa em conjunção com Joaquim Paulino Barboza Aranha, Joaquim Alves de Almeida Salles, que se inspiraram no Prado Fluminense e no Hipódromo Paulistano para tal empreendimento.

O capital de 52:000\$000 necessário à construção da hípica foi obtido pela emissão de ações. Segundo notícia da Gazeta de Campinas, do dia primeiro de outubro de 1878, a inauguração do prado campineiro foi um verdadeiro acontecimento que atraiu, à Campinas, numerosa leva de visitantes das cidades vizinhas. Nos dias de corrida no Hipódromo Campineiro, as Companhias Paulista e Mogyana colocavam trens especiais à disposição da população.

Mobilizaram-se para a criação do Hipódromo do Bonfim.: Joaquim Ferreira Penteado doou os terrenos, Joaquim de Paula Souza defendia a criação nos jornais, Francisco José de Camargo Andrade ofereceu sua fazenda para as reuniões e se tornaria um dos fundadores do hipódromo, juntamente com Francisco de Camargo Penteado. Antônio Egydio de Souza Aranha foi o fundador do Jockey Club de Campinas.

Além desses empreendimentos, outras instituições marcaram a década de 1870, tanto no campo cultural quanto filantrópico, destacando-se o Gabinete de Leitura, a Associação Culto à Ciência, a Sociedade Alemã de

Instrução e Leitura, o Clube Semanal, a Sociedade Artística Beneficente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a Sociedade Portuguesa de Beneficência, entre outros.

Paulino Venâncio da Rosa (posição 21). No dia 20 de fevereiro de 1887, o falecimento de Paulino Venâncio foi comunicado à esposa deste, Donna Francisca Carolina dos Santos Antônio, mediante um telegrama enviado por Antônio Venâncio, com os seguintes dizeres “Paulino é falecido. Comunique a mulher. Santos”- SP Railway Company.

Paulino Venâncio nasceu na Fazenda Pinhal, na comarca de Itu, e foi batizado em Santos, onde seu pai, o Comendador Venâncio Antônio da Rosa, trabalhava como Tesoureiro da Alfândega de Santos. Seu pai também era forte negociante e proprietário de três navios, uma fazenda de açúcar e outra de criação de gado, ambas em Cabreúva, e possuía 57 escravos.

Paulino Venâncio não possuía herdeiros e não há inventário disponível para consultar os bens desse capitalista. Há apenas um testamento em que se estabelecem a quais familiares será destinada a herança, Os bens de Paulino Venâncio deveriam ser repartidos em três partes iguais, destinados à irmã Gabriela da Rosa (casada com João Teixeira Cavalheiro), à Maria Venâncio Pereira dos Santos e a terceira parte seria dividida em outros três terços: ao sobrinho Luís Venâncio da Rosa (filho do meio-irmão, José Venâncio da Rosa); à Caixa de Emancipação dirigida pelo Governo e a despesas do enterro.

José Pedroso de Moraes Salles (posição 25) Casado com Maria Izabel Cantinho, que era filha de Isidoro Fernandes Cantinho e de Alexandrina Guimarães. Concedeu 140:000\$000 como crédito a juros entre 1873 e 1886.

ITEM 3.4: ALTERAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE CAPITALISTAS

Sobre a legislação do imposto sobre capitalistas, que foi propriamente promulgado por Zacarias de Góes e Vasconcellos em 1867, objetivando suprir gastos excessivos decorrentes da Guerra do Paraguai, e explicitada no primeiro capítulo deste presente trabalho, há alteração no ano de 1873, em que estipulam novos valores fixos para futuras cobranças do referido tributo.

O individuo ou sociedade que fizer operações de câmbio, banco ou corretagem, tendo fundo de 50:000\$000, pagará anualmente o imposto de 50\$000, e nesta proporção se pagará o imposto quando o fundo exceder a 50:000\$000. Fica sujeito ao mesmo imposto todo o capitalista, isto é, todo o individuo que, tendo capitais, faça profissão habitual de dar dinheiro a prêmio. (Capítulo IV da 25ª Sessão ordinária da Assembleia Legislativa de São Paulo, de 14/03/1873, p.254).

Iniciava-se acirrado debate político dos opositores ao Governo, contra a autorização de emissão de moeda, proclamada como remédio anormal, pernicioso, que mais agradava do que curava o mal; perturbador da indústria e do comércio e, da saúde financeira pública e das fortunas privadas.

Apesar de o conflito encerrar-se em 1870, a cobrança do imposto sobre capitalista permaneceu em vigor nas décadas seguintes, até o início do século vinte, em que foi promulgada a lei N°.920, de 4 de agosto de 1904, que criava um novo tributo, denominado “imposto sobre capital particular empregado em empréstimos”.

O debate provincial para inclusão do imposto sobre capitalistas colocou José Maria Correia de Sá e Benevides, deputado paulista da 19ª legislatura da ALESP, de 1872 a 1873, questionando o Presidente de Província de São Paulo, João Teodoro Xavier de Matos (cujo mandato perdurou de 21 de dezembro de 1872 a 30 de maio de 1875) sobre a não

cobrança desse imposto para o ano corrente de 1873. Argumenta que a Assembleia já havia estipulado seus gastos correntes com base numa receita orçamentária aquiescida com a tributação sobre capitalistas.

Requeiro que o Governo informe: primeiro, por que motivo deixou de ser cobrado o imposto sobre os capitalistas, criado pelo Inciso 18 do artigo 1º da lei número 73 de 1872? O orçamento que decretamos o ano passado estabeleceu um imposto sobre capitalistas; votamos despesas na confiança dos rendimentos desse imposto que criamos; entretanto, ele não foi cobrado! A Assembleia Provincial te, pois, o direito de saber que razão atuou no ânimo do administrador da província para suspender de fato para revogar um artigo de lei por nós elaborado e por ele sancionado. Eu pergunto, portanto, por que razão o Governo da Província revogou um artigo do orçamento provincial, por ele sancionado; por que razão não cobrou o imposto sobre capitalistas, que nós criamos? Deve-nos dar a razão; nós criamos nesta fonte de receita, o presidente da província não tinha competência para deixar de cobrar o imposto! Se, era vexatório, injusto, iníquo, a responsabilidade era nossa: o Governo da província não é nosso MENTOR, não tem poder de emendar as nossas deliberações; o presidente da província é um mero instrumento ativo, consciencioso embora, de nossas decisões. Por que razão não foi feito o respectivo regulamento? (José Maria Correia de Sá e Benevides, ALESP, 32ª sessão ordinária, de 21/03/1873, p. 314, 315, 316):

Num momento posterior a esse discurso, no final do mês de março de 1873, o próprio deputado José Maria Correia de Sá e Benevides posiciona-se contra a permanência da cobrança do imposto sobre capitalista.

Proponho também a supressão do imposto sobre os capitalistas. Eu voto contra o imposto, porque julgo inconstitucional, e mesmo inconveniente. Os nobres deputados sabem que a matéria convergente para a receita geral não pode sofrer imposição provincial. Os nobres deputados sabem também que, em consequência da guerra com o Paraguai, foi estabelecido o imposto pessoal, o imposto de indústria e profissões, o imposto de transmissão de propriedade, etc., de sorte que as sociedades anônimas, os capitalistas e os proprietários já sofrem imposição geral forte. (BENEVIDES, 33ª sessão ordinária, de 25/03/1873, p. 340)

Argumentava que seria uma duplicata inadmissível sobre a qual a Assembleia Legislativa não poderia legislar, pois seria uma matéria de imposto contra os interesses gerais.

Ora, a matéria contribuinte para o imposto geral não podia ser matéria de imposição provincial: os capitalistas e as sociedades anônimas estava, sujeitos, pela lei geral, a imposto sobre as suas rendas, e ainda mais sobre o título da indústria e profissões a que pertenciam; eram sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis, que, na realidade, eram consideradas onerosas, pelos capitalistas e proprietários, e que foram criadas unicamente pelas necessidades da guerra, e que foram criadas com promessa de serem extintas, quando tais necessidades desaparecessem, segundo o deputado Benevides.

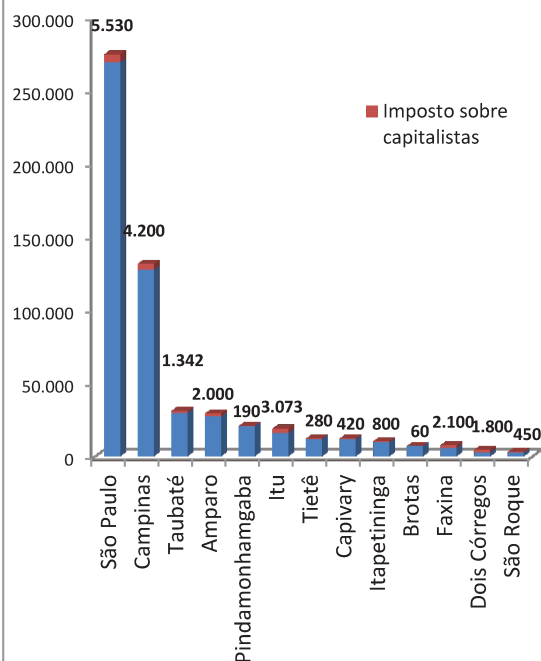
Uma hora, já sendo cobrado o imposto pessoal, Benevides defendia que, ao se sujeitar os capitalistas e proprietários a um duplo imposto, eles ficariam muito mais sobrecarregados que outros profissionais da sociedade. “Ora, não conviria, portanto, em um país novo desanimar a formação de riqueza, vexando a acumulação das rendas” (BENEVIDES, 33ª sessão ordinária da ALESP, p. 342).

Apesar dos debates dos parlamentares, que ora exigia o cumprimento da legislação tributária provincial com a cobrança do imposto sobre capitalistas, ora solicitava encerramento deste, devido à possível dupla carga onerosa à elite fornecedora de crédito, o imposto permaneceu nos anos seguinte.

O Bacharel Luiz Carlos de Assumpção, vice-presidente da província de São Paulo, alterou o imposto sobre capitalista, com a assinatura da lei número 59, de 25 de abril de 1884, que fixava a despesa e orçava a receita para o exercício de 1884 a 1885.

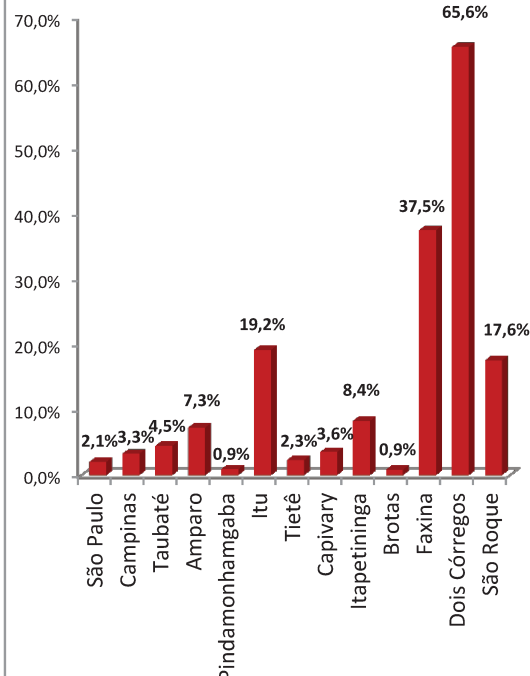
Art. 26. - O imposto sobre capitalistas fica alterado da seguinte forma: § 1.º Os que fizerem operações de crédito e cambio ou corretagem ou deram dinheiro a premio, do capital inferior a vinte contos de réis pagarão o imposto anual de 5\$000. § 2.º Os compreendidos no § antecedente, com capital de 50:000\$000, pagarão o imposto anual de 20\$000; e 5:0000\$000 para cima 50\$000. § 3.º Os bancos ou associações bancariam pagarão o imposto anual de 200\$000, o as caixas filiais ou agencias o de 100\$000. (ALESP, Lei número 59, de 25/04/1884)

FIGURA 29: Imposto sobre capitalistas coletado e Receita total anuais das Câmaras municipais da Província de São Paulo, de 1884-1885 (em contos de réis)



Fonte: Elaboração própria, dados da ALESP

FIGURA 30: Relação entre o Imposto sobre capitalistas coletado e a receita total anuais das Câmaras municipais da Província de São Paulo, de 1884-1885



Fonte: Elaboração própria, dados da ALESP

Em 1891 ocorreu o primeiro passo na alteração do imposto sobre capitalista, que passou a pertencer aos municípios nos quais era cobrado. Segundo o artigo nono da lei número 15, datada de 11 de novembro de 1891, que orçava a receita e a despesa do Estado para o ano de exercício de 1892:

Passam a pertencer às Municipalidades os seguintes títulos de receita: Imposto sobre casas de leilão; sobre seguros contra fogo; sobre casas de modas; sobre seges e outros veículos; sobre companhias equestres; e sobre indústrias e profissões;

Para a cobrança do imposto da indústria e profissões, continuava em vigor o regulamento geral a que se refere o decreto número 9870, de 22 de Fevereiro de 1888 e respectivas tabelas, na parte em que são referentes ao Estado de São Paulo, que prevalecia para o exercício de

1892 os lançamentos já feitos pelos diretores gerais, enquanto as municipalidades não ficavam definitivamente organizadas e alteradas as supracitadas leis.

Três anos depois, criaram-se os impostos sobre o capital e sobre a renda, definidos pela lei número 920, de 4 de agosto de 1904. O doutor Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado de São Paulo, decretou e promulgou que:

Artigo primeiro: Fica criado no Estado o imposto sobre o capital. § 1º - Este imposto recaía sobre a propriedade imóvel rural, o capital realizado das casas de comércio, das empresas industriais e das sociedades anônimas e; o capital particular empregado em empréstimos.

O valor do imposto era de dois décimos por cento sobre o valor venal dos imóveis rurais; meio por cento sobre o capital realizado das casas de comércio, três décimos por cento sobre o capital realizado das empresas industriais, dois décimos por cento sobre o capital das sociedades anônimas e meio por cento sobre o capital particular empregado em empréstimos.

Eram isentos do pagamento do imposto os imóveis rurais empregados na cultura de café, os imóveis rurais com valor inferior dez contos de réis, as casas comerciais de capital inferior a seis contos de réis, as empresas industriais de capital inferior a seis contos de réis, as sociedades anônimas cujo capital for empregado na cultura de café, as sociedades anônimas e empresas cujo capital for empregado em melhoramentos locais de utilidade pública que não gozarem de isenção de imposto de importação e cujos dividendos ou rendas não atingirem a 6% anualmente.

Criaram-se, também, o imposto sobre a renda; este recaía sobre a porcentagem dos funcionários encarregados da arrecadação da receita do Estado e os vencimentos dos funcionários estaduais aposentados e reformados. O valor que seria pago pelos funcionários públicos era de 5% sobre a porcentagem percebida pelos funcionários encarregados da arrecadação até dez contos dos réis; 5% sobre os vencimentos até dois

contos e quatrocentos mil réis dos funcionários aposentados e reformados e; 10% sobre as porcentagens e vencimentos de uns e outros desses funcionários, quando excedentes os vencimentos, de dois contos e quatrocentos mil réis, as porcentagens de dez contos de réis.

Foi criada a taxa judiciaria, cobrada na razão seguinte : meio por cento sobre o valor pedido nas causas contenciosas, e sobre o liquido a distribuir se nas falências, liquidações, partilhas judiciais, e processos a esses equiparados; e de dois por cento sobre a arrecadação dos bens de ausentes.

Nas causas de valor inestimável, e naqueles em que não havia sido determinado o valor, a taxa seria paga sobre o valor dado em arbitramento, nos termos de direito. A taxa nunca seria menor de um mil réis, nem excederia trezentos mil réis. Seria paga quando subissem os autos para a primeira sentença definitiva, e seria levada em conta com as custas judiciais à parte que houver de paga-las afinal.

Um dado importante da mesma lei foi a supressão dos impostos sobre o trânsito do café e sobre a exportação desse bem, que era de nove por cento ad valorem, anteriormente. Era uma clara ajuda tributária aos produtores de café.

Sumiram dos dados da Assembleia Legislativa de São Paulo dados referentes ao imposto sobre capitalistas, e começaram a serem notados, com frequência anual, citações sobre a cobrança do imposto sobre o capital particular empregado em empréstimo.

No Jornal Correio Paulistano, uma extensão de órgão do Partido Republicano, na data de 17 de março de 1910, tem registrado que a Recebedoria de Rendas da Capital do Estado de São Paulo lançou os recebimentos de tributações, em que parte se intitula "*imposto sobre capitalista, lançamento de 1910*". No entanto, faz-se público que foram lançados para pagamento do imposto sobre capital particular empregado em empréstimos, os capitalistas constantes da relação documental, uma relação de nomes ao final da lauda jornalística. E aqueles que se julgassem prejudicados com esses lançamentos poderiam reclamar, por meio de

petição devidamente documentada dirigida ao administrador da referida recebedoria até o dia 31 de março do ano seguinte, 1911. Depois desse dia, os recursos deveriam ser instruídos com o recibo de pagamento do imposto, que seria considerado como depósito, nos termos do artigo 68 do decreto número 1.261, de 12 de novembro de 1904 da circular do Tesouro do Estado n. 802, de 81 de dezembro de 1906.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, nosso objetivo foi realizar uma investigação sobre o crédito concedido pelos capitalistas de Campinas e que foi tributado provincialmente pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, no período compreendido entre os anos de 1873 a 1886.

Além disso, foi apresentada a biografia dos principais capitalistas da cidade, de acordo com as informações presentes nas documentações dos inventários pessoais destes, doados pelo Tribunal de Justiça de Campinas ao CMU-Unicamp e, dos Almanques Literários de Campinas.

Os capitalistas eram “todo indivíduo que, tendo capitais, faça profissão habitual de dar dinheiro a prêmio. Indivíduo ou sociedade que fizer obrigações de câmbio, de banco ou de corretagem”, segundo o regulamento para a cobrança do imposto sobre capitais, para os anos de 1873-1874, constante nas Leis da Província de São Paulo.

Analizamos os capitalistas que se definiam como profissionais, conforme a lei sobre a qual se apoia a tributação sobre a movimentação capitalista, que assumiam a profissionalização enquanto emprestadores de dinheiro. Eles viviam o período da transição da hegemonia do capital mercantil para a do capital industrial, fato que foi apresentado através da síntese da bibliografia sobre o tema.

Nesta parte da pesquisa, foi percebido que, do total de crédito oferecido, no período de 1873 a 1886, os fazendeiros foram responsáveis por emprestar, 80,3%. Esses dados da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas nos mostram a importância que o capital cafeeiro teve para a constituição do montante de crédito concedido.

Já, no segundo capítulo, foi apresentada a legislação que regulamentava a atividade profissional do capitalista, além disso, foram

apresentados os dados referentes aos valores de crédito fornecido pelos capitalistas e tributado pela Coletoria de Rendas da cidade. Assim, nesta parte do trabalho, foi percebida a concentração de capital existente nos dez principais capitalistas tributados em Campinas, pois eles foram os responsáveis de concessão de cerca de 60% do total do crédito concedido no período. Além disso, neste capítulo, foi apresentada a única pessoa jurídica, que também concedia crédito no período.

No terceiro capítulo, os capitalistas foram divididos, de acordo com a sua principal atividade econômica desempenhada por eles. Ao realizar esta divisão, foi percebido que, os capitalistas fazendeiros foram os responsáveis por 66,26% de todo o crédito disponibilizado; os capitalistas atuantes no setor de serviços, emprestaram 12,74%, e 9,3% do crédito foi concedido por capitalistas que atuavam em mais de um setor.

Neste capítulo, também foi apresentado o debate ocorrido em torno da permanência do imposto sobre os capitalistas. Esse debate informou a modificação do imposto, que deixou de ser cobrado sobre indústrias e profissões, em 1994, e passou a ser cobrado sobre rendas.

De acordo com o que foi escrito nos capítulos desta dissertação, nestas considerações finais, podemos afirmar que:

Aproximadamente 60% do capital concedido pelos profissionais capitalistas era concentrado em apenas dez dos 53 capitalistas existentes na cidade de Campinas. Além disso, pode ser percebido que haviam relações de parentesco entre os 53 capitalistas de Campinas, fato sugere uma concentração da riqueza em torno de uma definição familiar.

A maioria dos capitalistas observados em Campinas tinha como origem o complexo cafeeiro, fato que corrobora com a tese de que foi o sucesso econômico da cafeicultura que teria gerado uma “massa monetária” para as diversificações das atividades.

Por fim, também foi percebido que o imposto criado no Período da Guerra do Paraguai, para auxiliar nos gastos da guerra, foi mantido além do período preestabelecido.

REFERÊNCIAS

- **Fontes primárias (manuscritas e impressas):**

Orçamento provincial da Província de São Paulo. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), 1872-1889.

Orçamento das cidades da Província de São Paulo. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), 1872-1889.

Orçamento do Estado de São Paulo. Câmara dos deputados do Estado de São Paulo. Arquivo Histórico da ALESP, 1889-1892.

Orçamento das cidades do Estado de São Paulo. Câmara dos deputados do Estado de São Paulo. Arquivo Histórico da ALESP, 1889-1892.

Regulamento para a cobrança de imposto sobre capitais para os anos 1873-1874. Leis da Província de São Paulo, Microfilme rolo 03 (1873-1882). CMU Unicamp.

Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Arquivo Histórico da ALESP, 1873, 1876, 1888 e 1889.

Relatórios do presidente de Província de São Paulo. Center for Research Libraries (CRL), 1872-1892.

Relatórios do Ministério dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro. Center for Research Libraries (CRL), 1872-1892.

Almanak administrativo, industrial, mercantil e industrial do Império do Brazil. Center for Research Libraries (CRL), 1872-1889.

Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, livros nº. 51-61 e 67 (1873-1886).

Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, livros L11, L12 e L13 (1873-1886).

Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Arquivos Históricos do Centro de Memória da Unicamp, de 1874 a 1940:

Caixa 161 (processo nº. 4727);

Caixa 157 (processo nº. 4689);

Caixa 164 (processo nº. 4757);

Caixa 250 (processo nº. 5996);

Caixa 260 (processo nº. 516);

Caixa 300 (processo nº. 5783);

Caixa 315 (processo nº. 7189);
Caixa 318 (processo nº. 6307);
Caixa 360 (processo nº. 7420);
Caixa 372 (processo nº. 7.523);
Caixa 369 (processo nº. 7499);
Caixa 380 (processo nº. 7605);
Caixa 385 (processo nº. 7653);
Caixa 387 (processo nº. 7672);
Caixa 405 (processo nº. 7812);
Caixa 406 (processo nº. 7846);
Caixa 410 (processo nº. 7849).

Diário de Campinas. Campinas, 1875-1890. Disponível na Biblioteca do CMU, Campinas.

Gazeta de Campinas. Campinas, 1870-1890. Disponível na Biblioteca do CMU, Campinas.

Diário da Cidade de Santos. Primeira edição, 1º de julho de 1967, exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.

• **Livros:**

BAER, Werner. *A economia brasileira*. 2ª.ed. Traduzido por Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2002.

BATTISTONI FILHO, Duílio. *Aspectos culturais da história de Campinas*. Campinas: Mousinho, 1983.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1973.

BIANCONI, Renata. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870/1905)*. Campinas: Dissertação (mestrado), Unicamp, 2002.

BRANNER, J. C., *The Railways of Brazil: a statistical analysis*, Chicago: The Railway Age Publishing Co, 1887.

BUESCU, Mircea. *História Econômica do Brasil, pesquisas e análises*. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

CALÓGERAS, J.Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CAMILLO, Ema Elisabeth Rodrigues. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas: (1850-1887)*. Campinas: UNICAMP/CMU, 1998.

CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67*. In: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV, out/dez 1972.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª edição. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.

_____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. T. A. Queiroz, 1981.

CATÃO, Luis A. V. *A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913*. Rio de Janeiro: RBE, 1992.

COSTA, Emília V. *Da colônia à senzala*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. Tradução da 4ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FIGUEIREDO, Elpídio. *Princípios elementares da ciência das finanças*. Recife: Tipografia do Diário de Pernambuco, 1909.

FONTANARI, Rodrigo; *O problema do financiamento. Uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo; Cultura Acadêmica Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Coleção Leitura, Ed. Paz e Terra S/A, São Paulo, SP, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1987.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 32ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOLDSMITH, Raymond. *Brasil 1850-1889: Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo: Harper & Row, 1986.

HALL, Michael M. *Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920*. Quaderni Storic,v.25, Aprile, 1974.

HOLLANDA, Sérgio B. (dir.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1971, tomo II, volume 4.

KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 1ª ed. 14ª impressão. São Paulo: Atlas, 2009.

LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil*. 1ª.ed. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

LISBOA, José M. *Almanaque literário de São Paulo*. São Paulo, 1885.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba: Século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

MATOS, Odilon N. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4 ed. Campinas: Pontes, 1990

MELLO, João M.C. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª edição, Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998 (30 anos de Economia – UNICAMP, 4).

MELLO, João M.C. e NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Editora da UNESP: Campinas: FACAMP, 2009.

MELLO, Zélia M.C. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895: contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista a economia exportadora capitalista*. 2a ed., São Paulo, SP: Hucitec, 1990.

MORSE, Richard M. *De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1953.

OLIVEIRA, Maria L.F. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, 1850-1900*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro, 1973, vol. IV.

PELAEZ, Carlos M. e ZUZZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994

_____. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo: 1889-1930*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

PESTANA, Paulo Rangel. *A expansão econômica do estado de São Paulo num século: 1822-1922*. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923.

SAES, Flávio A.M. *As ferrovias de São Paulo – Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870-1940)*. São Paulo: FEA-USP, mimeo, 1974

_____. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002

_____. *O desenvolvimento do crédito e dos bancos em São Paulo (1850-1930)*. São Paulo, 1983.

SALLES, M. F. C. *Campinas em 1872*. In: LISBOA, J. M. Almanack de Campinas para 1873: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872.

SANTOS, Ronaldo M. *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. Campinas: Tese de doutoramento. Universidade Estadual de Campinas, 1985.

SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Unicamp, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega, 1976.

_____. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1973.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira, origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec. Editora da Unicamp, 2000.

SWEIGART, Joseph E. *Financing and marketing Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. (Tese de Doutorado). University of Texas, 1980.

TAUNAY, Affonso E. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1945.

TEODORO, Rodrigo S. *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914*. Campinas: Dissertação (mestrado), Unicamp, 2006.

TOSI, Pedro G. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Campinas: Tese (doutorado), Unicamp, 1999.

VEIGA FILHO, João P. *Estudo econômico e financeiro sobre o Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1896.

VIEIRA, Dorival T. *Evolução do sistema monetário brasileiro*. São Paulo: Boletim 42 da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1962.

- **Artigos:**

FARJALLAT, Celia S. *SOS da Santa Casa*. Campinas: Correio Popular, 29 jun. 1993.

FURTADO, Celso. *O subdesenvolvimento revisitado*. Revista Economia e Sociedade, número 1, agosto de 1992.

GONÇALVES, José R. B. e MADI, Maria A. C. *Commodity prices, financial integration and policy options: the performance of Brazilian economy, 1889-1931. Workshop Lives and Livelihoods: Economic and Demographic Change in Modern Latin America*. University of Guelph, Ontario, Canadá, 2006, <http://www.livesandlivelihoods.org/>.

PEREIRA, Bresser. *Capitalismo tardio*. Revista de Economia Política, volume 3, número 1, janeiro-março de 1983.

RIBEIRO, Maria A.R. *Família Teixeira Vilela e o padrão de riqueza e de endividamento. Campinas, São Paulo, 1850-1873*. Seminário realizado na FEA-USP em 07/11/201. Hermes & Clio. Artigo disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File>

SALLES, M. F. C. *Campinas em 1972*. In: LISBOA, J. M. Almanak de Campinas para 1873. Typografia da Gazeta de Campinas, 1872.

SILVA, Gustavo P. *Família e riqueza na economia paulista: das origens à diversificação do capital dos Lacerda Franco (1803-1897)*, Encontro ANPEC 2013.

TEODORO, Rodrigo S; TOSI, Pedro G; FALEIROS, Rogério N. *Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo 1890-1914*. Revista História, vol. 24, número 2, Franca: 2005. Disponível na base eletrônica da Scielo, <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000200012>

- **Composição:**

SATER, Almir e TEIXEIRA, RENATO. *Tocando em frente*. Composição de 1991.

APÊNDICE : ÍNDICE DE CATÃO

O método utilizado para a deflação dos valores auferidos, tanto nos dados de impostos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, entre 1873 e 1886, quanto nos dados monetários contidos nos inventários dos capitalistas arrolados, datados entre o final do século XIX e início do século XX, foi o Índice de Preço de Luís Catão, descrito na obra de Luiz A. V. Catão *A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913*, publicada na Revista Brasileira de Economia da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas, em outubro de 1992.

Luiz A. V. Catão (1992) utilizou uma cesta de produtos do atacado para compor seu índice de preços. O índice apresentado por Catão é considerado superior aos existentes em dois aspectos importantes: primeiramente, consiste em uma amostra muito mais representativa dos produtos; segundo, emprega um sistema de pesos baseado nos censos nacionais da produção. A origem dos dados utilizados neste trabalho é o jornal mais importante do Brasil naquele tempo - o Jornal do Commercio.

O autor construiu uma lista de preços para 30 produtos diferentes. São eles: feijão, cerveja, conhaque, manteiga, vela, cimento, bacalhau, café, milho, carne seca, graxa, presunto, massa italiana, óleo de linhaça, querosene, farinha de mandioca, fósforos, azeite de oliva, taboado de pinho, arroz, sal, açúcar, sebo, piche, erva-mate, tabaco, água ráz, vinagre, farinha de trigo e vinho. O próximo passo de Catão foi a composição do índice de preços, cujo ano base é 1913. Sua estratégia para a construção dos pesos foi feita através das participações dos produtos no valor agregado. Para tal, ele considerou os dados do Censo Industrial de 1907 e o de 1919 para estimar tais valores.

FIGURA 31: Cálculo do índice de deflação de preços proposto por CATÃO (1992) e utilizado nesta dissertação para a deflação de valores com ano base escolhido em 1873, início do período de análise do trabalho.

$$W_i = \frac{(Q_i - X_i) rVA_i + M_i}{W_t} \quad (1)$$

where

Q_i = current value of gross output of i ;

X_i = current value of the exports of i ;

rVA_i = the value added coefficient of i , as defined by the value added in the production of i divided by its final value;

M_i = current value of i imports;

$W_t = \sum w_i$.

$$P = \frac{W_{Tagr} * P_{agr} + W_{Tind} * P_{ind}}{W_{Tagr} + W_{Tind}} \quad (2)$$

where $W_{Tagr} = (Q_{agr} - X_{agr})rVA_{agr} + M_{agr}$ and $W_{Tind} = (Q_{ind} - X_{ind})rVA_{ind} + M_{ind}$.

Table 1
Brazil's new wholesale price index
(1913=100)

1870	71.57	1881	63.87	1892	101.01	1903	94.33
1871	66.78	1882	64.86	1893	117.48	1904	99.07
1872	70.82	1883	63.97	1894	118.95	1905	82.71
1873	69.79	1884	62.14	1895	108.53	1906	88.60
1874	72.04	1885	62.29	1896	115.46	1907	94.00
1875	65.53	1886	59.66	1897	135.26	1908	98.61
1876	70.36	1887	57.36	1898	141.37	1909	87.85
1877	72.71	1888	55.96	1899	137.49	1910	86.72
1878	70.67	1889	64.72	1900	125.17	1911	93.66
1879	67.66	1890	65.29	1901	108.94	1912	104.28
1880	62.64	1891	81.86	1902	95.70	1913	100.00

ANEXO: FOTOS DIGITALIZADAS

FOTO DIGITAL 3: Regulamento para a cobrança do imposto sobre capitães, em execução para orçamento de 1873 a 1874, Província de SP

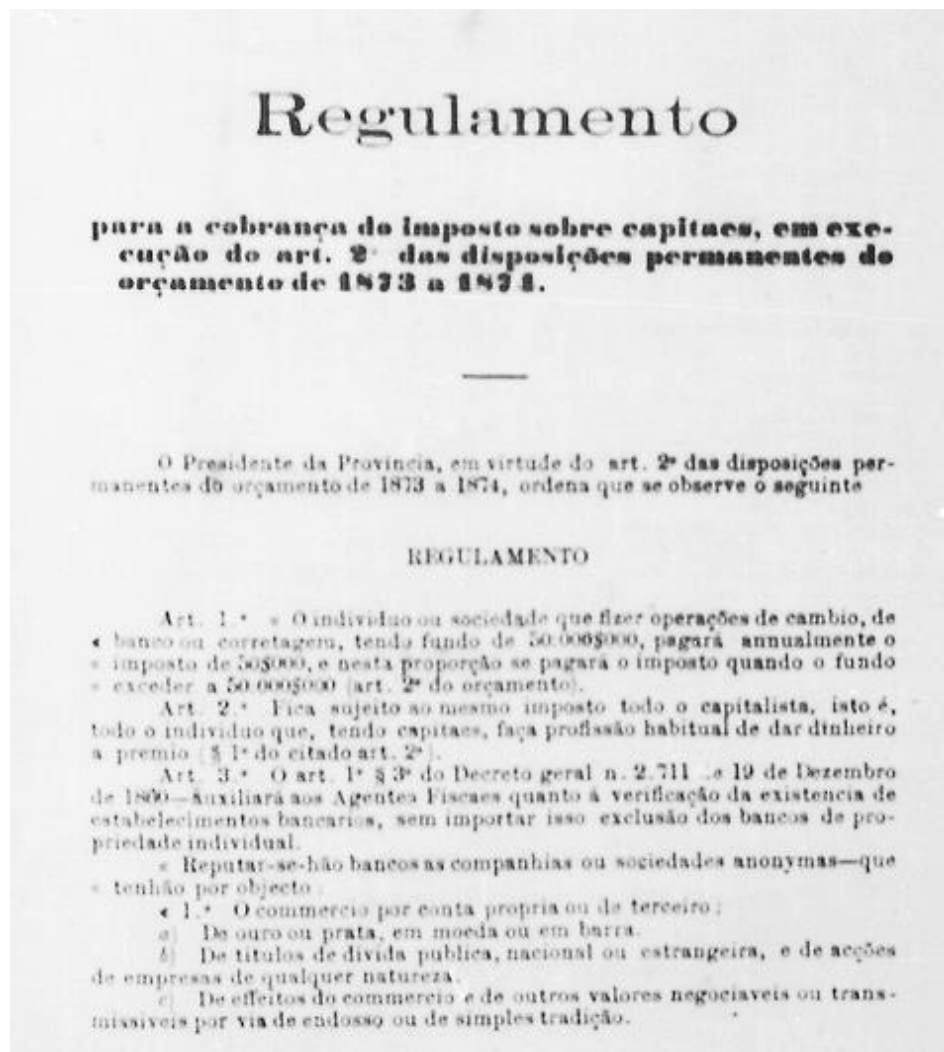
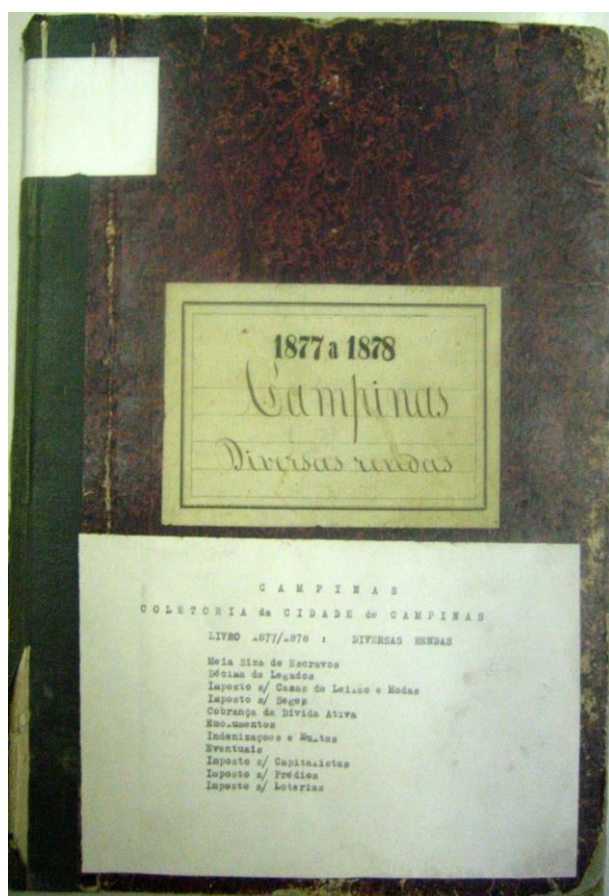


FOTO DIGITAL 4: Capa do Livro 55, referente ao período fiscal compreendido entre 1877 a 1878, da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas.



Nesta figura, é possível observar as dificuldades práticas encontradas no período de pesquisa primária nas fontes documentais utilizadas no presente trabalho. São documentos históricos com relativos graus de preservação, alguns corroídos por malefícios climatológicos, descoloridos por exposição à radiação solar ambiental, com páginas hachuradas e resgadas.

Em alguns inventários pesquisados, há extravio de páginas importantes e, em maior gravidade, perda de tomos inteiros, que possivelmente se perderam nos próprios processos de arquivamento no Tribunal de Justiça de Campinas, e de transporte, ao Centro de Memória da Unicamp, dos arquivos doados por aquele à este.

FOTO DIGITAL 5: Receitas e despesas da Câmara Municipal de Campinas, no ano financeiro de 01/07/1876 a 30/06/1877. Dados da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), arquivo histórico disponível em meio virtual no site da ALESP.

N. 93

O Juiz de Direito Sebastião José Pereira, Presidente da Provincia de S. Paulo, etc., etc., etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial, sobre propostas das Camaras Municipaes da Provincia de S. Paulo, decretou a Resolução seguinte:

Art. 1.º Fica orçada a receita e despesa das Camaras Municipaes da Provincia de S. Paulo, para o anno financeiro de 1.º de Julho de 1876 a 30 de Junho de 1877, nos termos dos paragraphos seguintes:

§ 2º

Camara Municipal da Cidade de Campinas

RECEITA

Estanque de aguardente nacional	6:500\$000
Imposto sobre cabeças de rezes cortadas	2:800\$000
Idem de 100 réis de applicação especial	410\$000
Idem sobre fumo	2:500\$000
Idem sobre toucinho e carne verde	1:800\$000
Idem sobre carros em geral	4:000\$000
Aferições de pesos e medidas	1:000\$000
Multas por infracção de Posturas, e outras	1:200\$000
Novos e velhos direitos Municipaes	8:500\$000
Novo imposto Provincial sobre vendas e botequins	1:200\$000
Imposto Provincial sobre carne verde e aguardentes	7:700\$000
Rendimento do Mercado	2:000\$000
Imposto sobre enterramentos de applicação especial	900\$000
Aluguel de predios da Camara	1:510\$000
	<hr/>
	42:020\$000

DESPEZA

Gratificação ao Secretario	1:000\$000
Dita ao Fiscal	1:200\$000
Dita ao Inspector do Mercado	1:000\$000
Dita ao Zelador do Matadouro	600\$000
Dita ao Zelador do Cemiterio	900\$000
Dita ao Porteiro da Camara	600\$000
Dita ao Ajudante do mesmo	400\$000
Dita ao Economo do asylo de morpheticos	400\$000
Dita ao Zelador do regulador publico	120\$000
Porcentagem ao Aferidor	350\$000
Expediente da Camara e do jury	800\$000
Iluminação da Cadêa	500\$000
Despesa especial com a conservação do Cemiterio	400\$000
Custas judiciaes em geral	1:000\$000
Premios de 10 % sobre a divida municipal	5:000\$000
Porcentagem ao Procurador e eventuaes	3:300\$000
Com o custeio do asylo de morpheticos	2:500\$000
Limpeza publica e Cadêa	2:600\$000
Iluminação publica a gaz	16:000\$000
Obras publicas e desapropriações	3:550\$000
	<hr/>
	42:020\$000